



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH**

**JOSÉ ROBSON DA SILVA**

**TRABALHADORES, POLÍTICA E SINDICATOS NO TEMPO DO POPULISMO:  
UMA NARRATIVA DAS LUTAS OPERÁRIAS (1945-1964)**

**CAMPINAS**

**2018**

**JOSÉ ROBSON DA SILVA**

**TRABALHADORES, POLÍTICA E SINDICATOS NO TEMPO DO POPULISMO:  
UMA NARRATIVA DAS LUTAS OPERÁRIAS (1945-1964)**

**Dissertação apresentada ao Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Estadual de Campinas  
como parte dos requisitos exigidos  
para a obtenção do título de Mestre  
em Ensino de História.**

***Orientador: Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva***

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À  
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO  
DEFENDIDA PELO ALUNO JOSÉ  
ROBSON DA SILVA E ORIENTADA  
PELO PROF. DR. FERNANDO  
TEIXEIRA DA SILVA.

**CAMPINAS  
2018**

**Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s):** CAPES, 5628990

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Si38t Silva, José Robson da, 1984-  
Trabalhadores, política e sindicatos no tempo do populismo : uma narrativa das lutas operárias (1945-1964) / José Robson da Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Fernando Teixeira da Silva.  
Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Programa Nacional do Livro Didático (Brasil). 2. História - Estudo e ensino. 3. Populismo. 4. Livros didáticos. 5. Trabalhadores. 6. Sindicatos. 7. Professores de ensino fundamental - Formação. I. Silva, Fernando Teixeira da, 1963-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

#### Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Workers, politics and unions in the time of populism : a narrative of working class struggles (1945-1964)

**Palavras-chave em inglês:**

History - Study and teaching

Populism

Textbooks

Working class

Unions

Elementary school teachers - Training

**Área de concentração:** Ensino de História

**Titulação:** Mestre em História

**Banca examinadora:**

Fernando Teixeira da Silva [Orientador]

Gláucia Cristina Candian Fraccaro

Murilo Leal Pereira Neto

**Data de defesa:** 20-09-2018

**Programa de Pós-Graduação:** Ensino de História



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

**A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado Profissional, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 20 de setembro de 2018, considerou o candidato José Robson da Silva aprovado.**

**Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva**

**Profa. Dra. Glaucia Cristina Candian Fraccaro**

**Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto**

*A ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação Profhistória do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.*

**Dedico este trabalho aos meus pais, incansáveis trabalhadores que, mesmo em meio a inúmeras dificuldades, sempre mantiveram a esperança por dias melhores.**

## AGRADECIMENTOS

Chegar ao fim de uma caminhada é também olhar para trás e lembrar todos aqueles que nos auxiliaram e deram força para que os obstáculos encontrados não sustassem os esforços em torno do grande objetivo. Concluir um mestrado, mais do que a obtenção de um título acadêmico, significa uma conquista que não é apenas pessoal, mas deve ser compartilhada com quem nos deu apoio nos momentos de dificuldade, nas ausências, nas noites passadas em claro, na impaciência causada pelos prazos muitas vezes exíguos, enfim, em todos aqueles momentos em que a dedicação à pesquisa e à escrita de um texto acadêmico nos leva a deixar em segundo plano a aspectos importantes da convivência diária.

À minha companheira de todas as horas, Viviane, agradeço pelo seu incentivo para que eu continuasse o curso em um momento em que dificuldades de toda ordem faziam com que eu não mais encontrasse forças para seguir adiante. Agradeço, igualmente, à sua paciência diante da minha quase completa absorção, nos últimos meses, com a escrita, além de sua disponibilidade em ler partes importantes do texto e ouvir com atenção e carinho minhas dúvidas e hesitações diante da escolhas que a realização de um trabalho acadêmico impõe.

À minha família, pelo refúgio que sempre pude encontrar nos momentos de dificuldades e desânimo, pessoas cujo apoio e incentivo não consigo mensurar com palavras. Não há dúvidas de que a conclusão deste trabalho deve muito ao carinho e compreensão que demonstraram ao longo de toda a minha trajetória acadêmica.

Ao meu orientador, Fernando Teixeira da Silva, um mestre na acepção mais nobre da palavra, por ter acreditado neste trabalho em um momento em que eu mesmo não era mais capaz de fazê-lo. Sua orientação atenta e paciente, bem como sua disponibilidade e generosidade, em muito contribuíram para o bom andamento do projeto desde os seus estágios iniciais.

À coordenadora do Profhistória na Unicamp, Cristina Meneguello, por ter proporcionado a oportunidade da realização deste curso nesta universidade. Sua

disponibilidade em responder às dúvidas, às inquietações e aos questionamentos foi de fundamental importância para a execução, em tempo hábil, deste trabalho.

Aos professores do Departamento de História que acreditaram em um projeto de pós-graduação inovador, disponibilizando seu conhecimento e sua experiência acadêmica para a sua realização. Cada um, ao seu modo, contribuiu para que o sonho de realizar um mestrado se tornasse real para professores que, na maioria das vezes, não possuem condições de se dedicar exclusivamente à vida acadêmica.

Aos professores Murilo Leal Pereira Neto e Nauber Gavski da Silva, membros da banca de qualificação, pela leitura atenta e pelos importantes questionamentos e sugestões feitos quando este trabalho ainda estava em seus estágios iniciais.

Aos membros da banca de defesa, Murilo Leal Pereira Neto e Glauclia Cristina Candian Fraccaro por terem participado de maneira tão brilhante e generosa da banca de defesa desta dissertação.

Aos amigos e companheiros professores Henrique Lopes e Flávio Ferreira por sua disponibilidade em ler o texto e pelas valiosas sugestões dadas. A todos os colegas da turma 2016 do Profhistória da Unicamp pelos momentos de discussão, incentivo e partilha de conhecimentos, angústias e experiência.

Aos funcionários da secretaria de pós-graduação do IFCH pela presteza em responder às dúvidas e resolver as pendências burocráticas.

À CAPES pelo auxílio financeiro de fundamental importância diante da necessidade de redução da jornada de trabalho que a realização de um mestrado impõe.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

*Quantos homens como eu nasceram na roça, desamparados de qualquer recurso. Trabalhando de sol a sol, com chuva ou geada. Mal vestidos e mal alimentados. Sem a proteção da sociedade ou do Estado. Expostos aos efeitos daninhos das pragas e das intempéries, sujeitos aos caprichos gananciosos dos fazendeiros. Nascem e se criam sem ver escolas, ignorando tudo da vida. Eis que, certo dia, um destes ouve falar da beleza da cidade: emprego bom, proteção de uma tal lei que tem o fabuloso nome de trabalhista. Chega jovem, começa entusiasmado a nova vida. Os dias vão passando, a situação continua quase na mesma. Primeiro tenta disputar melhores posições que os companheiros. Não encontra sentido em tal situação, tenta juntar-se aos outros e começa a entender que a melhor solução é a procura de um caminho no qual a solução seja o ajuntamento de todos. E aí começam as dificuldades de outra sorte.*

*Joaquim Celso de Lima*

## RESUMO

Este trabalho se propõe a criar uma narrativa de cunho paradidático destinado a professores de História do Ensino Fundamental e Médio sobre as lutas dos trabalhadores brasileiros entre 1945 e 1964. Esta narrativa remete-se aos novos estudos sobre o tema que têm, desde os fins dos anos 1980, revelado uma imagem muito mais complexa dos trabalhadores no período do que ocorria até os anos 1970, quando o uso do conceito *populismo* relacionava-se à ideia de passividade e cooptação dos trabalhadores pelo Estado. Este trabalho traz também uma análise sobre a forma como os trabalhadores urbanos são representados no período em questão nos livros didáticos de História do Ensino Fundamental distribuídos através do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), percebendo-se que, em contraste com o que ocorre com relação ao período anterior a 1930, os trabalhadores urbanos e suas lutas pouco aparecem nos livros didáticos, justificando-se, assim, a produção de um texto paradidático que visa contribuir para a superação de tal lacuna.

**Palavras Chave:** Ensino de História; Narrativas Históricas; Livro Didático; Trabalhadores; Sindicatos; Populismo.

## ABSTRACT

This work aims to create a paradigmatic narrative addressed to Elementary and High-School History teachers concerning the Brazilian working class struggles between 1945 and 1964. This narrative considers the studies about the subject that, since late 1980's, have disclosed a much more complex image of the workers in the period than what used to happen until 1970's, when the use of the notion of *populism* was linked to the idea of passivity and State co-optation. This work also brings an analysis about the way the working class is represented in History textbooks addressed to Elementary School delivered through PNLD (National Program of Textbooks), noticing that, by contrast to the period before 1930, the working class and its struggles rarely appears in textbooks, justifying thus the drafting of a paradigmatic text that aims to contribute to overcoming such default.

**Keywords:** History Teaching; Historical Narratives; Textbooks; Working class; Unions; Populism.

## **LISTA DE ABREVIATURAS:**

**CDP:** Comitê Democrático Progressista.

**CGG:** Comando Geral de Greve.

**CGT:** Comando Geral dos Trabalhadores.

**CIESP:** à Comissão Intersindical do Estado de São Paulo.

**CIOSL:** Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres

**CISCAI:** Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral.

**CLT:** Consolidação das Leis do Trabalho.

**CNI:** Confederação Nacional da Indústria.

**CNTC:** Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio.

**CNTI:** Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

**CNTTMFA:** Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Marítimo Fluvial e Aéreo.

**CNTT:** Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.

**CONTEC:** Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito.

**CST:** Conselho Sindical dos Trabalhadores.

**CTB:** Confederação dos Trabalhadores do Brasil.

**MSD:** Movimento Sindical Democrático.

**CNTT:** Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.

**CPOS:** Conselho Permanente das Organizações Sindicais.

**DIEESE:** Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.

**DOPS:** Departamento de Ordem Política e Social.

**DRT:** Delegacia Regional do Trabalho.

**EFVM:** Estrada de Ferro Vitória-Minas.

**EJA:** Educação de Jovens e Adultos.

**FIESP:** Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

**FMP:** Frente de Mobilização Popular.

**FSD:** Fórum Sindical de Debates.

**IBAD:** Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

**Metasita:** Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Coronel Fabriciano.

**MUT:** Movimento Unificador dos Trabalhadores.

**PAC:** Pacto de Ação Conjunta.

**PCB:** Partido Comunista Brasileiro.

**PNLD:** Programa Nacional do Livro Didático.

**PSB:** Partido Socialista Brasileiro.

**PSD:** Partido Social Democrático.

**PSP:** Partido Social Progressista.

**PTB:** Partido Trabalhista Brasileiro.

**PUA:** Pacto de Unidade e Ação.

**PUI:** Pacto de Unidade Intersindical.

**SAB:** Sociedades de Amigos de Bairro.

**SAMDU:** Serviço de Assistência Média Domiciliar e de Urgência.

**SENAI:** Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

**Sindipa:** Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga.

**UDN:** União Democrática Nacional.

**UEE:** União Estadual dos Estudantes

**UNE:** União Nacional dos Estudantes.

## Índice de Ilustrações:

Figura 1: Folha da Manhã, 19/02/1946.....	54
Figura 2: Grevistas do setor têxtil, São Paulo, 1946.....	55
Figura 3: manchete do jornal A Folha da Noite, de 27/05/1947, anuncia a cassação do registro do PCB.....	59
Figura 4: Manchete da Folha da Manhã sobre a passeata do dia 10/03/1953.....	70
Figura 5: Força Pública ocupa a Praça da Sé, no centro de São Paulo, durante a Greve dos 300 Mil.....	75
Figura 6: Um dos 300 mil grevistas é preso no centro de São Paulo. ....	76
Figura 7: Grevistas fazem passeata na avenida Ipiranga, região central de São Paulo, em outubro de 1957.....	93
Figura 8: Comando de greve se reúne em São Paulo, durante a paralisação de outubro de 1957.....	97
Figura 9: Capa do jornal Última Hora, de 23/05/1957. ....	99
Figura 10: "Última Hora" de 26 de outubro de 1957.....	102
Figura 11: Uma das imagens da capa do jornal "Última Hora" de 25 de outubro de 1957... ..	102
Figura 12: Passeata comemora no Rio de Janeiro a criação do CGT.....	118
Figura 13: Polícia cerca o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo devido à greve deflagrada pelos sindicatos de metalúrgicos e têxteis para lutar pelo 13º salário. ....	123
Figura 14: capa do jornal O Globo sobre o projeto do 13º salário. ....	125
Figura 15: Passeata durante a greve dos 700 mil.....	131
Figura 16: Caminhões que transportavam os trabalhadores da Usiminas. ....	136
Figura 17: Soldado manuseando a metralhadora instantes antes do início do tiroteio. Foto tirada por José Isabel, um dos trabalhadores mortos no massacre. ....	140
Figura 18: Revista "O Cuzeiro", 02/11/1963. À esquerda, acima e abaixo, fotos da destruição do caminhão usado pelos policiais. À direita, o corpo de José Isabel do Nascimento. ....	141

## Sumário

Introdução.....	15
CAPÍTULO 1 – Trabalhadores e política: debates em torno do conceito de populismo .....	20
1.1 – O populismo: do senso comum aos primeiros estudos acadêmicos.....	20
1.2 – Do Golpe de 1964 à influência de E. P. Thompson .....	22
1.3 – Trabalhadores e populismo.....	29
1.4 - Trabalhadores e populismo nos livros didáticos.....	34
CAPÍTULO 2 – Os trabalhadores e a redemocratização .....	44
2.1 – O fim do Estado Novo e a mobilização dos trabalhadores.....	44
2.2 – A onda grevista de fins de 1945 e início de 1946 .....	51
2.3 – A reação do Governo.....	57
2.4 – Conclusão.....	62
CAPÍTULO 3 – Os trabalhadores no segundo governo Vargas .....	65
3.1 – A volta de Vargas ao poder, a política sindical e a luta contra a assiduidade integral	65
3.2 – A greve dos 300 mil .....	68
3.3 – A greve dos marítimos e a ascensão de João Goulart ao Ministério do Trabalho .....	77
3.4 – A greve geral de 2 de setembro de 1954 .....	80
3.5 – Conclusão.....	82
CAPÍTULO 4 – Os trabalhadores e o Desenvolvimentismo .....	85
4.1 – O governo JK: a conjuntura política e a política sindical.....	85
4.2 – A greve dos 400 mil .....	90
4.3 – A greve dos trabalhadores da Cia. Nitro Química .....	103
4.4 – Conclusão.....	109
CAPÍTULO 5 – Os trabalhadores durante o governo João Goulart.....	111
5.1 – Das eleições de 1960 à luta pela posse de João Goulart.....	111
5.2 – A criação do CGT .....	115
5.3 – A greve pelo décimo terceiro salário.....	120
5.4 – A greve dos 700 mil .....	125
5.5 – Uma greve esquecida: o massacre de Ipatinga.....	133
5.6 – A greve contra o golpe de 1964 .....	143
5.7 – Conclusão.....	146
Bibliografia.....	148
Fontes:.....	153

## Introdução

Vivemos um momento em que uma ofensiva neoliberal leva a uma verdadeira caça aos direitos sociais e trabalhistas conquistados a duras penas pelos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros por meio de inúmeras lutas travadas ao longo do século XX e até mesmo antes. As diversas reformas – ou melhor, contrarreformas – já aprovadas ou aguardando aprovação no Congresso Nacional, como a assim chamada Reforma Trabalhista, a Lei de Terceirização, a Reforma da Previdência e a limitação dos gastos públicos por 20 anos, colocam em xeque os já frágeis mecanismos de defesa dos direitos dos trabalhadores e de garantia de um mínimo de bem-estar social. Frutos da luta dos trabalhadores brasileiros, tais direitos e garantias são apresentados como causa das mazelas econômico-sociais do país e classificados como característicos de uma organização do Estado ineficiente e *populista*, desvalorizando e deslegitimando, deste modo, a participação dos próprios trabalhadores e de movimentos sociais na luta por sua implementação.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo contribuir para a preservação e difusão da memória das lutas dos trabalhadores no Brasil a partir da reconstrução de um momento histórico em que elas são muitas vezes silenciadas: o período que sucede à ditadura varguista do Estado Novo (1937-1945) e à Segunda Guerra Mundial e que se encerra com o golpe civil-militar de 1964. Na maioria das vezes, esse é visto como um período no qual a classe trabalhadora não passou de simples massa de manobra nas mãos de sindicalistas “pelegos” e políticos inescrupulosos genericamente denominados como “populistas”. Procura-se, com isso, evidenciar as mais diversas formas de luta travadas pelos trabalhadores em um contexto de democracia formal em que práticas autoritárias ainda persistiam.

Para preservar essa memória, o presente trabalho propõe-se a criar um texto de caráter paradidático contendo uma narrativa dessas lutas destinada a professores de História do Ensino Fundamental e Médio tendo como eixo as relações entre Estado, trabalhadores e política em conjunturas específicas do período entre 1945 e 1964. Composta por capítulos e seções que podem ser lidos e trabalhados de maneira independente, essa narrativa poderá ser

utilizada em todo ou em parte em sala de aula como complemento aos temas tradicionalmente tratados pelos livros didáticos que, na maioria das vezes, pouco trazem sobre as lutas dos trabalhadores no período em questão<sup>1</sup>. Esta abordagem utilizada pelos livros didáticos acaba fazendo com que, para o estudante, pareça que os trabalhadores após 1930 foram completamente cooptados pelo Estado, apenas esboçando aqui e ali alguma reação às condições que lhes eram impostas.

Embora seja evidente que o conteúdo de História destinado ao Ensino Básico é bastante extenso e que opções terão que ser feitas pelos autores de livros didáticos e pelos professores, tal disparidade no tratamento das mobilizações operárias em um período e em outro acaba tendo como efeito reforçar uma memória que concebe os trabalhadores brasileiros apenas como sujeitos passivos durante um período de transformações sociais e econômicas cruciais na História do país. Contestando essa imagem, o presente trabalho tem como objetivo central apresentar algumas das lutas empreendidas pelos trabalhadores no período em questão, lutas essas que, embora muitas vezes esquecidas, resultaram na conquista de direitos cuja manutenção, em um momento como o atual, em que ataques sucessivos lhes são empreendidos, exige igualmente luta.

Além de procurar suprir uma lacuna existente no tratamento dado ao tema pelos livros didáticos, o presente trabalho pretende também atender à nova BNCC<sup>2</sup> (Base Nacional Curricular Comum), documento normativo que estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica, que foi promulgado em fins de 2017. O tema deste trabalho encontra-se contemplado em duas das habilidades que serão obrigatoriamente trabalhadas no nono ano do Ensino Fundamental:

- (EF09HII06) Identificar e discutir o papel do trabalhismo como força política, social e cultural no Brasil, em diferentes escalas (nacional, regional, cidade, comunidade).
- (EF09HII09) Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à

<sup>1</sup> Uma análise dos principais livros didáticos de História encontra-se na seção denominada *Trabalhadores e populismo nos livros didáticos* do capítulo I deste trabalho.

<sup>2</sup> As informações sobre a nova BNCC foram retiradas do site oficial da mesma: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. (Acesso em 22/04/2018).

atuação de movimentos sociais.

Para compor a narrativa, o trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo faz uma discussão conceitual e historiográfica em torno das relações entre Estado, trabalhadores e política ao longo do período em questão, revisando as principais abordagens em torno do tema e as discussões relativas aos conceitos fundamentais para a compreensão dessas relações. No campo da historiografia, esse capítulo procura demonstrar como as relações entre Estado e trabalhadores têm sido objeto de inúmeros debates que têm levado à revisão da tese que enxerga apenas um processo de perda de autonomia frente ao Estado por parte classe trabalhadora após 1930. Esses debates têm sido travados principalmente em torno de um dos conceitos mais utilizados para se referir ao período como um todo: o *populismo*. No campo do ensino, esse capítulo traz uma análise da forma como os trabalhadores urbanos são representados no período 1945-1964 nas três coleções de livros didáticos de História mais distribuídas pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático).

O segundo capítulo tem como objetivo recuperar as lutas dos trabalhadores realizadas a partir transição do Estado Novo para a democracia, englobando ainda todo o governo Dutra (1946-1950). Ao buscar nos anos finais do Estado Novo as raízes das insatisfações acumuladas pela classe trabalhadora, este capítulo procura mostrar como, apesar da sobrevivência de mecanismos autoritários, os trabalhadores foram capazes de se organizar em seus locais de trabalhos e realizar uma série de movimentos grevistas que ocorreram, em sua maioria, à revelia dos sindicatos oficiais. Esse capítulo engloba também as reações por parte do governo Dutra às mobilizações operárias e à crescente proeminência do Partido Comunista Brasileiro nessas mobilizações, reação esta que ocorre já no contexto da Guerra Fria.

O terceiro capítulo tem por objeto as relações entre Estado e trabalhadores durante o segundo governo Vargas (1951-1954). Partindo da conjuntura de distensão nas relações Estado-trabalhadores iniciada com a volta de Vargas ao poder central, o capítulo relata as lutas dos trabalhadores nesse período, em especial a “greve dos 300 mil”, ocorrida em 1953 e seus desdobramentos, revelando que o apoio dado a Vargas por parte dos trabalhadores não era incondicional. No campo da política, o capítulo analisará as relações entre comunistas e petebistas no meio sindical e fora dele, que vão da disputa por hegemonia à aliança em torno

de objetivos comuns.

O quarto capítulo, por sua vez, traz um panorama das lutas dos trabalhadores durante o nacional desenvolvimentismo, que corresponde ao período em que Juscelino Kubitschek esteve à frente do executivo federal (1956-1960) e que foi marcado por forte crescimento de operários no país, pelo aumento do fluxo migratório, bem como pelo surgimento de novas indústrias consideradas modernas e a consequente ascensão de novas categorias profissionais. Contestando a imagem de estabilidade política e social atribuída ao período Kubitschek, o capítulo traz um relato da “greve dos 400 mil”, suas características principais, bem como seus desdobramentos na política sindical. Além dessa greve, será objeto de descrição e análise a paralisação ocorrida no mesmo ano na Companhia Nitro Química Brasileira e a contestação, pelos trabalhadores, de políticas paternalistas adotadas pela empresa.

Finalmente, o quinto capítulo tematiza as relações entre Estado e trabalhadores no conturbado período entre o início dos anos 1960 e o golpe de 1964, com ênfase nas lutas pelo décimo terceiro salário, em dezembro de 1961, e na “greve dos 700 mil”, ocorrida em fins de 1963. Esse capítulo traz também o relato de um episódio pouco conhecido, o chamado “massacre de Ipatinga”, uma greve ocorrida em outubro de 1963 numa siderúrgica recém-inaugurada no interior do estado de Minas Gerais que teve como saldo, segundo dados oficiais, oito trabalhadores mortos e 68 feridos. Serão também elencadas as alianças e discordâncias existentes entre ministerialistas, trabalhistas e comunistas no contexto da formação dos importantes organismos intersindicais dos anos 1960 que ameaçavam romper com o corporativismo, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Além do fortalecimento das intersindicais de esquerda, será dada atenção ao surgimento de um forte sindicalismo anticomunista e conservador atrelado aos órgãos de propaganda anticomunista como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

Uma última questão a ser colocada é sobre a forma como os capítulos foram escritos. Por se tratar de um debate historiográfico e conceitual em torno das relações entre Estado, trabalhadores e política, o primeiro capítulo é o único em que há uma profusão de notas de rodapé e citações de autores que trabalham com o tema. Os demais capítulos, por

pretenderem ter uma dimensão mais didática e menos acadêmica, terão o mínimo possível de referências no corpo do texto, exceto quando se tratar de fontes sobre o período. As referências bibliográficas utilizadas para compor cada capítulo, a partir do segundo, estarão indicadas em de nota de rodapé no seu início.

## **CAPÍTULO 1 – Trabalhadores e política: debates em torno do conceito de populismo**

### **1.1 – O populismo: do senso comum aos primeiros estudos acadêmicos**

O período da história republicana brasileira entre 1945 e 1964, especialmente no que se refere à relação entre Estado e trabalhadores, é comumente referido, tanto nos estudos acadêmicos quanto na linguagem comum, como período populista. Enquanto no senso comum o termo populismo está associado à mentira e à falta de escrúpulos da parte de políticos que manipularam a população com vistas a ascender e a se manterem no poder, o populismo enquanto conceito acadêmico tem sofrido uma série de revisões e debates que chegam, inclusive, a questionar a validade do próprio conceito enquanto categoria explicativa. Tais debates deixam evidenciar que o termo *populismo* não é empregado no mesmo sentido por todos aqueles que o utilizam, variando enormemente tanto de acordo com o momento histórico quanto o referencial teórico e as questões que se colocam diante da comunidade acadêmica.

Segundo Jorge Ferreira<sup>3</sup>, o termo populismo surge, inicialmente, como uma categoria de acusação, formulada pelas elites liberais no contexto da luta política que emergiu com a democratização de 1945 e com o movimento queremista, tendo como objetivo explicar o apoio que os trabalhadores davam a Vargas. Para essas elites, o apoio popular ao ex-ditador só poderia ser explicado pela manipulação, demagogia e propaganda política, largamente utilizadas ao longo dos 15 anos em que Vargas permanecera à frente do poder central. Altamente difundida devido ao amplo acesso que essas elites tinham aos meios de comunicação e largamente utilizada na luta política até 1964, tal explicação colocava peso excessivo na capacidade de manipulação por parte do Estado ao mesmo tempo em que formulava a imagem de uma sociedade excessivamente permeável a esse tipo de manipulação. Desta forma, segundo o autor:

O Estado, com Vargas, surgia como todo-poderoso, capaz de influenciar

<sup>3</sup> FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 8.

mentes e pessoas; a sociedade – os trabalhadores em particular – amedrontada com a polícia e confundida pela propaganda estatal do DIP, era transformada em massa de manobra e, portanto, vitimizada.<sup>4</sup>

No que se refere às formulações acadêmicas, Ângela de Castro Gomes<sup>5</sup>, Jorge Ferreira<sup>6</sup> e Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa<sup>7</sup> localizam nos anos 1950 as primeiras formulações em torno do conceito. Para Gomes, os primeiros estudos em torno do tema estão ligados ao interesse dos intelectuais em construir análises sobre a estrutura do poder nacional, tendo destaque, nesse contexto, as reuniões realizadas pelo chamado Grupo de Itatiaia, que deu origem, em 1953, ao Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP). Posicionando-se de maneira progressista, tais intelectuais buscavam formular uma interpretação da crise que mobilizasse as forças progressistas em torno das Reformas de Base. Partindo da análise de um estudo denominado “*O que é Ademarismo?*”, publicado sem autoria em 1954 na revista *Cadernos do Nossa Tempo*, vinculada ao IBESP, a autora identifica uma vertente de interpretação que vê a emergência do populismo na política brasileira como um processo ligado à perda de hegemonia por parte da classe dirigente. Tal perda leva esta mesma classe a interpelar as massas populares que, embora originárias do proletariado, distinguem-se do mesmo por sua ausência de consciência de classe. Como elo entre as duas pontas surge a figura do líder carismático capaz de, transcendendo as fronteiras de classe, mobilizar as massas.

Jorge Ferreira e Fernando Teixeira da Silva & Hélio da Costa, por sua vez, veem a emergência dos estudos em torno do populismo nos anos 1950 vinculados à teoria da modernização. As rápidas transformações estruturais pelas quais passavam as sociedades latino-americanas e especialmente a brasileira no período entre os anos 1930 e 1960 determinariam, na visão de autores como Gino Germani e Torcuato di Tella, um tipo de modernização que não seguiu os padrões da democracia liberal europeia, fazendo com que os

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*, p. 9.

<sup>5</sup> GOMES, Ângela Castro. *O populismo e as ciências sociais*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 22.

<sup>6</sup> Ferreira, Jorge. *Op. Cit.*, p.64.

<sup>7</sup> SILVA, Fernando Teixeira e COSTA, Helio. *Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

conflitos oriundos da rápida urbanização e industrialização seguissem caminhos diferentes dos canais institucionais clássicos, passando por revoluções nacionais populares ou golpes militares. Assim, segundo esses autores, a passagem de uma sociedade tradicional, de participação restrita, para uma sociedade de mercado e de participação ampliada corresponde ao deslocamento de população do campo para a cidade, sendo chave, nesta interpretação, a vinculação entre o populismo e a origem rural do operariado brasileiro do período. Deste modo, ao migrarem para as cidades, os camponeses levariam consigo ideias tradicionais e individualistas incompatíveis com o desenvolvimento de uma consciência de classe e facilmente mobilizáveis por uma retórica política de cunho personalista característica dos líderes populistas. Tais interpretações, segundo Silva e Costa<sup>8</sup>, viam os trabalhadores do período como vítimas de um processo de modernização incompleto a que corresponderia um comportamento não condizente com a consciência de classe europeia, consciência esta que seria uma força potencial a ser atualizada em um futuro incerto para o qual concorreriam tanto a continuidade do processo de modernização quanto as ações e escolhas dos próprios trabalhadores.

## 1.2 – Do Golpe de 1964 à influência de E. P. Thompson

Nos anos 1960, o golpe de 1964 leva a uma inflexão nos estudos em torno do populismo: segundo Ferreira<sup>9</sup>, trata-se, a partir de então, de explicar as razões que levaram a uma vitória tão fácil dos setores civis e militares conservadores e a noção de populismo começa então a ter papel fundamental nesta explicação ao ressaltar a fraqueza do movimento operário e sindical no período que antecede o golpe. Para Gomes<sup>10</sup> é partir de então que a experiência populista passa a ter uma periodização clara: da subida de Getúlio Vargas ao poder por meio do movimento militar de 1930 à deposição de João Goulart pelo movimento civil-militar de 1964. Para Silva e Costa<sup>11</sup> o Golpe de 1964 frustrou as expectativas (ou ilusões) em torno do recrudescimento do movimento sindical e das reformas estruturais pela

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*, p. 219

<sup>9</sup> Ferreira, Jorge. *Op. Cit.*, p. 74.

<sup>10</sup> Gomes, Ângela de Castro. *Op. Cit.*, p. 27.

<sup>11</sup> SILVA, Fernando Teixeira e COSTA, Helio. *Op. Cit.*, p. 220.

via democrática, impondo, assim, a necessidade de interpretação das razões do movimento pendular entre populismo e autoritarismo bem como das razões que teriam levado à subordinação da classe operária aos políticos populistas.

Dentro do contexto mencionado acima, destacam-se os estudos de Francisco Weffort, que, segundo Gomes<sup>12</sup>, foram realizados num contexto de crise do pensamento das ciências sociais que surgiu em função da necessidade de se explicar o golpe de 1964, levando, assim, à revisão das interpretações até então utilizadas como guias de formulação política. Desta forma, afirma a autora, em detrimento das explicações de caráter estrutural, Weffort privilegiará os atores políticos e suas escolhas, chegando até mesmo a criticá-los em função das mesmas. No que se refere à origem do populismo, Weffort a localiza no movimento de 1930 que, para o autor, não seria uma revolução burguesa, mas, antes, um rearranjo dentro das forças oligárquicas que foi capaz de tecer alianças com setores industriais, econômica e politicamente pouco articulados, com as classes médias urbanas e com setores populares emergentes. Assim, para Weffort, a emergência do populismo seria resultado de um compromisso que visava estabelecer um equilíbrio instável entre a debilidade das oligarquias, a fraqueza dos segmentos empresariais urbanos e as classes populares, que eram temidas pelos grupos dominantes, porém sem condições de organização autônoma. Tal situação leva o autor à formulação da de uma categoria que descreve a relação entre o líder e as massas: a “manipulação populista”. Tal categoria, contudo, é carregada de ambiguidade, uma vez que é concebida como uma via de mão dupla, ou seja, era tanto uma forma de controle do Estado sobre as massas quanto uma forma de atendimento de suas reais demandas. Quanto à adesão ao populismo na América Latina, Weffort propõe uma explicação que privilegie a forma como se dá a experiência das classes populares nas suas condições específicas:

nosso ponto de vista [...] é que esta adesão não se explica pela "ausência" de experiência urbana ou de classe, mas exatamente por um tipo particular de experiência enraizada nas condições próprias da formação social desses países.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> Gomes, Ângela de Castro. Op. Cit., p. 31-34.

<sup>13</sup> WEFFORT, Francisco . *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978, p. 136.

Para Ferreira<sup>14</sup>, embora a ambiguidade contida nas formulações de Weffort em torno das relações do Estado com a classe trabalhadora levem a certa tensão entre as ideias de manipulação e interlocução, firmaram-se nos estudos posteriores interpretações que ressaltam o aspecto manipulativo de tal relação.

Na passagem dos anos 1970 para os anos 1980, uma série de outros estudos são realizados tratando do tema do populismo. Gomes<sup>15</sup> destaca os estudos de Regis de Castro Andrade que, segundo a autora, defende a tese de que a partir do Estado Novo houve uma supremacia burguesa encoberta pelo controle dos órgãos do Estado. No que se refere às relações do Estado com os trabalhadores, tal interpretação questiona a noção de populismo como simples manipulação, pois o próprio controle populista necessitaria da livre expressão das massas de demandas que depois seriam transformadas em doações, caso da legislação trabalhista.

Ferreira<sup>16</sup>, por sua vez, destaca a diminuição na quantidade de grandes ensaios sobre o populismo na América Latina e o papel fundamental que os historiadores e seus métodos de pesquisa passam a ter no debate antes restrito a sociólogos e cientistas políticos. Nesse sentido, o autor destaca os estudos que se voltam para a relação entre Estado e sociedade no primeiro governo Vargas. A questão fundamental passa a ser explicar como, diante da supressão das liberdades democráticas e da repressão policial, entre outros, os trabalhadores manifestaram incontestável apoio à ditadura de Vargas. Segundo Weffort, alguns estudos explicaram tal sucesso por meio da satisfação de algumas demandas dos assalariados, embora rejeitassem a teoria da modernização e outras determinações sócio estruturais. Além de Weffort, a tradição marxista, especialmente as ideias de Antonio Gramsci, passam a influenciar os estudos em torno do populismo. O conceito de *hegemonia*, segundo o qual o domínio de uma classe social não se dá apenas pelo poder repressivo, mas também através da persuasão, foi, assim, fundamental para explicar o período. Desta forma, afirma Ferreira<sup>17</sup>, a ideia de que os trabalhadores beneficiavam-se da legislação social, ou o trinômio *repressão, manipulação e satisfação*, foi abandonada em favor do binômio

<sup>14</sup> Ferreira, Jorge. Op. Cit., p. 79.

<sup>15</sup> Gomes, Ângela de Castro. Op. Cit., p. 41.

<sup>16</sup> Ferreira, Jorge. Op. Cit., pp. 82-83.

<sup>17</sup> Idem, pp. 86-87.

*repressão e persuasão*, levando os estudos a enfatizar ora o caráter repressivo, ora a propaganda estatal. Com isso, a ação governamental teria sido capaz de eliminar os setores mais combativos do operariado ao mesmo tempo em que inculcava nas mentes dos novos operários de origem rural imagens e símbolos que levassem à exaltação ao governo, apelando, para tal, às modernas técnicas de propaganda e doutrinação.

Partindo da análise da conjuntura de finais dos anos 1970, Silva e Costa<sup>18</sup> ressaltam as noções idealizadas sobre as experiências dos trabalhadores que encontram apoio a partir da emergência do chamado *Novo Sindicalismo*. Esta denominação é dada ao período da história do movimento operário que tem início com as greves ocorridas no ABC paulista e em São Paulo no ano de 1978 e que teve na figura de Luís Inácio Lula da Silva sua principal liderança. Tal visão concebia o período anterior a 1964 como marcado pela heteronomia operária e pela crença em um Estado benfeitor, condição esta que o *Novo Sindicalismo* estaria fadado a sepultar. Como consequência, os estudos voltam-se à temática do movimento operário de inspiração anarquista da Primeira República, buscando, com isso, o elo perdido entre os movimentos grevistas de fins dos anos 1970 e o autonomismo operário do período pré 1930. No campo teórico, os autores destacam a influência de E. P. Thompson, que entende a classe operária como fenômeno histórico a ser analisado nos termos de sua cultura, experiência e consciência. Segundo os autores, não houve, contudo, um investimento desses estudiosos na problematização dos anos populistas com base nos estudos de Thompson sobre o paternalismo, os quais enfatizavam o modo como os trabalhadores ingleses utilizavam a ideologia formal dos “de cima” em seus próprios termos, articulando-a às suas demandas e experiências concretas. Sobre a forma como os trabalhadores se apropriaram da ideologia oficial, afirmam os autores:

O populismo visto pelos trabalhadores era não raras vezes diferente da autoimagem construída pelas autoridades sobre os seus próprios atos e discursos. Ao contrário da adesão cega e ativa, podia funcionar um pragmático realismo com elevado senso de cálculo em torno dos retornos e benefícios possíveis, impondo ao Estado e aos patrões concessões e deveres por meio de uma linguagem extraída dos próprios recursos retóricos

<sup>18</sup> SILVA, Fernando Teixeira e COSTA, Helio. Op. Cit., p. 222.

populistas<sup>19</sup>.

Ainda sobre a influência dos estudos de E. P. Thompson, Gomes<sup>20</sup> enfatiza o abalo sofrido por orientações marxistas de fundo teleológico que postulavam um modelo de consciência de classe revolucionário ao proletariado. Citando seu próprio trabalho, *A invenção do trabalhismo*, de 1988, a autora relativiza o papel dos anos 1930 como marco de ruptura entre um movimento dos trabalhadores “heroico” e outro “alienado”, defendendo uma abordagem que pense a classe trabalhadora fora de um modelo prévio, enquanto sujeito atuando dentro de um campo de possibilidades. A autora rejeita o uso do termo *populismo* em favor de *pacto trabalhista* e define o Estado Novo como momento estratégico de sua montagem. O discurso trabalhista seria, assim, uma ressignificação do discurso operário e a recepção e interpretação dos benefícios pelos trabalhadores se daria de acordo com as vivências e possibilidades dos mesmos. A regulamentação do mercado de trabalho e os critérios para que os trabalhadores pudessem obter representação classista na Assembleia Constituinte de 1934 caracterizariam o que a autora denomina como “pacto trabalhista”, que seria regido tanto pela lógica dos ganhos materiais quanto através da lógica simbólica da outorga e da reciprocidade, ou, nos termos da autora:

A primeira grande indicação é a da “ideologia da outorga”. Isto é, os benefícios sociais teriam sido apresentados à classe trabalhadora no pós-40 como um presente outorgado pelo Estado. A classe trabalhadora, mesmo antes de demandar, teria sido atendida por uma autoridade benevolente, cuja imagem mais recorrente é o da autoridade paternal [...] O desequilíbrio econômico é, assim, a chave da generosidade, da reciprocidade generalizada.<sup>21</sup>

No que se refere à História Cultural, particularmente às influências de historiadores como Ginzburg, Chartier e Darnton, Ferreira<sup>22</sup> afirma que, embora tal enfoque tenha, a partir de meados dos anos 1980, influenciado uma série de estudos relativos às classes populares durante a Primeira República, são poucos aqueles que incorporam um enfoque cultural às relações entre Estado e classe trabalhadora no pós 1930. Apoando-se nas

<sup>19</sup> Idem, *ibidem*, p. 225.

<sup>20</sup> Gomes, Ângela de Castro. *Op. Cit.*, p. 44.

<sup>21</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2005, p. 165.

<sup>22</sup> Ferreira, Jorge. *Op. Cit.*, pp. 99-101.

ideias de E. P. Thompson, Ferreira rejeita o conceito de *populismo* por considerá-lo incompatível com a concepção de classe social e consciência de classe do historiador inglês, bem como por conceber uma relação entre Estado e classe trabalhadora vista a partir de cima. Traçando uma linha de estudos que teriam se iniciado com *A invenção do trabalhismo*, de 1988, Ferreira elenca diversos autores que, a partir dos anos 1990, questionam as premissas que sustentam a ideia da existência do populismo na política brasileira, dentre os quais destaca Lucília de Almeida Neves Delgado e Maria Celina D'Araújo, bem como diversos programas de pós-graduação que formam jovens pesquisadores críticos à noção de populismo<sup>23</sup>.

Como contraponto às ideias de Ferreira e Gomes, Antônio Luigi Negro<sup>24</sup> aproxima as críticas ao conceito de populismo àquelas dirigidas por E. P. Thompson ao conceito de *paternalismo*. Após apontar as diversas fragilidades do conceito, como sua imprecisão, sua aplicabilidade a fenômenos díspares no tempo e espaço e sua perspectiva comprometida com uma história “vista de cima”, Thompson, ainda assim, considera o paternalismo “um componente profundamente importante, não só da ideologia, mas da real mediação institucional das relações sociais.”<sup>25</sup> O movimento realizado por Thompson, de salvaguardar o conceito apesar da sua imprecisão, não é, segundo Negro, seguido pelos críticos da ideia de que houve um período populista na política brasileira. Um problema adicional apontada por Negro é a dificuldade em se utilizar o conceito de *Trabalhismo* para o universo exterior ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), situação extremamente importante tendo em vista o fraco desempenho eleitoral do PTB no estado de São Paulo, já na época o principal centro industrial e operário do país.

Adriano Luiz Duarte e Paulo Fontes<sup>26</sup> reforçam as críticas ao abandono do conceito ao analisar a penetração dos fenômenos do Janismo e do Adhemarismo em São Paulo, estado onde, apesar de sua numerosa classe operária, o PTB jamais se constituiu como

<sup>23</sup> Ferreira, Jorge. Op. Cit., p. 109.

<sup>24</sup> NEGRO, Antônio Luigi. *Paternalismo e História Social*. Cadernos AEL: populismo e Trabalhismo n.20/21. Campinas, 2004, p. 17.

<sup>25</sup> THOMPSON, E. P.. *Patricios e Plebeus*. In: Costumes em Comum – Estudos Sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Cia das Letras, 1998, p. 32.

<sup>26</sup> DUARTE, Adriano Luiz; FONTES, Paulo. *O Populismo Visto da Periferia: Adhemarismo e Janismo nos Bairros da Mooca e São Miguel Paulista, 1947-1953*. Cadernos AEL: populismo e Trabalhismo n.20/21. Campinas, 2004, pp. 83-121.

um grande partido. Os autores, então, retomam as críticas feitas ao conceito de *populismo* desde os anos 1980, com destaque para as obras de Daniel Aarão reis, Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, os quais, por vias diversas, propuseram a substituição do termo *populismo* por *pacto trabalhista*. Segundo os autores, o conceito de *trabalhismo* é incapaz de dar conta das múltiplas experiências dos trabalhadores no estado mais industrializado do país por obscurecer as questões urbanas e focar-se quase que exclusivamente nas relações de trabalho e no mundo sindical. Como exemplo, os autores apresentam as carreiras de Jânio Quadros e Adhemar de Barros, que teriam sido construídas por fora do *trabalhismo*, embora flertassem ambiguamente com ele. O próprio PTB, em que pese a incontestável popularidade da figura de Getúlio Vargas, era fraco e dividido em São Paulo. As questões ligadas à pauta local, como melhores condições de vida, moradia digna e respeitabilidade, bem como os diversos locais de sociabilidade como clubes desportivos e associações de bairro, assumiriam, assim, papel central. Longe de basearem suas carreiras apenas em seu *carisma pessoal*, Adhemar e Jânio, de maneiras diferentes, foram capazes de articular diversas lideranças locais que davam visibilidade uma pauta que extrapolava a questão sindical e trabalhista, como a questão urbana. Desta forma, os autores advogam o uso do termo *populismo* como categoria válida, uma vez que as relações entre os políticos populistas e seus eleitores se dariam segundo uma noção específica de cidadania e representação:

Em vários depoimentos colhidos os votos em Jânio e em Adhemar são classificados como votos de gratidão, a retribuição dada por um benefício recebido. Desta forma, é razoável supor que o eleitor dê seu voto para alguém para alguém de quem possa cobrar, que seja do bairro, ou que esteja no bairro, enfim alguém que veja com os próprios olhos suas necessidades.[...] Essa maneira de se relacionar com o voto não é nem equivocada nem alienada. Ao contrário, ela supõe uma clara noção de direitos. Por isso, é preciso relativizar a ideia de que nessa relação não existia implícita uma noção de cidadania e representação.<sup>27</sup>

Alexandre Fortes, em seu estudo sobre a classe trabalhadora porto-alegrense durante a Era Vargas<sup>28</sup>, faz severas restrições ao uso do *trabalhismo* como conceito totalizador

<sup>27</sup> Idem, *ibidem*, p. 119.

<sup>28</sup> FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito. A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias

da experiência operária no pós 1930. Sua crítica concentra-se principalmente na pouca ênfase dada à luta de classes em *A invenção do trabalhismo*, de Ângela de Castro Gomes, bem como no risco que se corre, ao se substituir o *populismo* pelo *trabalhismo*, de trocar o estigma pela apologia. Outro aspecto para o qual Fortes chama a atenção, além da especificidade da experiência paulista já apontada por Duarte e Fontes, é a impossibilidade de integrar os estudos sobre a experiência brasileira às experiências similares ocorridas na América Latina, pois, segundo o autor:

por mais que a crítica à gênese elitista, à carga de preconceito e às limitações do conceito de populismo sejam pertinentes, trabalhismo não nos oferece uma alternativa para analisar sequer o conjunto das mudanças na relação entre sociedade e política que ocorriam no período, no país, quanto mais para integrá-las num quadro latino-americano onde, indubitavelmente, elas se situam em meio a um conjunto de experiências similares, cuja análise comparativa é fundamental.<sup>29</sup>

### 1.3 – Trabalhadores e populismo<sup>30</sup>

Analizando o contexto que se inicia em finais dos anos 80, quando a bandeira do sindicalismo era a ruptura com a estrutura corporativista herdada do Estado Novo, Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa veem uma mudança a partir das ameaças representadas pelos ideais neoliberais, os quais levam a uma releitura do passado em que o reconhecimento e a garantia legal dos direitos exige dos trabalhadores elevado senso de independência e participação política. Os autores então apresentam uma série de estudos que tematizam os seguintes pontos: a) o populismo e as políticas de alianças, leis de direitos e justiça; b) continuidades/descontinuidades, lideranças e bases e c) greves, migrantes e paternalismo/novo

---

do Sul: EDUCS, 2004.

<sup>29</sup> Idem, *ibidem*, pp. 438-439.

<sup>30</sup> Exceto quando indicado em contrário, as informações contidas nesta seção são baseadas em SILVA, Fernando Teixeira e COSTA, Helio. *Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

e velho sindicalismo. Esses trabalhos têm em comum o fato de não serem grandes ensaios explicativos, mas estudos com forte lastro empírico que, utilizando fontes das mais variadas naturezas, descortinaram uma imagem muito mais complexas do movimento operário no período.

No que se refere ao primeiro tema, é citada a obra de John French<sup>31</sup> que, em seu estudo sobre os metalúrgicos do ABC entre 1900 e 1950, busca uma análise sócio-histórica por meio da qual se possa enxergar as experiências dos trabalhadores através da sua interação com as demais classes sociais, bem como as negociações ocorridas no interior deste sistema de alianças. Além disso, French também advoga, segundo os autores, que o projeto corporativista e a legislação trabalhista não obtiveram pleno êxito em sustar a mobilização dos trabalhadores, pois, muito embora houvesse um enorme fosso entre a lei e a prática, a intervenção estatal forneceu um substrato que poderia ser utilizado pelos trabalhadores nos conflitos com a classe patronal, gerando assim o que se poderia chamar de uma “consciência legal”. Desta forma, a legislação trabalhista imposta pelos “de cima”, longe de constituir-se apenas em amarras à ação operária, constituiu-se em um importante elemento formador da experiência da classe operária ao ser apropriada pelos “de baixo” em suas lutas. No que se refere à relação entre a classe trabalhadora e o Estado, os autores observam que as interpelações que os trabalhadores faziam aos poderes constituídos não se resumiam a simples mistificação ou imposição de uma ritualística vazia por parte da classe patronal e do Estado, mas, de forma ambígua, eram também um meio de transformar as demandas reais dos trabalhadores em procedimentos legais, bem como vias de reconhecimento da dignidade dos trabalhadores.

Quanto ao segundo tema, *continuidades/descontinuidades, lideranças e bases*, os autores ressaltam a contestação do modelo que representa a intervenção estatal pós 1930 como uma imposição unilateral por parte do Estado. Um dos principais trabalhos nesse sentido é o de Ângela Carneiro de Araújo<sup>32</sup>, para quem a implantação de um novo padrão de relação entre o Estado e classes sociais contou tanto com o “consentimento ativo” quanto com

<sup>31</sup> FRENCH, John D. *O ABC dos operários – Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo, Hucitec; São Caetano do Sul, Prefeitura Municipal, 1995.

<sup>32</sup> ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. *As lideranças sindicais e a construção do sindicalismo corporativo nos anos 30*. In: Reis, Elisa; Almeida, Maria Herminia Tavares; Fry, Peter [Orgs.]: *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo. Hucitec/ANPOCS, 1996.

a “adesão militante” de boa parte do sindicalismo preexistente. Desta forma, a autora assinala tanto o atendimento de demandas reais da classe operária quanto a existência de correntes sindicais no pré 1930 que defendiam a aproximação com o Estado. Tanto essas correntes, identificadas com o chamado *sindicalismo amarelo* e que teriam aderido à lei de sindicalização, quanto outras correntes contrárias ao projeto corporativista, as quais teriam tentado implodi-lo por dentro, acabaram contribuindo, por caminhos diferentes, para sua efetivação.

No que se refere às relações entre as lideranças e as bases no movimento sindical, Kazumi Munakata<sup>33</sup> vê na proposta de organização sindical burocratizada, centralizadora e vertical defendida pelos comunistas um precursor do corporativismo. Para este autor, a progressiva hegemonia conquistada pelos comunistas em detrimento dos anarquistas junto ao movimento sindical ao longo dos anos 1920 teria aberto caminho para que o sistema corporativista fosse implantado no Brasil após 1930. Sua crítica concentra-se sobretudo na progressiva perda de controle por parte trabalhadores sobre seus órgãos de representação, os quais se tornam cada vez mais burocratizados e destinam-se, muitas vezes, a controlar e disciplinar os trabalhadores, levando-os a aderir ao canto de sereia representado pela legislação trabalhista.

Buscando recuperar as origens históricas do novo sindicalismo, Joel Wolfe<sup>34</sup> contesta, a partir de pesquisa relativa à ação dos trabalhadores de indústrias têxteis e metalúrgicas entre 1900 e 1955, a noção de que o movimento operário resumia-se apenas à ação de minorias militantes. Sua pesquisa minuciosa constata a existência, mesmo antes de 1978, de eficientes comissões de fábrica capazes de sobreviver a diferentes conjunturas políticas e de resistir à repressão policial. Wolfe, contudo, vê uma grande distância entre as comissões, representantes reais dos interesses dos trabalhadores, e as cúpulas sindicais masculinas formadas por minorias militantes, tanto no pré quanto no pós 1930, o que teria levado o movimento operário em São Paulo a sucessivos fracassos.

O estudo de Alexandre Fortes sobre a legalização dos sindicatos em Porto Alegre

<sup>33</sup> MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1981.

<sup>34</sup> WOLFE, Joel. *Working Women, Working Men* : São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class, 1900-1955. London, Duke University Press, 1993.

nas décadas de 1930 e 1940<sup>35</sup> enfatiza a construção gradual dos mecanismos de controle dos sindicatos e questiona as ideias de Munakata relativas ao papel dos comunistas na burocratização dos sindicatos, atribuindo-a à repressão policial. Embora reconheça o processo de burocratização ocorrido na cúpula do partido, Fortes argumenta que a sobrevivência da organização comunista durante os anos do Estado Novo deu-se por meio de células de base sem grande vínculo com a estrutura nacional, nas quais “a militância de base do partido estava longe de aplicar cegamente sua linha sindical sobre uma base amorfa. Ao contrário, os militantes reelaboravam as orientações partidárias a partir de sua experiência como operários”<sup>36</sup>. Desta forma, Fortes estabelece uma linha de continuidade entre o sindicalismo pré e pós 30, relativizando as descontinuidades entre os dois períodos.

Hélio da Costa<sup>37</sup>, por sua vez, rejeita a clivagem entre espontaneísmo e organização dos trabalhadores via sindicato e partido. Essa visão, segundo o autor, seria responsável por impor uma hierarquia do tipo fábrica-sindicato-partido na qual os movimentos espontâneos, iniciados na fábrica, seriam indicativos de baixa organização política da classe enquanto o partido seria seu nível mais elevado de expressão e consciência. Elencando diversos movimentos grevistas ocorridos no após guerra nos quais a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho foram fundamentais ao suplantar tanto as orientações imobilistas das direções sindicais quanto aquelas vindas do próprio PCB, Hélio da Costa concebe a atuação das comissões de fábrica como meio de aprendizado político que possibilitaram aos trabalhadores atuar ativamente no sentido de oxigenar e transformar as práticas das instituições que se destinavam a representá-los.

Ao fazer um balanço dos novos estudos sobre 1945-1964, Silva & Costa constatam inúmeras críticas ao cupulismo, visão segundo a qual as lideranças sindicais (cúpulas sindicais), sobretudo aquelas vinculadas ao PCB, atuavam de maneira completamente desvinculada das bases. Esses estudos mostram que havia clivagens dentro do próprio PCB de modo que enunciados emanados das lideranças não correspondiam necessariamente à prática dos militantes de base no após guerra. Por outro lado, estudos que

<sup>35</sup> FORTES, Alexandre. “Revendo a Legalização dos Metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)”. In — et al. *Na Luta por Direitos: Estudos Recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Unicamp, 1999.

<sup>36</sup> Idem, p. 39.

<sup>37</sup> COSTA, Hélio da. *Em busca da memória – Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scrita, 1995.

enfatizam as clivagens entre bases e cúpula tendem a voltar suas atenções muito mais às cúpulas do que às bases. Além disso, aliancismo dos comunistas e sua política de “apertar os cintos”, ou seja, evitar movimentos paredistas, não impediu a eclosão de greves em setores dominados pelo capital nacional no período. O sucesso que os comunistas alcançaram como liderança junto aos trabalhadores devia-se, segundo os autores, muito mais a sua imersão no cotidiano dos trabalhadores do que às disputas políticas de cúpula.

No que se refere ao último tema, *greves, migrantes e paternalismo/novo e velho sindicalismo* Silva e Costa destacam que a teoria do cupulismo abriu caminho para estudos que têm como objeto greves específicas e breves conjunturas. Tais estudos, a exemplo da reconstituição da greve dos 400 mil de 1957 por Paulo Fontes<sup>38</sup>, lançam luz tanto sobre as relações tanto entre trabalhadores e cúpula sindical quanto entre sindicatos e políticos populistas, enfatizando o modo como os cálculos políticos contribuíram para o sucesso do movimento. Outro aspecto para o qual o estudo de Fontes lança luz é a ação dos piquetes, pois revela que eles exigiam um nível forte de organização nas fábricas e levando a um estreitamento da solidariedade de classe, ao contrário do que postula a teoria, que vê os piquetes como indicativo de baixa organização.

Outros dois trabalhos de Paulo Fontes que merecem destaque têm como tema os trabalhadores da Companhia Nitro Química<sup>39</sup>, localizada no distrito de São Miguel Paulista, em São Paulo, região marcada por forte migração nordestina. Ao analisar a constituição de relações paternalistas entre a empresa e seus trabalhadores, Fontes observa que essas relações não foram suficientes para impedir a eclosão de uma massiva greve no ano de 1957. Além disso, o autor demonstra que, ao lado do paternalismo, a forte repressão policial e da própria empresa, bem como a intervenção ocorrida no Sindicato dos Químicos ainda em fins dos anos 1940 foram decisivos no sentido de dificultar a mobilização dos trabalhadores que, apesar das circunstâncias, foram capazes de se organizar por meio de comissões de fábrica e retomar o controle do sindicato.

<sup>38</sup> FONTES, Paulo. Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo. In: FORTES, Alexandre et al. *Na Luta por Direitos: Estudos Recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Unicamp, 1999.

<sup>39</sup> FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos. Nitro Química: A fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997; \_\_\_\_\_, *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

Os estudos de Antônio Luigi Negro<sup>40</sup> sobre a trajetória dos trabalhadores da Willys, por sua vez, mostram como relações paternalistas promovidas pela empresa não foram capazes de sustar a mobilização dos trabalhadores, bem como as relações de reciprocidade criavam nos trabalhadores um sentido de justiça e uma economia moral que era capaz de levar a conflitos. A greve de 1968, ocorrida após a compra da empresa pela Ford é, assim, vista por Negro não mais apenas como marco inaugural do novo sindicalismo, mas como um elo entre o pré e o pós 1964, ressaltando, assim, as continuidades entre os dois momentos históricos e questionando as bases em que se construiu a oposição entre o novo e o velho sindicalismo.

Com base nos estudos apresentados, Silva & Costa concluem que o ocultamento das dinâmicas das lutas realizadas no período de 1930 a 1964 deve-se fundamentalmente a um modelo explicativo que coloca, de um lado, um estado perverso e, de outro, uma sociedade vitimizada, na qual os conflitos seriam desarmados por lideranças populistas. O descrédito de tais modelos teria, segundo os autores, levado a uma profusão de estudos empíricos relativos à classe operária em breves conjunturas e a uma lacuna no que se refere a sínteses analíticas e estudos comparativos e interdisciplinares que lancem luz sobre a história classe operária também fora do Sul e Sudeste do país.

#### 1.4 - Trabalhadores e populismo nos livros didáticos

Esta seção destina-se a analisar as representações dos trabalhadores no período pré-1930 e 1945-1964 nos livros didáticos de História mais distribuídos pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) do ano de 2017, cuja validade se encerra em 2019. O PNLD é um programa em nível federal que existe com a atual denominação desde 1985 e que tem passado, ao longo dos anos, por diversas reformulações<sup>41</sup>. Além disso, todas as obras constantes do PNLD passam por avaliação pedagógica realizada por instituições de educação

<sup>40</sup> NEGRO, Antonio Luigi. *A "Via Willyana": Industrialização e Trabalhadores do Setor Automobilístico*. Tempo, Nº7, Vol. 4 - Jul. 1999.

<sup>41</sup> Estas informações preliminares constam na página oficial do programa na internet, disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>. Acesso em 06/04/2017.

superior públicas<sup>42</sup>. Os dados do PNLD 2017 dão conta de que são 117.690 escolas beneficiadas, atingindo 29.416.511 alunos através da aquisição de 152.351.763 livros a um custo total de R\$ 1.295.910.769,73<sup>43</sup>. No que se refere à área de História, são 10.785.024 livros distribuídos e, sozinhas, as três coleções que serão analisadas representam quase 60% (ou, em termos exatos, 6.330.627 livros em um total de 10.785.024) dos livros didáticos distribuídos via PNLD, conforme tabela abaixo<sup>44</sup>:

Posição	Nome da Coleção	Editora	Qtde. de exemplares
1º	História, Sociedade e Cidadania	FTD	3.387.162
2º	Projeto Araribá – História	Moderna	1.781.362
3º	Vontade de Saber – História	FTD	1.162.104
4º	Projeto Mosaico – História	Ática Scipione	1.062.630
5º	Historiar	Saraiva	801.674
6º	Estudar História: das origens do Homem à era digital	Moderna	600.179
7º	História doc	Saraiva	586.824
8º	Projeto Teláris História	Ática Scipione	353.048
9º	História nos dias de Hoje	Leya escolar	333.635
10º	Piatã História	Positivo	216.947
11º	Integralis	IBEP	197.190
12º	Projeto Apoema	Editora do Brasil	157.441
13º	História para nosso tempo	Positivo	85.685
14º	Jornadas.hist – História	Saraiva	59.150
<b>Total</b>			<b>10.785.024</b>

As representações sobre os trabalhadores nos livros didáticos de História tendem a

<sup>42</sup> Estas informações baseiam-se no edital do PNLD relativo ao ano de 2017 que se encontra disponível em: <http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/165-editais?download=9518:pnld-2017-edital-consolidado-10-06-2015> e no decreto nº Decreto 7.084/2010, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7084.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7084.htm). Acesso em 06/04/2017.

<sup>43</sup> <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/dados-estatisticos>. Acesso em 01/07/2018.

<sup>44</sup> Uma tabela completa, com dados de todos os componentes curriculares encontra-se disponível em: <http://www.fnde.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/35-dados-estatisticos?download=10068:pnld-2017-cole%C3%A7%C3%A7%C3%85es-mais-distribu%C3%ADdas-por-componente-curricular-s%C3%A9ries-finais-ensino-fundamental>. Acesso em 03/06/2018.

evidenciar um corte bastante profundo entre o período pré e pós 1930. Por um lado, no período pré-1930, os trabalhadores e as classes populares, em geral, aparecem como sujeitos, articulando demandas e atuando de maneira autônoma. No período pós-1930, ao contrário, os trabalhadores estão praticamente ausentes da narrativa, aparecendo apenas os projetos políticos formulados pelas elites políticas e seus efeitos sobre os primeiros. Ronaldo Oliveira Ferraz e Ana Palmira Bittencourt Casimiro, que analisaram as representações sobre os trabalhadores em seis livros didáticos destinados ao Ensino Médio, afirmam que a classe trabalhadora é objeto de longa análise e descrição no período pré-1930, ao passo que:

Quanto aos períodos do populismo (1946-1964) e da ditadura militar (1964-1985), há algo em comum nas abordagens. Primeiro, são os períodos em que menos se abordam a temática da classe trabalhadora. Como no período varguista, sua memória histórica aparece fragmentada e episódica. Surge, sobretudo, quando os autores se referem aos momentos de crise econômica e às dificuldades enfrentadas pelos governos de Vargas (1951-1954), JK (1956-1961) e João Goulart (1961-1964), com os aumentos do custo de vida e a escalada inflacionária.<sup>45</sup>

A coleção mais distribuída pelo PNLD de 2017, *História Sociedade e Cidadania*<sup>46</sup>, que conta com cerca de 31% do mercado de livros de didáticos de História do referido programa, traz uma abordagem semelhante à mencionada acima. Há dois capítulos destinados à Primeira República (1889-1930), nos quais referências ao operariado e podem ser encontradas em ambos<sup>47</sup>, embora no primeiro sejam abordados mais aspectos quantitativos e o segundo enfoque mais as ideologias políticas predominantes no movimento operário organizado, a luta pela jornada de oito horas e faça uma descrição bastante longa da greve de 1917.

Na parte referente ao período democrático (1945-1964), porém, as referências ao movimento operário tornam-se escassas, sendo oferecidas apenas informações esparsas, como

<sup>45</sup> FERRAZ, R. O.; CASIMIRO, A. P. B. S. *A classe trabalhadora no livro didático: Memória e História*. In: IX Colóquio Nacional e II Colóquio Internacional do Museu Pedagógico, 2011, Vitória da Conquista, 2011, p. 114. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/view/2509>. Acesso em 10/10/2017.

<sup>46</sup> BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História: sociedade e cidadania*. 3. ed. - São Paulo: FTD, 2015.

<sup>47</sup> O capítulo 4, *Primeira República: dominação*, contém uma seção intitulada “Indústria e operários na Primeira República” (pp. 70-74) e o capítulo 5, *Primeira República: resistência*, traz uma seção denominada “O Movimento Operário” (pp. 88-93).

a referência à proibição das greves em serviços essenciais durante o governo Dutra. A mobilização e luta dos trabalhadores aparece apenas uma única vez, no contexto da crise que levou ao fim do segundo governo Vargas (1951-1954):

No início desse segundo governo Vargas, a insatisfação entre os trabalhadores era grande, pois havia tempos o salário mínimo não era reajustado para acompanhar a alta da inflação. Por isso, em 1953, explodiram greves por aumentos de salário em todo o país.<sup>48</sup>

O Esquema explicativo adotado por Boulos Júnior no capítulo referente ao período entre 1945 e 1964 - sugestivamente<sup>49</sup> denominado *Brasil de 1945 a 1964: uma experiência democrática* - concebe a existência de apenas dois projetos de sociedade mutuamente excludentes: o *Nacional-Estatismo*, que teria como características a defesa da intervenção do Estado na economia, da limitação e controle da entrada de capitais estrangeiros e do distanciamento ou oposição aos Estados Unidos e o *liberalismo conservador*, que defenderia a economia de mercado, a entrada de empresas e capitais estrangeiros no país e a aliança com os Estados Unidos, além de se opor à interferência do Estado na economia. Tais projetos são apresentados como formulações das elites políticas que disputavam a preferência dos eleitores, tendo, de um lado, Getúlio Vargas, e, de outro, Carlos Lacerda como expoentes respectivamente do primeiro e do segundo<sup>50</sup>. A narrativa em torno do período, dividida em mandatos presidenciais, tem como foco as ações das elites políticas governamentais e oposicionistas em torno das duas alternativas apresentadas acima. As referências aos trabalhadores, além do episódio relativo às greves de 1953 mencionado anteriormente, somente são retomadas por meio da sua representação na condição de vítimas no processo de construção de Brasília. O golpe de 1964, por sua vez, é explicado por meio da radicalização política, à direita e à esquerda, causada pelas discussões em torno das reformas de base, levando ao isolamento de João Goulart.

<sup>48</sup> Boulos Júnior. Op. Cit., p. 212.

<sup>49</sup> Tanto o título quanto a definição dos projetos políticos apresentados são claramente inspirados na obra coordenada por Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. Cf.: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – O Tempo da experiência democrática*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

<sup>50</sup> Boulos Júnior. Op. Cit., p. 208.

O segundo livro mais distribuído pelo PNLD, *Projeto Araribá*<sup>51</sup>, obra coletiva concebida e produzida pela editora Moderna e que conta com aproximadamente 16,5% do mercado do programa, traz uma organização do período diferente. Dividido em unidades que por sua vez são subdivididas em temas, o chamado período democrático (1945-1964) encontra-se dividido em duas unidades diferentes: *A era Vargas* (1930-1954) e *Democracia e ditadura no Brasil* (1955-1985)<sup>52</sup>. Neste livro não temos o padrão de haver uma grande ênfase, ao longo do texto principal, no movimento operário pré-1930, sendo este apresentado na mesma unidade que os demais movimentos sociais urbanos, como a Revolta da Vacina e da Chibata. A temática, contudo, é clássica, com ênfase nas condições de trabalho, no trabalho infantil e feminino e na influência dos imigrantes na introdução de ideias anarquistas e socialistas e na fundação dos primeiros sindicatos, além de informações básicas relativas à greve de 1917. As informações sobre o movimento operário na Primeira República são complementadas por um texto auxiliar<sup>53</sup> que traz os temas tratados no texto principal de maneira mais contextualizada.

A divisão adotada pelo livro, que concebe a primeira parte (1945-1954) do período democrático como integrante da Era Vargas, contudo, não altera o modo como os temas são dispostos e tratados. A divisão adotada ainda é por mandatos presidenciais. Diferentemente de *História, Sociedade e Cidadania*, o *Projeto Araribá* não traz nenhuma referência a movimentos grevistas neste período, citando apenas, ao referir-se à Constituição de 1946, que “a legislação trabalhista classificou a maioria das ocupações como “atividades essenciais”, proibindo, na prática, qualquer paralisação”.<sup>54</sup> Esta referência à lei 9.070<sup>55</sup> não vem acompanhada, contudo, de informações relativas aos movimentos grevistas que levaram o governo Dutra a promulgá-la, nem de referências ao fato de ela não ter sido aplicada na

<sup>51</sup> Apolinário, Maria Raquel (Ed.). *Projeto Araribá: História*. 4. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2014. Vol. 4, p.150.

<sup>52</sup> Respectivamente, unidade 5 (pp. 130-156) e unidade 8 (pp. 208-232). Há apenas um tema relativo ao período 1945-1964, na primeira unidade, denominado *O Brasil depois de 1945* (pp. 149-157). O marco cronológico a que cada unidade se refere não está contido nos títulos e foi acrescentado por mim.

<sup>53</sup> Apolinário, Op. Cit., pp. 74-5. O texto em questão é uma versão resumida do artigo “De braços dados e cruzados”, de Carlos Augusto Addor, publicado na *Revista de História da Biblioteca Nacional*, edição de 1º de agosto de 2013.

<sup>54</sup> Apolinário. Op. Cit., 2014, p.150.

<sup>55</sup> A Lei 0.070 foi instituída em 15 de março de 1946 na esteira de uma onda grevista que varreu o país. Embora seu objetivo fosse impossibilitar a ocorrência de novas paralisações, esta lei não foi eficaz e, como os demais capítulos deste trabalho demonstram, era raramente aplicada.

íntegra como o governo pretendia. Tal lacuna é grave à medida que, estando em uma seção dedicada a importantes tópicos sobre as disposições principais da Constituição de 1946, as informações incompletas sobre a proibição do direito de greve possa levar o aluno a imaginar que movimentos grevistas realmente não ocorreram entre 1946 e 1964.

A unidade em que aparece a segunda parte do nosso período (1955-1964) inicia-se com uma pergunta que talvez nos forneça a chave interpretativa do que está subjacente a toda a narrativa: “por que os ‘anos dourados’ se transformaram em ‘anos de chumbo’?”<sup>56</sup>. Explicar as razões que levaram ao golpe de 1964, bem como o movimento pendular entre democracia e autoritarismo parece ser o objetivo da unidade como um todo, especialmente da seção (denominada tema) que a abre: *os governos democráticos*. Buscando articular temas como o Plano de Metas e a construção de Brasília com a bossa nova e o título da seleção brasileira de futebol em 1958, o período JK é representado como de grande euforia e otimismo, fazendo jus aos título de *anos dourados*. A única referência aos trabalhadores é sua participação na construção de Brasília e sua opção por permanecer na cidade. As contradições inerentes ao modelo desenvolvimentista aparecem apenas na seção seguinte, ao tratar da eleição de Jânio Quadros. Com grande foco na ação individual de Jânio, o capítulo entra então no episódio de sua renúncia e no que chama de “crise sucessória”, chegando finalmente ao que parece ser, na visão dos autores, o momento de grande virada: o governo Jango. A mobilização dos trabalhadores, seguindo a narrativa, parece ser retomada apenas neste momento, que é assim caracterizado:

Os primeiros anos do governo Jango coincidiram com o aumento da participação popular na vida política do país. Os trabalhadores reuniam-se em sindicatos para organizar greves e reivindicar melhores condições de trabalho; os estudantes formavam organizações estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE); até os militares de baixa patente, como os soldados, os cabos os sargentos e os marinheiros, exigiam ser ouvidos por seus superiores.<sup>57</sup>

Na seção seguinte, que tem como tema o golpe civil-militar de 1964, a situação é descrita nos

<sup>56</sup> Apolinário. Op. Cit., 2014, p. 210.

<sup>57</sup> Apolinário. Op. Cit., 2014, p. 214.

seguintes termos: “no meio urbano, cresceu o número de greves, chegando a 172 em 1963, quase seis vezes maior (sic) do que em 1958. Os estudantes se mobilizavam, defendendo uma aliança estudantil com os operários.”<sup>58</sup>.

A mobilização dos trabalhadores, ausente durante toda a narrativa até o governo João Goulart, irrompe, assim, de maneira brusca. Não há maiores informações sobre o que teria levado a esse súbito despertar da classe trabalhadora, nem sobre as novas formas de organização dos trabalhadores surgidas no período, como o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). Desta forma, podemos concluir que, nessa coleção, os trabalhadores aparecem na narrativa apenas em momentos em que sua participação liga-se à necessidade de se explicar a *grande política*, no nosso caso o golpe civil-militar de 1964.

Os dois livros analisados acima têm em comum o fato de não utilizarem, em nenhum momento, a categoria *populismo* para explicar o período. Boulos Júnior trabalha com as noções de *experiência democrática* e *política de massas*. O *Projeto Araribá* também segue a mesma linha, não se referindo à existência do *populismo* nem sequer mencionando ações de governos durante o período democrático que poderiam ser vistas como tentativas de obter o apoio da classe trabalhadora, à exceção, talvez, das reformas de base. A rejeição ao conceito foi certamente influenciada pela historiografia recente sobre o período, tema abordado nas seções anteriores deste capítulo. O terceiro livro mais distribuído pelo PNLD, contudo, foge à regra e o capítulo sobre o período 1945-1964 traz o seguinte título: *O pós-guerra no Brasil: democracia e populismo*.

Escrito por três autores, a coleção *Vontade de saber*<sup>59</sup> é responsável por algo em torno de 10% dos livros de História distribuídos via PNLD. No capítulo referente à Primeira República, as únicas informações sobre o operariado estão na seção relativa aos imigrantes nas cidades, destacando os aspectos comuns aos demais livros, como as condições de trabalho e o trabalho feminino e infantil, além de informações acerca da origem dos primeiros sindicatos no Brasil e sua vinculação tanto com entidades assistencialistas quanto com as ideias anarquistas e socialistas. Há referências também ao lazer dos trabalhadores na legenda

<sup>58</sup> Idem, *ibidem*, p. 215.

<sup>59</sup> DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco César. *Vontade de saber história*. 9. Ano. 3. ed. São Paulo: FTD, 2015.

de uma foto de uma partida de futebol. Destaca-se aqui a ausência de qualquer informação sobre a greve de 1917 ou qualquer outro movimento grevista no período, dedicando-se todo o texto e a iconografia aos demais movimentos ocorridos no campo e nas cidades.

Trazendo a tradicional divisão por mandatos presidenciais, entremeada por informações sobre arte e cultura, o capítulo referente ao período 1945-1964 inicia-se com uma descrição do movimento queremista e menciona, já no governo Dutra, a manutenção do corporativismo sindical e da legislação trabalhista, bem como as restrições ao direito de greve. Os trabalhadores aparecem nesse capítulo apenas na condição de receptores dos discursos populistas de Vargas e como vítimas durante a construção de Brasília, momento este em que o livro traz uma farta iconografia acompanhada de pequenos textos descrevendo as condições de trabalho, moradia e lazer dos *candangos*, além da sua não incorporação ao Plano Piloto. Repetindo o padrão observado em *Projeto Araribá*, a mobilização operária aparece uma única vez, de maneira vaga, já durante o governo João Goulart, quando, segundo os autores:

o movimento estudantil se radicalizava e participava ativamente das questões políticas do país. Trabalhadores organizados em sindicatos, como a Confederação Geral dos Trabalhadores (sic), aumentavam sua atuação por meio de intensas atividades pelas causas trabalhistas.<sup>60</sup>

Se referências às mobilizações dos trabalhadores são praticamente inexistentes, abundam referências ao *populismo*. Ao tratar do queremismo e da deposição de Vargas em 1945, os autores apontam como uma de suas causas a crítica do governo norte-americano ao populismo varguista. A seção dedicada ao segundo governo Vargas (1951-1954) chama-se *Populismo e nacionalismo*. O populismo como conceito é problematizado em um *box*, sugestivamente denominado “História em construção” cujo conteúdo, de teor historiográfico, merece ser reproduzido abaixo:

Entre as décadas de 1950 e 1960, estudiosos definiram o conceito de populismo como um fenômeno político em que as massas de trabalhadores seriam tuteladas pelo Estado. Nessas condições, o Estado dificultava o processo de organização dos trabalhadores, enquanto oferecia benefícios, como direitos trabalhistas, em troca do apoio político. [...] Atualmente, o

<sup>60</sup> DIAS, Op. Cit., p. 260.

conceito de populismo é criticado por alguns historiadores, como Ângela de Castro Gomes, pois relega os trabalhadores à condição de sujeitos “passivos” no processo histórico. Estudos recentes apontam para o fato de que, apesar da relação desigual entre as forças populares e as do Estado, os trabalhadores possuíam mecanismos próprios de mobilização e de pressão política. Desta forma, não teriam adotado uma atitude de submissão, mas procurado estabelecer alianças com o Estado, utilizando os meios de que dispunha para defender seus próprios interesses.<sup>61</sup>

Além do populismo, outro aspecto da sociedade mobilizado pelos autores para explicar o período é a oposição entre *conservadores* e *progressistas*, definidos também como *liberais*, no caso dos primeiros, e *nacionalistas*, no caso dos últimos. Tais grupos, representando os principais segmentos da sociedade e articulando-se aos partidos políticos, protagonizaram as principais disputas políticas do período, as quais chegariam ao seu auge em 1964, culminando com a vitória dos conservadores por meio do golpe civil-militar. O ocaso da democracia em 1964 seria, assim, explicado como o resultado da falência do modelo populista de conciliação:

o governo Goulart revelou os limites do reformismo. Numa época em que as contradições sociais chegaram à situação de tensão pré-revolucionária, Goulart insistiu num programa de reformas de base que não atendiam completamente os anseios populares e desagradavam profundamente os setores conservadores, questionando a capacidade do populismo de continuar mantendo a estabilidade política e a acumulação de capitais no país, essenciais para a burguesia.<sup>62</sup>

Assim, embora os autores listem as críticas ao conceito de *populismo* recorrentes na historiografia e apontem a existência tanto de mecanismos de mobilização por parte dos trabalhadores quanto de estudos que trabalham com a noção de *alianças de classe*, não são apresentados, ao longo do texto principal, nem exemplos de tais mobilizações nem das referidas alianças. De maneira contraditória em relação à perspectiva historiográfica

<sup>61</sup> Idem, *ibidem*, p. 245.

<sup>62</sup> Idem, *ibidem*, p. 261. Note-se que o texto é uma citação de DANTAS FILHO, José e DORATIOTO, Fernando Monteoliva. *A República da bossa nova: a democracia populista (1954-1964)*. São Paulo: Atual, 1991, pp. 18-19.

mobilizada, a explicação apresentada para o golpe civil-militar de 1964 é exatamente o colapso de um populismo reificado, bem à moda dos estudos de cunho sociológico dos anos 1950-1960 criticados páginas atrás.

Concluindo, podemos observar que, de modo geral, embora haja diferença em termos de ênfase, as mobilizações dos trabalhadores são, durante o período 1945-1964, praticamente ausentes dos livros didáticos, aparecendo, em duas das três coleções analisadas, apenas no contexto do golpe de 1964, sem referência às lutas da classe operária ao longo do período. Outro aspecto que chama a atenção é o fato de apenas uma das três coleções analisadas trazer maiores informações sobre o movimento operário pré-1930, como uma descrição mais detalhada da greve de 1917, o que revela que a pouca ênfase dada à atuação dos trabalhadores não se restringe apenas ao período analisado neste trabalho.

## CAPÍTULO 2 – Os trabalhadores e a democratização<sup>63</sup>

### 2.1 – O fim do Estado Novo e a mobilização dos trabalhadores

A partir do final do Estado Novo (1937-1945), mais especificamente a partir de 1942, a mobilização militar em função da Segunda Guerra Mundial levou a um aumento expressivo da exploração da mão de obra. A política oficial consistia na valorização do trabalhador nacional, que, por um longo período, havia sido considerado inferior ao trabalhador imigrante e uma das razões do atraso brasileiro. Com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados, o trabalhador nacional passa, então, a ser visto pelo discurso oficial não mais apenas como mão de obra, mas, no contexto da guerra, como um soldado a serviço da produção.

Com isso, embora valorizados no nível do discurso, a capacidade de mobilização e reivindicação dos trabalhadores passa a estar grandemente reduzida devido à forte repressão policial. A própria questão da jornada máxima de trabalho, que havia sido objeto de deliberação na CLT não se aplicaria enquanto perdurasse o esforço de guerra. Em muitas indústrias, a supervisão dos trabalhos passava a ser realizada por oficiais das Forças Armadas com o objetivo de intimidar os trabalhadores e dissuadi-los de qualquer movimento reivindicatório. Além disso, não era permitida mobilidade de emprego nem reivindicações de reajustes salariais ou melhores condições de trabalho, bem como houve alterações no sistema de férias e pesadas punições para aqueles que se ausentavam do trabalho, sendo as faltas até mesmo equiparadas ao crime de deserção.

<sup>63</sup> O relato contido neste capítulo baseia-se nas seguintes obras: COSTA, Hélio da. *Em busca da memória – Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scrita, 1995; D'ARAÚJO, Maria Celina; GOMES, Ângela de C. *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989; FRENCH, John D. *O ABC dos operários – Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo, Hucitec; São Caetano do Sul, Prefeitura Municipal, 1995; GOMES, Angela Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2005; MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e Democratização*. São Paulo: Brasiliense, 1979; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (org.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos. Comunistas e Sindicalistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo/Unirio, 2001. Speranza, Clarice Gontarski. *Cavando direitos, : as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)*. Porto Alegre: Anpuh, Oikos, 2014.

Uma das consequências imediatas da guerra foi a paralisação de uma parte significativa do comércio internacional, o que dificultava as importações e contribuía para a elevação da demanda por produtos nacionais. Assim, ao mesmo tempo em que os industriais assistiam a um forte aumento dos seus lucros devido à demanda gerada a partir da mobilização militar, a inflação e a falta de gêneros de primeira necessidade, também causados pela guerra, castigava a classe operária. Com os salários defasados em comparação com o constante crescimento do custo de vida, a legislação ainda condenava a pena de detenção de dois a seis anos os trabalhadores que participassem de greves em indústrias consideradas essenciais às necessidades de defesa nacional.

De maneira paralela à repressão, o então Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, buscou fortalecer as relações entre o Ministério do Trabalho e os trabalhadores através de um esforço visando à sindicalização em massa. Para atingir tal propósito, o ministro lançou mão da divulgação dos benefícios da sindicalização através de suas falas semanais no programa *A Hora do Brasil*. Os programas radiofônicos do ministro tinham como objetivo atingir um público amplo, em larga medida analfabeto e, além de trazer assuntos relativos à sindicalização e suas vantagens para os trabalhadores, serviam como meio de propaganda das realizações do governo Vargas na área da legislação social. O regime político instaurado após 1930 e efetivado em 1937 com o golpe de Estado que deu início ao Estado Novo era descrito pelo ministro como uma espécie de democracia social, em oposição tanto à democracia liberal vigente no pré-1930 quanto ao comunismo. Nas falas do ministro havia um grande destaque para a formulação da chamada *ideologia da outorga*, ou seja, a ideia de que, no Brasil, ao contrário de outros países, a legislação trabalhista não foi resultado da luta de classes e sim uma espécie de presente dado aos trabalhadores por um líder clarividente, no caso o próprio Getúlio Vargas.

A mistura de forte propaganda estatal e pesada repressão que marcou os anos finais do Estado Novo não foi capaz, contudo, de eliminar por completo as mobilizações dos trabalhadores. Em fins do Estado Novo, já em 1944, a mobilização operária renasce com uma série de greves que explodem no Rio Grande do Sul envolvendo mineiros, trabalhadores dos carris (bondes) urbanos e ferroviários, além dos metalúrgicos, que sustentam uma paralisação de 15 dias no fim de novembro. Há também grande mobilização da parte dos trabalhadores

dos setores metalúrgico e têxtil em São Paulo, muitas delas em solidariedade a lideranças dos trabalhadores que haviam sido demitidos por liderarem reivindicações no interior das fábricas.

Na organização dessas greves, tiveram papel central as chamadas *comissões de fábrica*, organizações criadas pelos trabalhadores nos locais de trabalho, muitas vezes de maneira clandestina, e que tinham como objetivo encaminhar suas demandas mais imediatas. Tais comissões, em diversos momentos, opuseram-se à estrutura sindical oficial, marcada pelo forte atrelamento ao Estado, de modo que, na maioria das vezes, os sindicatos representavam meros instrumentos burocráticos com pouca ou nenhuma atuação em defesa dos interesses dos trabalhadores. Segundo um depoimento de Maria Salas, militante têxtil, a organização das comissões de fábrica tomava formas diferentes de acordo com a maior ou menor liberdade desfrutada pelos trabalhadores:

a gente tinha que organizar a coisa de tal maneira que não chamassem a atenção dos chefes e dos diretores da empresa [...] Nas empresas onde havia liberdade: na hora do almoço, claro, no refeitório ou na porta da fábrica, antes da entrada ou da saída. Então a gente se reunia e escolhia os elementos, que assim o pessoal de cada seção escolhia o representante pra fazer parte da comissão. Onde não havia essas condições – que isso é verdade, havia fábricas em que você não podia reunir com os trabalhadores na porta da fábrica ou no refeitório – então aí você, no contato com as pessoas de cada seção, eles já indicavam, já conversavam entre eles e traziam o nome pra fazer parte da comissão e essa comissão se reunia.<sup>64</sup>

Na esfera da política, os anos finais do Estado Novo foram marcados pelo paulatino enfraquecimento do estado ditatorial que vinha vigorando desde 1937. À medida que a Segunda Guerra Mundial se encaminhava para a vitória das forças aliadas contra os nazifascistas, cresciam as críticas internas ao Estado Novo que exploravam a contradição que representava lutar ao lado das forças democráticas no exterior ao mesmo tempo em que havia uma ditadura no país. A alta oficialidade, bem como diversos políticos ligados à oposição liberal preparavam o terreno para a transição para a democracia através da divulgação de manifestos com críticas contundentes ao Estado Novo e de articulações palacianas visando á

<sup>64</sup> COSTA, Hélio da. *Em busca da memória – Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scrita, 1995, p. 256-7.

deposição de Vargas.

Diante de tal situação, Vargas resolve antecipar-se aos acontecimentos, anistiando presos políticos e marcando as eleições para a Assembleia Constituinte. Como tática para enfrentar a competição eleitoral que se avizinhava, Vargas patrocinou o lançamento de dois partidos que viriam a formar a chapa vitoriosa na maioria das eleições até 1964: o PSD (Partido Social Democrático), agremiação que reunia os antigos interventores e suas máquinas políticas locais, e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), partido de massas criado a partir da estrutura do Ministério Trabalho e que se destinava a congregar os trabalhadores em torno da figura de Getúlio Vargas.

Se o PSD podia contar com toda a máquina administrativa oriunda do Estado Novo, a situação do PTB era ainda incipiente, o que se devia, em boa parte, à situação desmobilizada em que a classe trabalhadora encontrava-se no final do período ditatorial. Em seu início, o PTB contava principalmente com as lideranças ligadas ao Ministério do Trabalho, sendo, portanto, mais ligadas ao aparelho do Estado do que às bases operárias. A aposta que Vargas lançava era na capacidade da sua figura em mobilizar os trabalhadores urbanos em favor de sua permanência no poder, movimento que ficou conhecido como *Queremismo* e que contou com o patrocínio do recém-criado PTB e sua estrutura ministerial, bem como com o apoio de Luís Carlos Prestes, ex preso político e então secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro. O *Queremismo*, que tinha como lemas “*Queremos Getúlio!*” e “*Constituinte com Getúlio!*” reivindicava inicialmente que Vargas fosse candidato a presidente, mas diante do esgotamento do prazo para tal, passou a reivindicar que a nova Constituinte fosse elaborada sob a presidência de Vargas. O temor gerado nas elites políticas tradicionais diante da grande mobilização das classes subalternas ocorrida a através do movimento queremista levou a sua proibição e à própria deposição de Vargas em 29 de outubro de 1945, pondo fim ao Estado Novo.

Um dos aspectos mais surpreendentes da conjuntura que precede o fim do Estado Novo é o apoio que o Partido Comunista passa a dar a Vargas. Esse apoio é oficializado a partir de 1943, data que marca a II Conferência Nacional do Partido Comunista, conhecida também como Conferência da Mantiqueira. Batizada de política de “união nacional em apoio ao governo de Vargas contra o nazifascismo”, a nova orientação do partido surpreendia, uma

vez que os comunistas haviam sido uma das maiores vítimas da repressão política que marcou o Estado Novo. O principal líder do partido, Luís Carlos Prestes, encontrava-se àquela altura preso. Além do apoio a Vargas, o Partido Comunista passou a estimular a ocupação dos sindicatos oficiais por seus militantes por considerá-los importantes instrumentos de luta contra o nazifascismo.

Dentro do movimento queremista, bem como no interior do movimento sindical de um modo geral, havia uma forte competição entre PTB e PCB pelo mesmo público: os trabalhadores urbanos, categoria cresceria enormemente desde os anos 1930 em função do forte processo de urbanização e industrialização que varrera o país. Enquanto o PTB crescia a partir da máquina clientelista herdada do Ministério do Trabalho e dos Institutos de Previdência, enfrentava sérias dificuldades em criar uma efetiva organização de base entre a classe trabalhadora. O PCB, por seu turno, embora não possuísse acesso a recursos financeiros e cargos a serem distribuídos, contava com a mística em torno da figura de Luís Carlos Prestes e com uma motivada militância. Sua penetração em meio ao operariado ocorria por meio da criação de diversas organizações de base, a exemplo dos chamados Comitês Democráticos Progressistas (CDPs), organizações não partidárias, embora orientadas pelos comunistas, que buscavam soluções para os problemas urbanos que afetavam os trabalhadores no período. Tais organizações, além de terem sido eficazes em conseguir melhorias para diversas regiões desassistidas pelo poder público, transformaram-se na porta de entrada para a militância do PCB. Além disso, a situação internacional do imediato pós-guerra, marcada pela cooperação entre Estados Unidos e União Soviética, bem como a inédita situação de liberdade que o partido desfrutava internamente levava ao fortalecimento da militância comunista no período.

Na região do ABC paulista, uma das que mais cresceram com o forte surto de industrialização verificado após 1930, por exemplo, a penetração do PTB em meio à classe operária local era precária. Os políticos ligados ao partido eram, em geral, indivíduos de classe média com poucas ligações com os operários ou com as questões sindicais. O grande apelo do PTB era sua forte identificação com a figura de Getúlio Vargas e o discurso trabalhista formulado pelas lideranças petebistas enfatizava a necessidade de se preservar o legado da legislação social promulgada ao longo dos 15 anos (1930-1945) em que Vargas

permanecera à frente do governo central e que se encontraria ameaçado pelas forças políticas liberais. Outra questão que impedia sua maior penetração em meio ao operariado era a forma como o PTB havia se formado: como um partido baseado nas relações clientelistas e de favores pessoais que, se funcionavam bem na cúpula do sistema político, não tinham efetividade ao se deparar com as demandas que a classe operária trazia para a política. Nesta região, como em diversas outras do estado de São Paulo, o Partido Comunista obteve maior penetração entre as bases.

Um dos mais importantes eventos desta conjuntura foi a instituição do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) em abril de 1945. Este movimento nasceu sob forte influência dos comunistas, mas reunia tanto sindicalistas ligados à estrutura do Ministério do Trabalho, quanto sindicalistas de esquerda que haviam sido perseguidos durante o Estado Novo. A tônica principal entre os sindicalistas de esquerda no interior do MUT era contrária à tutela estatal nos sindicatos que caracterizara o Estado Novo e que permanecia em vigor. Em seu manifesto de fundação, lançado em 30 de abril de 1945 e assinado por mais de 300 líderes sindicais de treze estados, o MUT defende como estratégia:

lutar, imediatamente, pela mais completa liberdade sindical, rompendo com as injustificáveis restrições e interferências na vida de nossos órgãos de classe. Devemos lutar pela melhoria das leis sindicais e da previdência social, conseguindo que elas sejam expurgadas de todos os dispositivos antidemocráticos. [...] Em união com as forças democráticas e progressistas, pela extinção de órgãos, dispositivos e decretos estranhos e hostis aos anseios democráticos do povo e comprometedores da segurança e da tranqüilidade interna.<sup>65</sup>

Críticas à estrutura sindical oficial são encontradas também em apelo à presidência divulgado pelo jornal comunista *Tribuna Popular* em 1º de julho de 1945 e que continha os seguintes pontos:

- 1) soberania das assembleias, ou seja, eliminação do dispositivo legal que tornava obrigatória a presença, nas assembleias sindicais, de um

<sup>65</sup> SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos. Comunistas e Sindicalistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo/Unirio, 2001, p. 41.

- representante do Ministério do Trabalho;
- 2) eleição e posse dos eleitos sem depender da aprovação do Ministério;
  - 3) autonomia administrativa, ou seja, eliminação dos controles do Estado sobre a aplicação dos fundos dos sindicatos;
  - 4) eliminação do requisito legal da padronização dos estatutos dos sindicatos.<sup>66</sup>

Ao longo dos congressos operários que se realizaram entre 1945 e 1946 e que reuniram uma quantidade expressiva de sindicatos, foram debatidas questões relativas à legislação sindical em vigor, como a unicidade sindical, dispositivo que limitava a representação sindical de uma determinada categoria numa dada área geográfica a um único sindicato oficial. A maioria dos sindicalistas presentes posicionava-se de maneira contrária à ideia da pluralidade sindical por ela representar a possibilidade de proliferação uma série de sindicatos enfraquecidos. Contudo, rejeitavam a maior parte das ingerências feitas nos sindicatos pelo Estado que eram previstas em lei. Resumindo, havia a necessidade de se preservar os ganhos do período anterior e, ao mesmo tempo, avançar em termos de liberdade. Além dessas questões mais gerais, os congressos do MUT eram palco também para diversas propostas relativas às condições de trabalho e formas de remuneração então em vigor, como gorjetas e trabalho por peça, entre outros. Embora o MUT refletisse a retórica moderada do PCB, que pregava a colaboração entre classes via a realização de greves apenas como um último recurso, isso não impediu que o movimento sofresse forte repressão sob a acusação de radicalizar o movimento operário, além de se constituir em uma entidade de caráter intersindical, o que era formalmente vedado pela legislação então em vigor.

No que se refere à política eleitoral, os anos entre 1945 e 1947 foram também fortemente marcados pelo crescimento do PCB como força política representante da classe trabalhadora no jogo eleitoral. Nas eleições nacionais de 1945 e estaduais de 1947, o PCB obteve maioria em importantes cidades industriais como Santos e Santo André. Nas eleições presidenciais de 1945, o candidato do partido, Yedo Fiúza, obteve cerca de 10% dos votos e o partido obteve 15 cadeiras na Assembleia Nacional Constituinte. Em 1947, a eleição de

<sup>66</sup> WEFFORT, Francisco Correia. *Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós guerra)*. Estudos Cebrap nº 4, São Paulo, Cebrap, 1973, p. 73.

Adhemar de Barros para o cargo de governador do estado de São Paulo foi possibilitada pelo empenho da militância comunista em favor de sua candidatura, empenho esse que mais tarde redundou em traição por parte de Adhemar, que adere ao discurso anticomunista que começa a se fortalecer a partir de 1946. Mais do que às orientações da cúpula do partido, o sucesso do PCB em meio a classe operária devia-se, em larga medida, à penetração da militância comunista na base do movimento operário.

Apesar da sua força político-eleitoral e do grande prestígio desfrutado junto à classe trabalhadora, o PCB recomendava aos trabalhadores que apertassem os cintos, ou seja, evitassem greves e mobilizações com o objetivo de impedir que fossem encontrados pretextos para o desencadeamento da repressão ao partido. Tal recomendação, contudo, não encontrou ressonância na classe trabalhadora, o que levou, muitas vezes, à oposição entre militantes comunistas da base, que participavam ativamente das greves, e a direção do partido, que as condenava. Oficialmente, o partido elegia como principais inimigos a serem combatidos o latifúndio, visto como um resquício do modo de produção feudal, e o imperialismo, que impedia o desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Como estratégia, defendia a aliança do proletariado com a burguesia nacional progressista com vistas a fortalecer o capitalismo nacional e erradicar os traços feudais ainda presentes na economia nacional. Desta forma, capitalismo e democracia eram vistos pelos comunistas como caminho para que as contradições entre os interesses da burguesia e do operariado fossem evidenciados, levando assim ao desenvolvimento da consciência de classe no trabalhador nacional, pré-requisito indispensável para a revolução que levaria ao socialismo.

## 2.2 – A onda grevista de fins de 1945 e início de 1946

Embora os anos de 1945 e 1946 fossem marcados por forte euforia devido à democratização que estava em curso e à vitória das forças aliadas contra o nazifascismo, a situação dos trabalhadores nesse período não lhes trazia grandes motivos de comemoração. Desde o Estado Novo, com a proibição das greves e a transformação da maioria dos sindicatos em meros órgãos burocráticos subordinados ao Ministério do Trabalho, os salários

estavam em níveis muito aquém do que o custo de vida exigia. Além disso, a situação de carestia era agravada pelo estado de guerra, responsável pela enorme escassez de gêneros de primeira necessidade que fomentava tanto uma grande alta nos seus preços quanto a formação de um “mercado negro” desses gêneros. Outra questão com a qual os trabalhadores se defrontavam era com o autoritarismo existente no interior das empresas. Embora a maior parte dos empresários se declarasse democrata tivesse tomado parte na luta contra o nazifascismo, sua concepção de democracia definitivamente não incluía os trabalhadores nem as relações de trabalho no interior das empresas. A legislação trabalhista originária do Estado Novo e alardeada como a mais moderna legislação social do mundo era descumprida diuturnamente por empresários ávidos em aumentar seus lucros. Eram comuns situações como a demissão dos trabalhadores que se dispunham a participar de comissões de negociação ou o recurso à repressão policial quando da deflagração das greves. É neste cenário, marcado por uma democracia restrita, que os trabalhadores vão à luta em busca de direitos.

Uma questão que levou a uma forte mobilização entre os trabalhadores nesse período foi pagamento do chamado *abono de natal*, um salário extra que era pago, a critério dos patrões, no mês de dezembro. Transformado na lei do décimo terceiro salário apenas em 1962 (vide capítulo 5), a concessão deste benefício era ainda prerrogativa exclusiva de cada empresário. Com o objetivo de conquistá-lo, os trabalhadores lançaram mão das mais diversas estratégias, que iam desde a negociação direta por meio de comissões de trabalhadores formadas no interior das fábricas até a realização de greves de grande porte. Outro recurso utilizado pelos trabalhadores era a tentativa de apelar aos caridosos sentimentos cristãos dos patrões, como podemos perceber no telegrama, reproduzido abaixo, enviado pelos operários das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo ao seu proprietário:

Os operários da I.R.F.V.M. (Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo) que trabalham na seção vem à presença de V. Sa. Para desejar-lhe felicidade neste natal e ano bom e, ao mesmo tempo, para lembrar-lhe a situação aflitiva em que se encontram, sem poderem fazer o natal para os seus filhinhos em virtude do alto preço dos artigos em geral. Assim, solicitam de vosso bondoso coração, tão inclinado à caridade cristã, uma gratificação especial de fim de ano. Certos de que o espírito caritativo de V. Sa. Não

deixará de atender este apelo.<sup>67</sup>

Contrariando o espírito conciliatório contido no apelo dos trabalhadores das Indústrias Matarazzo – que acabou ficando sem resposta –, em fins de 1945 estoura uma importante greve na *Light*, companhia então responsável pelo fornecimento de energia elétrica em São Paulo. Esta greve estendeu-se pelos municípios de Campinas, Ribeirão Preto e Santos, ameaçando deixar o estado de São Paulo às escuras. A motivação da greve foi a revogação, por parte da diretoria da companhia, do pagamento do abono de natal que já estava acordado com os trabalhadores. A greve dos empregados da *Light* durou três dias, até que a empresa voltou atrás e garantiu o abono de natal reivindicado pelos trabalhadores. Nesta greve, como em outras, houve diversos incidentes que revelavam a forma como o ímpeto grevista dos trabalhadores entrava em conflito com as orientações do sindicato da categoria e do Partido Comunista, que desejavam, a todo custo, evitar as greves. O protagonismo dos trabalhadores organizados de maneira independente dos sindicatos foi de grande importância nesta e em outras greves que se seguiram.

No ano de 1946, apenas nos três primeiros meses, registraram-se cerca de 77 greves ocorridas em todo o país. Em 24 de janeiro, o país assistia a uma greve nacional dos bancários, movimento que foi acompanhado com apreensão e solidariedade pelas demais categorias que viam esse movimento e seu desfecho como estratégicos para lutas que estavam por vir. A principal reivindicação dos bancários em greve era a regulamentação do salário profissional, uma demanda antiga da categoria, existente desde 1935. Após 19 dias de greve não houve sucesso na conquista da principal reivindicação, embora houvesse avanço nas questões econômicas. No caso da greve dos bancários, foi fundamental o papel do sindicato da categoria em apoiar os trabalhadores, ao contrário do que se verificou na maioria das greves do período, nas quais os sindicatos ficaram a reboque dos movimentos grevistas ou, muitas vezes, se posicionaram de maneira contrária às greves. Esta paralisação, assim como a ocorrida na *Light* no ano anterior, acabou por fomentar inúmeras outras nos mais diversos setores, como têxteis, metalúrgicos, químicos e rodoviários.

Em 14 de fevereiro inicia-se uma greve de motoristas de ônibus e cobradores da cidade de São Paulo, greve esta que foi deflagrada apesar de o sindicato ter recomendado a

<sup>67</sup> Costa, Hélio da. Op. Cit., p. 93.

não realização da mesma e de ter rejeitado sua deflagração em assembleia. Durante o movimento grevista são registrados diversos incidentes envolvendo trabalhadores greve, trabalhadores que seguiam trabalhando e a polícia. Além da diretoria do sindicato, os comunistas, que disputavam influência junto aos trabalhadores, também se posicionavam de maneira contrária à greve e tentavam, a todo custo, convencer os trabalhadores a não paralisarem suas atividades. Apesar de desaconselharem a greve, houve notícia de prisões arbitrárias de partidários do PCB.

## TRÊS ÔNIBUS FORAM ONTEM APEDREJADOS PELOS MOTORISTAS EM GREVE

**Impossível um entendimento entre empregados e empregadores — Memorial dirigido ao Presidente da República**



*Parte dos motoristas e cobradores de ônibus que se reuniram ontem, no salão das Classes Laboriosas, para tratar do problema da greve, que, aliás, não teve solução*

Figura 1: Folha da Manhã, 19/02/1946.

A segunda metade do mês de fevereiro marca também o auge da greve geral dos têxteis em São Paulo, momento em que alguns jornais noticiam cerca de 90 mil têxteis

parados. Diante da negativa dos patrões, apoiados pela FIESP e pelo Ministro do Trabalho, Negrão de Lima, em negociar, o sindicato da categoria lançava insistentes apelos para que a categoria retornasse ao trabalho para que as negociações pudessem ser reestabelecidas com a entidade patronal. Tais apelos, contudo, não foram acatados pela maioria dos trabalhadores. O retorno ao trabalho efetivamente se deu apenas em 28 de fevereiro através de um acordo que estabelecia um abono aos trabalhadores a partir de 1º de fevereiro e um salário prêmio a entrar em vigor a partir da assinatura do acordo.



*Figura 2: Grevistas do setor têxtil, São Paulo, 1946.*

Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/100-mil-trabalhadores-param-em-sp#card-24>. Acesso em 17/04/2018.

No Rio Grande do Sul, uma greve dos mineiros de São Jerônimo iniciada em 31

de janeiro, data da posse de Dutra, durou 36 dias e teve sérias consequências, sobretudo na capital do estado, Porto Alegre. Com a falta de carvão, a Companhia Energética e Elétrica Riograndense suspendeu o fornecimento de energia elétrica na cidade, levando a um efeito dominó, uma vez que a maioria das indústrias dependia do fornecimento de eletricidade para funcionar. Além disso, serviços como o bonde, o abastecimento de água e o fornecimento de combustíveis para os carros ficaram paralisados. Até mesmo estações de rádio foram forçadas a interromper suas transmissões e a circulação dos jornais ficou comprometida. O governo reagiu com a ocupação militar das minas, o que, contudo, não resultou em refluxo do movimento grevista. Após uma maratona interminável de negociações envolvendo o Ministério do Trabalho, lideranças sindicais e o MUT a greve chegou ao fim com a conquista, por parte dos mineiros, de um reajuste de 20% em seus vencimentos.

Nos primeiros meses de 1946 eclodiu na região do ABC paulista uma série de greves que levaram à paralisação de aproximadamente 100 mil operários, cerca de 20% da mão de obra da região no período. Tais greves tiveram duas características fundamentais: estavam ligadas à instituição do mecanismo de arbitramento através da Justiça do Trabalho dos conflitos entre empregados e empregadores, o dissídio coletivo; e foram, em sua grande maioria, obra das bases e não das lideranças sindicais que, muitas vezes, se colocavam de forma contrária às greves. Além disso, essas greves ocorreram em diversas indústrias e setores sem que tenha havido uma coordenação centralizadora, tomando a forma de uma onda grevista. Tal onda estava fundamentalmente ligada à carestia que atingia fortemente os operários no período e às dificuldades em vencer o autoritarismo que marcava as gerências da maioria das empresas que compunham a região do ABC.

O início do movimento deu-se no dia 24 de janeiro de 1946 na *Firestone*, empresa do ramo da borracha, que havia negado aos trabalhadores o pagamento da gratificação de natal, algo que outras empresas da região já pagavam a seus funcionários. Depois da *Firestone*, os operários da fábrica têxtil Ipiranguinha também paralisaram o trabalho. Em ambos os casos houve, por parte dos trabalhadores, tentativas de negociação com os empregadores por meio de comissões eleitas no interior das fábricas. Em 6 de fevereiro, cerca de 1000 operários da empresa Rhodia Química entraram em greve diante da demissão de 30 membros da comissão de negociação que exigiam um aumento entre 30 e 50%. Em 14 de

fevereiro, entraram em greve cerca de 1400 empregados da Companhia Brasileira de Mineração e Metalúrgica. No mesmo dia, entre 2000 e 3000 operários da *Pirelli* também paralisaram suas atividades após seis meses de negociação com a empresa, levando o surto grevista a um nível surpreendente. Além dessas companhias principais, diversas outras empresas tiveram suas atividades afetadas pelo surto grevista que durou até a terceira semana de fevereiro, momento em que a repressão policial e as demissões dos principais líderes do movimento começaram a se fazer sentir com mais força entre os trabalhadores, levando o movimento grevista a arrefecer de maneira gradual.

Nesta onda grevista de 1946 podemos observar que, na maioria das vezes, os sindicatos e as categorias em greve não se entendiam, de modo que muitas greves ocorriam por iniciativas de comissões de fábricas que, de maneira autônoma, buscavam negociar diretamente com os patrões. Isso era mais forte em alguns sindicatos, como no caso dos têxteis de Santo André, cujas lideranças eram figuras originárias da estrutura do Ministério do Trabalho remanescentes do Estado Novo. Chamados de *ministerialistas* ou, como preferiam seus detratores, de *pelegos*, tais sindicalistas eram, em grande maioria, ligados ao PTB. No que se refere aos comunistas, temos uma situação parecida, embora paradoxal: a política oficial de *apertar os cintos* adotada pelo PCB fazia com que o partido desaconselhasse, na maior parte das vezes, a realização de movimentos grevistas. No Congresso, os deputados comunistas defendiam o direito de greve diante das investidas do governo Dutra que, todavia, era apoiado pelo partido. Todas essas contradições, contudo, não impediram que diversas greves fossem lideradas por lideranças sindicais comunistas, uma vez que havia uma grande diferença entre o que se pregava na cúpula do partido e a realidade que se impunha aos militantes da base, que experimentavam na pele as condições às quais os operários estavam submetidos.

### 2.3 – A reação do Governo

A reação dos empresários e do governo não se fez esperar. Desacostumados com essa rápida sucessão de greves, as entidades ligadas ao empresariado passaram a pressionar o

governo Dutra para que reprimisse com firmeza os movimentos grevistas que ressurgiam com força inesperada nas principais cidades industriais do país. A reação do governo Dutra foi rápida: decretou, em 15 de março de 1946, a lei nº 9070 que tornava extremamente difícil a eclosão de movimentos grevistas caso fosse seguida à risca. Segundo esta lei, greves só poderiam ser deflagradas após esgotadas as possibilidades de conciliação na Justiça do Trabalho. Além disso, estavam proibidas paralisações em atividades que fossem consideradas essenciais, o que incluía, na prática, a grande maioria dos setores da economia. A repressão policial também passou a ser sentida com maior intensidade nos movimentos grevistas. Outro artifício que passa a ser utilizado pelo governo foi a interferência nos sindicatos com vistas à substituição de lideranças combativas por lideranças subordinadas ao governo.

Outro fator que leva a mudanças na relação entre o governo e o movimento dos trabalhadores, no qual a força dos comunistas era inegável, é a situação internacional. A partir de 1947, a situação de possível colaboração entre Estados Unidos e União Soviética vislumbrada no imediato pós-guerra começa a entrar em xeque no plano internacional e, no Brasil, essa situação tem importantes desdobramentos. A adesão do Brasil ao bloco liderado pelos Estados Unidos na Guerra Fria leva ao recrudescimento da propaganda anticomunista nos meios empresariais e de comunicação de massa do país, criando condições que levariam à proscrição do PCB. Assim, no dia 26 de maio de 1947, o Partido Comunista Brasileiro é declarado ilegal pelo Tribunal Superior Eleitoral por 3 votos a 2. O argumento utilizado era simples: o Partido Comunista seria um órgão vinculado a uma potência estrangeira, a União Soviética; além disso, sua ideologia, baseada na busca da revolução, seria incompatível com o regime democrático. O mote utilizado para a instauração do processo de cassação havia sido uma declaração feita por Prestes em um debate na Associação dos Funcionários Públicos do Rio de Janeiro, ocasião em que, perguntado de que lado ficaria em caso de uma guerra entre o Brasil e a União Soviética, teria respondido: “se algum governo cometesse esse crime, nós, comunistas, lutaríamos para a transformação da guerra imperialista em guerra de libertação nacional.”<sup>68</sup> Com o partido na ilegalidade, os comunistas procuraram abrigo no Partido Social Trabalhista (PST), tendo sido capazes, nas eleições municipais ocorridas em 1947, de eleger o primeiro operário como prefeito de uma cidade: o comunista Armando Mazzo, que fora eleito

<sup>68</sup> SANTANA, Marco Aurélio, Op. Cit., p. 56.

prefeito da cidade de Santo André, importante centro industrial paulista. Sua posse, contudo, foi negada pela justiça eleitoral e em janeiro de 1948 foram cassados todos os mandatos dos deputados comunistas.

# Embarca para o Rio o sr. Ademar de Barros

---

# FOI CANCELADO O REGISTRO DO P. C. B.

O Superior Tribunal Eleitoral decidiu ontem a cassação do registro do Partido Comunista do Brasil — Por 3 votos contra 2 a decisão — Cabem à Justiça, as medidas para o fechamento — Situação dos parlamentares correligionários do senador Luís Carlos Prestes

O Dia da Vitoria na  
Camara e no Senado

Entretanto, o senador Mário Viana, a quem caberia presidir tal sessão, chegou à conclusão de que "não se justificava a sua realização por não estar possuída a maioria de votos necessária para a aprovação de uma emenda constitucional".

# FOLHA DA NOITE

ANO XXVI | São Paulo — Quinta-feira, 8 de maio de 1917 | N. 8.047

## RECOMENDAÇÕES DO SR. LUIΣ CARLOS PRESTES

RIO, 8 — O senador Luís Carlos Prestes enviou um telegrama a todos os organismos do Partido Comunista, aconselhando-lhes calma e acatamento à decisão do T. S. E. Revela, também, que recorrerá da decisão para o Supremo Tribunal Federal. Aconsela a "firme defesa da legalidade do partido."

Finaliza sua mensagem adiando a data do Congresso de P. G. B. e as conferências estaduais.

*anuncia a cassação de*

*Figura 3: manchete do jornal A Folha da Noite, de 27/05/1947, anuncia a cassação do registro do PCB.*

A situação de ilegalidade leva o PCB a revisar suas diretrizes até então vigentes. Se o plano era evitar, por meio do desestímulo às greves e da política de união entre trabalhadores e setores progressistas da burguesia nacional, as reações da direita conservadora, tal plano havia fracassado. Com isso, o partido passa, a partir de 1947, a adotar uma política de maior estímulo ao confronto entre trabalhadores e patrões, ao mesmo tempo em que vê seu número de militantes cair sensivelmente devido à repressão. No plano sindical, a ilegalidade do partido praticamente sepulta o impulso dos comunistas em alcançar a direção dos principais sindicatos e os entrega nas mãos de lideranças consideradas pelegas. Com isso,

o partido passa a rever suas teses em torno da unicidade sindical e do imposto sindical, defendendo, a partir de então, posição favorável ao pluralismo sindical e contrária ao referido imposto.

A onda repressiva faz-se sentir com particular força entre os anos 1948 e 1950, período no qual muitos dos sindicatos mais combativos sofreram intervenção e diversas lideranças foram presas. Ao sofrerem intervenção, os sindicatos tinham suas lideranças originais substituídas por lideranças indicadas pelo Ministério do Trabalho, em geral pouco combativas. Os poucos movimentos grevistas surgidos nesse período tinham que lutar contra os próprios sindicatos que, além de não apoiarem a luta dos trabalhadores, muitas vezes colocavam-se ao lado da repressão. Tal situação levou a uma queda substantiva nos padrões de vida dos operários.

Nesse período, apenas alguns poucos setores mais combativos e organizados do proletariado, como os ferroviários, foram capazes de realizar mobilizações, caso dos ferroviários da companhia Mogiana, que organizaram duas greves sucessivas entre fevereiro e junho de 1948 e da companhia Santos-Jundiaí, que realizaram uma greve em solidariedade a companheiros demitidos em janeiro de 1949. Essas greves, organizadas por comissões de fábrica independentes dos sindicatos oficiais, foram alvo de pesada repressão contra seus líderes, muitos deles vindo a perder seus empregos. No caso da greve da Mogiana, houve tentativa de intervenção da justiça entre a primeira e a segunda greve. Porém, como o dissídio não foi realizado, os trabalhadores acabaram retomando a greve no mês de junho de 1948. Diante da pesada repressão, contudo, o movimento grevista ocorrido na Mogiana refluíu sem obter nenhum avanço nas reivindicações dos trabalhadores. No caso da greve na Santos-Jundiaí, os líderes do movimento, na sua maioria pertencentes ao PCB, não conseguiram mobilizar de maneira efetiva os trabalhadores, de modo que apenas alguns setores da Estrada de Ferro foram paralisados e o movimento durou apenas dois dias. Com o encerramento da paralisação, o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) abriu inquérito criminal para processar todos os envolvidos na greve.

Diante das enormes dificuldades encontradas pelos trabalhadores para expressar suas reivindicações através dos sindicatos, começaram a surgir uma série de organizações paralelas aos sindicatos oficiais. Tais associações tiveram papel fundamental em greves que

eclodiram nos anos de 1949 e 1950, como a greve dos condutores de veículos urbanos de São Paulo, ocorrida em abril de 1949, e na greve dos bancários, de 25 de março de 1950. Outras importantes associações que podemos encontrar no período são a Associação dos Trabalhadores Têxteis, Centro dos Operários Bandeirantes, Associação dos Trabalhadores da Light e Associação dos Operários da Votorantim. As associações paralelas foram criadas a partir de uma orientação de cúpula do PCB, então na ilegalidade, que orientava seus militantes a ingressarem nessas associações e abandonarem a militância nos sindicatos oficiais. Essas organizações, contudo, não obtiveram penetração efetiva em meio ao operariado, não sendo, assim, capazes de canalizar de maneira efetiva as insatisfações dos trabalhadores. Além disso, muitos militantes de base, embora aderissem às associações paralelas, recusavam-se a abandonar a militância nos sindicatos. Devido a isso, as greves fomentadas pelas associações paralelas ficaram conhecidas como greves “do apito”, ou seja, greves que eram fomentadas de fora para dentro das fábricas e que ficaram conhecidas pela brutalidade com que eram reprimidas.

Assim, diante do fracasso tanto dos sindicatos, que foram objeto de intervenção e expurgo, quanto das organizações paralelas, cuja ação mostrou-se pouco eficaz, as comissões de fábrica tornaram-se, ao final do governo Dutra, o canal mais importante de organização e reivindicações operárias que havia sobrevivido à forte repressão desencadeada pelo governo. Tais comissões foram também uma forma de sobrevivência do próprio PCB enquanto organização com penetração nas bases do movimento operário, uma vez que muitos dos seus membros eram militantes do Partido Comunista.

Além disso, as transformações sociais e econômicas pelas quais havia passado o país desde os anos 1930 colocavam a classe operária como importante força política no país cuja presença não podia mais ser ignorada pelos grupos organizados, à direita e à esquerda, que disputavam o poder. A tabelas abaixo mostra a evolução no número absoluto de eleitores e entre os anos 1940 e 1960. O crescimento do número de eleitores em relação à população total é, em grande parte, consequência do crescimento urbano-industrial verificado nesses anos e que tem como consequência o aumento do número de operários urbanos aptos a

votar<sup>69</sup>:

Ano	Número de eleitores
1945	7.459.849
1947	7.710.504
1950	11.455.149
1954	15.104.604
1955	15.243.264
1958	13.780.460
1960	15.528.847
1962	18.528.847
1963	18.565.277

Levando em conta a evolução populacional ocorrida no período, cujo valor salta de 41. 236.315 pessoas em 1940 para 70.070.457 em 1960, temos, além do aumento no valor absoluto mostrado acima, um acréscimo no número de eleitores, em termos proporcionais, que vai de aproximadamente 18% da população nos anos 1940 para cerca de 26% nos anos 1960<sup>70</sup>. Esse aumento revela que a importância da classe operária na arena política tornava-se cada vez mais evidente à medida que se aproximava a eleição de 1950 e que a possibilidade do retorno de Getúlio Vargas pelo voto popular torna-se cada vez mais real, contexto esse que será objeto do próximo capítulo.

## 2.4 – Conclusão

A ascensão das mobilizações operárias a partir de fins do Estado Novo teve como característica fundamental levar ao tensionamento do sistema democrático em vias de

<sup>69</sup> Os dados contidos na tabela foram extraídos de:

[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/13040/dados\\_estatisticos\\_vol7.pdf?sequence=4](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/13040/dados_estatisticos_vol7.pdf?sequence=4). Acesso em 30/05/2018.

<sup>70</sup> Os dados relativos à população total apurada nos censos encontram-se disponíveis em:

[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940\\_1996.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm). Acesso em 30/05/2018.

implantação, testando seus limites. Embora a retórica em torno da retomada das liberdades democráticas fosse a tônica principal nesse período, tal processo, no que se refere às relações entre capital e trabalho, não foi efetivo. Por um lado, havia as consequências do período ditatorial em termos de legislação trabalhista e sindical, que tolhiam a livre organização e manifestação dos trabalhadores. Por outro, os dois principais partidos que almejavam representar os trabalhadores na arena política, o PTB e o PCB, enfrentavam dificuldades de duas ordens: do lado do PTB, sua excessiva vinculação ao Estado e à estrutura do Ministério do Trabalho dificultava sua penetração em meio à massa operária; o PCB, por seu turno, ao optar por uma política de conciliação de classes e recomendar aos operários que *apertassem os cintos*, acabava por minar sua própria liderança em meio aos trabalhadores, colocando em maus lençóis os militantes de base do partido que compartilhavam com os trabalhadores as agruras da carestia e dos baixos salários.

A permanência da estrutura sindical corporativista e do predomínio de lideranças ministerialistas no comando dos principais sindicatos, não foi suficiente, contudo, para evitar a grande onda grevista que se formou entre fins de 1945 e início de 1946. Tendo como mote principal a questão do abono de natal, tais movimentos, embora não se configurassem como greves gerais, revelaram forte sentimento de solidariedade entre os trabalhadores e a vitória de uma categoria acabava por aumentar o ímpeto de luta das demais. Além disso, a organização dos trabalhadores pelas bases por meio da formação de comissão de fábricas, prática que já vinha desde o Estado Novo, ganhou forte impulso diante da inação dos sindicatos frente às demandas dos trabalhadores.

Outro aspecto que marcou o período foi a ambiguidade com que foi tratada a questão da organização vertical dos sindicatos por categoria econômica e da representação sindical unitária, marcas registradas da legislação estadonovista. A instituição do MUT, por exemplo, violava o princípio da verticalidade e da organização exclusiva por categoria profissional, desafiando o aparato de controle criado por Vargas. Embora também rejeitassem as interferências estatais nos sindicatos, em outras questões, como a da unicidade sindical e do imposto sindical, as posições dos sindicalistas no interior do MUT eram muito mais favoráveis à manutenção desses dispositivos. Tais ambigüidades terão longo alcance e serão constantes entre os principais líderes sindicais, tanto do PCB quanto do PTB, ao longo dos

anos 1950 e 1960.

A força demonstrada pelos trabalhadores para se organizar de maneira autônoma e passar por cima de direções sindicais inativas foi seguida, rapidamente, por forte repressão. Embora os comunistas insistissem na sua política de conciliação, justificativas em torno da guerra fria foram suficientes para tirá-los da legalidade. O movimento operário, que testara os limites da democracia que nascia, era brindado com a lei nº 9.070 e outras medidas repressivas que revelavam os claros limites democratização em curso. Tais iniciativas revelam o papel chave que a repressão, tanto do lado do Estado quanto do patronato, teve em inviabilizar a continuidade as lutas operárias em fins dos anos 1940. Embora seja comum atribuir as derrotas dos trabalhadores em todo o período 1945-1964 apenas às debilidades do próprio movimento operário, classificado como *populista*, há que se levar em conta o papel dos organismos estatais e empresariais na repressão à organização das lutas operárias. Cabe, outrossim, reconhecer que os trabalhadores agiam em uma conjuntura por demais complexa, na qual as possibilidades de organização e luta eram tolhidas por iniciativas autoritárias tomadas em um contexto de democracia incompleta.

## CAPÍTULO 3 – Os trabalhadores no segundo governo Vargas<sup>71</sup>

### 3.1 – A volta de Vargas ao poder, a política sindical e a luta contra a assiduidade integral

A volta de Getúlio Vargas ao governo por meio do voto direto, em 1951, parecia confirmar tanto a força do seu carisma pessoal quanto a penetração dos ideais trabalhistas em meio à enorme massa operária. Sua plataforma eleitoral incluía um conjunto temas caros ao trabalhismo à brasileira, como a defesa da legislação trabalhista, o fortalecimento do papel do Estado como indutor do desenvolvimento e a defesa da soberania nacional frente ao capital estrangeiro.

Vargas foi eleito por meio da aliança entre o seu PTB e o PSP (Partido Social Progressista) de Ademar de Barros, sem contar com o apoio oficial do PSD, que lançara a candidatura de Cristiano Machado. Embora o PSD tenha sido um partido criado com o patrocínio Vargas e seja considerado a sua “mão direita” partidária (a mão esquerda seria o PTB), no período em que ocorriam as articulações em torno de sua candidatura, setores do PSD aproximaram-se da UDN com vistas a articular uma aliança para impedir o retorno do ex-ditador ao poder. Em que pese tal aliança não ter se concretizado, essa iniciativa revela que o retorno de Vargas ao poder causava preocupação aos setores mais conservadores do espectro político brasileiro de então. Durante a campanha, entretanto, a maior parte do PSD acabou por abandonar seu candidato e aliar-se à chapa encabeçada por Vargas.

Embora tenha sido o cabeça de chapa da aliança vencedora nas eleições, o PTB

<sup>71</sup> As informações contidas neste capítulo baseiam-se em: BENEVIDES, Maria V. *O PTB e o Trabalhismo: Partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.; COSTA, Hélio da. *Em busca da memória – Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scrita, 1995.; D'ARAÚJO, Maria Celina; GOMES, Ângela de C. *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.; DELGADO, Lucília Neves de Almeida. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.; LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2012. MOISÉS, José Álvaro. *Greve de Massa e Crise Política (Estudos da Greve dos 300 mil em São Paulo 1953-54)*. São Paulo, Ed. Polis, 1978; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (org.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. ; TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

não obteve a maior parte dos cargos no novo governo, os quais ficaram majoritariamente com o PSD, gerando insatisfação no interior do partido. O ministério de Vargas, chamado de *ministério da experiência*, incluía, em sua maior parte, políticos conservadores. Significativo, nesse aspecto, é que até um membro da UDN, João Cleófas, recebeu um ministério: o da agricultura.

O PTB ficou com o Ministério do Trabalho, que foi entregue a Danton Coelho, então presidente do partido. Embora essa fatia fosse pequena comparada à que o PSD recebeu, controlar o Ministério do Trabalho significava controlar setores e recursos importantes, como a segurança social, programas de habitação popular e distribuição de cestas básicas. Além disso, a estrutura do Ministério do Trabalho incluía uma série de Delegacias Regionais do Trabalho (DRT's) cujo controle significava, para o PTB, conseguir aumentar a capilaridade da sua influência junto aos trabalhadores e à política local e regional. Como presidente do PTB, Danton Coelho buscou promover uma simbiose entre o partido e Ministério ao realizar a substituição dos funcionários que não fossem petebistas por membros do PTB.

Apesar das suas intenções conciliatórias, o segundo governo Vargas sofreu fortíssima oposição da UDN (União Democrática Nacional), partido que havia sido criado no processo de democratização em 1945 como antagonista do getulismo. À pregação liberal e oposicionista da UDN alinhavam-se também a esmagadora maioria dos jornais da época, à exceção do *Última Hora*, jornal fundado em junho de 1951 com o patrocínio do governo. Tais críticas eram também fortalecidas pela situação econômica do país. A política desenvolvimentista em curso, que buscava fomentar a indústria nacional através da elevação dos impostos sobre os produtos importados, não vinha trazendo os resultados esperados. Pelo contrário, trazia inflação e carestia, elevando, desta forma, os níveis de insatisfação dos trabalhadores.

No plano das relações sindicais, o governo promulga, em 1951, uma lei anistando os condenados e processados por motivo de greve. No ano seguinte, é abolida a necessidade do atestado de ideologia para se concorrer às eleições sindicais. Tal atestado havia sido instituído em 1943 por ocasião da promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que, em seu artigo 530, proibia a eleição para cargos de representação profissional “os que

professarem ideologias incompatíveis com as instituições ou os interesses da nação". Visando especialmente os comunistas, a necessidade do documento era um dos entraves à penetração dos sindicalistas de esquerda nos sindicatos oficiais e sua abolição representou uma real possibilidade de renovação das direções sindicais.

Outra mudança importante foi a que ocorreu na linha doutrinária do PCB. Este partido, desde sua queda na ilegalidade, em 1947, havia orientado seus militantes a abandonarem os sindicatos oficiais para ingressar nas chamadas organizações paralelas. A partir de 1952, contudo, o PCB revê sua política e passa a apoiar a inserção de seus militantes nos sindicatos oficiais. Uma vez dentro dos sindicatos, os militantes comunistas aproveitam-se dos ventos liberalizantes e passam a fazer alianças com os petebistas com o objetivo de obterem influência na condução de suas entidades sindicais.

Essa nova configuração das relações sindicais, aliada à crescente insatisfação com o custo de vida por parte dos trabalhadores urbanos, leva ao fortalecimento das atividades sindicais no período. Apoiados em comissões de fábrica organizadas à revelia dos sindicatos e que possuíam forte vinculação com militantes do PCB, os trabalhadores passam, sistematicamente, a contestar as lideranças sindicais, forçando caminho para a ocupação de postos-chave nos sindicatos por lideranças combativas, muitas delas oriundas das fileiras pecebistas.

Dentro desse contexto, uma das primeiras lutas encampadas pelos trabalhadores foi contra a chamada *cláusula de assiduidade integral*, que era uma forma de, na prática, anular conquistas recentes dos trabalhadores, como o direito ao descanso semanal remunerado, promulgado em 1949. Segundo esta cláusula, qualquer ausência ao trabalho ou até mesmo o atraso de minutos poderia resultar na perda do salário correspondente ao descanso remunerado. Além disso, os patrões passavam também a aplicá-la na hora de conceder reajustes salariais, argumentando que somente fariam jus aos aumentos concedidos aqueles trabalhadores que cumprissem tal cláusula. Essa situação fez com que os trabalhadores reagissem através da criação da Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral (CISCAI). Criada no Distrito Federal em julho de 1952 e em São Paulo em agosto do mesmo ano, a CISCAI contou com participação de 17 sindicatos no Distrito Federal e 60 em São Paulo. Além de São Paulo e Distrito Federal, a CISCAI foi formada também em vários

outros estados, como o Rio de Janeiro, onde contava com o apoio 11 sindicatos; na Paraíba, com 10 sindicatos; no Ceará, com 17; no Rio Grande do Sul, com 16; e em Pernambuco, com 8.

Na década de 1950, outro fator viria a se somar aos listados anteriormente: uma grave crise energética levou ao racionamento de energia elétrica nos principais centros industriais do estado de São Paulo. Como havia falta de energia elétrica durante a jornada, os trabalhadores eram obrigados a aguardar o seu retorno por várias horas, sem remuneração. Para compensar as horas paradas, a jornada era estendida até a noite. Outras vezes, visando ao aproveitamento do período com fornecimento de energia, era suprimido o horário de almoço ou de jantar. Em muitas empresas, recorria-se também ao trabalho aos domingos. Diante disso, os patrões começaram a buscar meios de suspender as cláusulas da CLT que requeriam remuneração adicional para as horas trabalhadas aos domingos e à noite. Conseguiram, por meio da pressão de sua entidade de classe, a FIESP, a expedição de uma lei de emergência que permitia a suspensão do pagamento adicional.

### **3.2 – A greve dos 300 mil**

A chamada greve dos 300 mil foi, sem dúvida, o mais significativo movimento grevista ocorrido durante o segundo governo Vargas, não apenas pelo grande número de trabalhadores envolvidos, mas, sobretudo, por sua duração e suas consequências para a mobilização posterior dos trabalhadores. O movimento em si durou pouco menos de um mês – de 26 de março a 23 de abril – e envolveu diversas categorias, como os têxteis, os metalúrgicos, os marceneiros, os vidreiros e os gráficos. O movimento foi marcado também pela forte atuação das bases por meio de comissões criadas nos locais de trabalho e pela grande quantidade de manifestações de rua, muitas das quais resultaram em violentos choques com a polícia. Além disso, a greve ocorreu em um momento extremamente sensível do ponto de vista político: em meio à eleição para a prefeitura de São Paulo e em um momento em que já se articulava a disputa em torno do governo do estado no ano seguinte.

Além da questão política, a situação econômica também desempenhava

importante papel na mobilização dos trabalhadores. Conforme mencionado anteriormente, a política econômica adotada pelo governo Vargas tinha como um de seus efeitos a elevação dos preços dos gêneros de consumo, o que afetava principalmente os trabalhadores de menor renda. Com efeito, a taxa de inflação elevou-se de 11,6% em 1952 para 21,4% em 1953. Segundo o jornal *O Estado de São Paulo* (edição 02/04/1953), o custo de vida cresceria 41,3% entre janeiro de 1952 e janeiro de 1953. Tal situação tendia a aumentar o alcance das reivindicações dos trabalhadores, que não mais se restringiam à conquista de aumento salarial, mas incluíam a adoção pelo governo de políticas contra a carestia, como o congelamento dos preços de itens de primeira necessidade.

A mobilização dos trabalhadores iniciou-se entre os têxteis ainda no mês de janeiro de 1953, quando foi instituída uma comissão central de salários composta por 14 trabalhadores (sete homens e sete mulheres). Essa comissão foi encarregada de conduzir as negociações com os empregadores com objetivo de conseguir os almejados 60% de aumento. Após diversos fracassos nas tentativas de negociação – que chegaram a envolver até mesmo a tentativa de envio de uma comissão para conversar diretamente com o presidente Vargas – os trabalhadores decidiram iniciar a pressão através das manifestações de rua.

No dia 10 de março, liderados pelo comunista Antônio Chamorro, cerca de 8 mil trabalhadores do ramo têxtil abandonaram as fábricas e marcharam até a sede do sindicato patronal, onde entregaram um memorial com suas reivindicações. No dia 18 de março uma nova passeata foi realizada. Denominada “passeata da panela vazia”, contou com a participação de cerca de 60 mil trabalhadores de diversos setores, como marceneiros, metalúrgicos e gráficos, e dirigiu-se ao palácio dos Campos Elíseos (na época sede do governo estadual) para entregar ao governador Lucas Nogueira Garcez um memorial em que pediam providências com relação à elevação do custo de vida e à escassez de gêneros de primeira necessidade. Essa passeata contou com a simpatia da população e de boa parte da imprensa, que noticiou a forma ordeira e pacífica como transcorreu toda a manifestação. Mais do que isso, diversos jornais passaram a publicar estimativas sobre a elevação do custo de vida, especialmente dos itens de primeira necessidade, que corroboravam as reivindicações dos trabalhadores.

No contexto das mobilizações em torno da greve, ocorria a campanha eleitoral

para a prefeitura de São Paulo. Nesta eleição, concorriam Jânio Quadros, pela coligação PDC / PSB e Francisco Cardoso, pela coligação PRP / PRT / PSP / PSD / UDN / PR, sendo que este último contava com o apoio do governador do estado, da cúpula do PTB e do próprio governo federal. O PTB, contudo, passava por uma de suas maiores crises no estado de São Paulo e estava sob intervenção federal desde 1951; nesse contexto, uma de suas dissidências lançou o nome de Ortiz Monteiro pelo PTN. Os comunistas, abrigados no PST, lançaram o nome de André Nunes Júnior, vereador pelo PTB.



Aspecto da passeata realizada ontem pelos tecelões

## Decorreu em ordem a passeata efetuada ontem pelos tecelões

*Prometem os empregadores não protelar a solução do problema salarial – Críticas à Delegacia Regional do Trabalho*

*Figura 4: Manchete da Folha da Manhã sobre a passeata do dia 10/03/1953.*

Jânio Quadros já vinha, desde o seu mandato como deputado estadual, conseguindo forte penetração junto à periferia através do fomento às Sociedades de Amigos do Bairro. Além disso, as posturas de Jânio em defesa dos trabalhadores e o seu apoio às greves faziam com que disputasse o mesmo eleitorado que o candidato apoiado pelo PCB. Este, por sua vez, procurou apoiar-se nos antigos Comitês Democráticos Progressistas, enfrentando, contudo, a forte presença de militantes janistas, não apenas nos bairros periféricos, mas até mesmo nas portas das fábricas. Além disso, Jânio baseara sua campanha no slogan “o tostão contra o milhão”, em referência às dificuldades que sua candidatura, com poucos recursos, enfrentaria diante da ampla coligação político-empresarial que apoiava Francisco Cardoso. Nessa disputa pelo eleitorado da periferia, Jânio Quadros levou a melhor, tendo sido eleito com ampla maioria de votos. O candidato do PCB obteve apenas pouco mais de 18 mil votos contra quase 285 mil de Jânio. O resultado da eleição frustrou os militantes comunistas, especialmente um dos principais líderes da greve dos 300 mil, Antônio Chamorro, que participara, ao lado de André Nunes, candidato do PCB, da passeata da panela vazia.

As mobilizações em torno da greve continuavam a todo o vapor e a disposição do operariado para aderir ao movimento era notável. No dia 11 de março, operários do Lanifício Santista paralisaram as atividades à revelia do sindicato e apenas retornaram ao trabalho mediante a intervenção pessoal de Antônio Chamorro, militante comunista de base, que argumentou não ser ainda chegada a hora de iniciar a paralisação. Outras indústrias têxteis, como a Francisco Matarazzo, o Cotonifício Paulista e a Belemzinho Têxtil foram paralisadas dias antes da greve geral e seus trabalhadores não retornaram ao trabalho. Entre os metalúrgicos, a paralisação estava prevista para acontecer alguns dias antes da greve dos têxteis, porém uma manobra do PCB a adiou de modo a fazê-la coincidir com a greve dos têxteis.

A greve foi decretada oficialmente no dia 25 de março pelos têxteis, cujo sindicato, por pressão das comissões de fábrica, teve que antecipar a assembleia inicialmente marcada para o dia 29. No mesmo dia, os metalúrgicos realizaram uma assembleia geral extraordinária e decretaram greve em solidariedade aos têxteis. Nos dias seguintes, a greve espalhou-se pelos bairros de grande concentração operária da capital, paralisando uma grande

quantidade de empresas. Nesse momento, a ação dos piquetes era intensa, levando a constantes choques com a polícia nos portões das fábricas.

Com a greve nas ruas, entra em cena a Justiça do Trabalho, que decreta o dissídio coletivo dos têxteis, ocasião em que este órgão apresenta uma proposta de aumento de 23%, cifra rejeitada tanto pelos empregadores quanto pelos empregados. Diante do impasse, o governador Lucas Nogueira Garcez intervém nas negociações em favor da cifra apresentada pelo TRT. Levada para assembleia, a proposta foi rejeitada pelos trabalhadores em greve, aumentando assim o impasse.

Após a primeira semana de greve, cerca de 85 mil operários têxteis, de um total de 96 mil, encontravam-se paralisados. Entre os metalúrgicos havia aproximadamente 120 empresas paralisadas. A partir do décimo dia de greve, passaram a circular ameaças de intervenção nos sindicatos, às quais os trabalhadores regiram afirmado que, caso a intervenção ocorresse, não retornariam ao trabalho mesmo sendo atendidas as suas reivindicações. Nesse momento, a greve já contava com a adesão de outras categorias, como os marceneiros, vidreiros e empregados da indústria de bebidas e malharias. Além disso, o movimento se espalhara para cidades vizinhas como Osasco e São Caetano do Sul. No dia 14 de abril os gráficos aderiram à greve, reforçando assim o contingente de trabalhadores paralisados.

Nos dias 14 e 15 de abril, o TRT ofereceu aos metalúrgicos e têxteis um reajuste no valor de 32%, proposta que foi aceita pelos trabalhadores em assembleia, com as seguintes condições: **1)** que não houvesse acordo em separado; **2)** que não voltariam ao trabalho enquanto houvesse trabalhadores presos; **3)** que não ocorresse o desconto dos dias parados; e **4)** que não acontecesse a dispensa de trabalhadores por motivo de greve. Diante disso, as negociações acabaram por se estender por mais tempo, pois houve um impasse na questão da soltura dos trabalhadores presos e do pagamento dos dias parados. Representantes dos marceneiros e vidreiros, contudo, assinaram acordo em separado sem que fossem solucionados esses impasses. A repressão aos trabalhadores acentuou-se, impedindo-os de realizarem suas assembleias em locais públicos e forçando-os a realizarem-nas sedes dos sindicatos. Finalmente, no dia 23 de abril foi assinado o acordo que encerrou a greve dos tecelões e metalúrgicos. Os gráficos, contudo, permaneceram parados até o dia 27 de abril e

os tecelões de Sorocaba até o dia 29 do mesmo mês. Encerrava-se, assim, um dos mais emblemáticos movimentos grevistas do período 1945-1964 com uma vitória significativa, ainda que parcial, dos trabalhadores.

Durante os quase um mês de paralisação, foi notável o protagonismo dos trabalhadores oriundos do chão de fábrica. Além das já tradicionais comissões de fábrica, foram organizadas também *comissões de solidariedade* que eram compostas por trabalhadores que não pertenciam à direção dos sindicatos e tinham como objetivo pressionar os trabalhadores no sentido de se manterem firmes na greve. Cada categoria formou também uma comissão central de greve, que era composta por membros eleitos em assembleia. As comissões de cada categoria se uniram no decorrer da greve, criando o Comitê Intersindical de Greve, que daria origem, mais tarde, à Comissão Intersindical do Estado de São Paulo (CIESP).

Outro aspecto notável da greve foi a forma como ela alterou a rotina dos trabalhadores e foi capaz de promover a ocupação do espaço público pelos mesmos. A rotina da greve iniciava-se ainda de madrugada, por volta das quatro da manhã, quando os trabalhadores iniciavam os piquetes que percorriam os principais bairros operários, forçando a paralisação das empresas cujos operários ainda não haviam aderido à greve. Esses piquetes contavam com grande participação feminina e, em vários momentos, foram carregados de tensão, como no depoimento abaixo, concedido por Fortunato A. Depineto ao historiador Hélio da Costa:

O piquete veio da fábrica Lorenzetti, pararam em frente à firma e começaram a chamar o pessoal para vir para fora. Como o pessoal não quis vir, começaram a jogar pedras e xingar. A maioria eram mulheres no piquete e começaram a xingar os fura-greve, a perguntar se eles não queriam usar saias, por que não vestiam saias, etc.<sup>72</sup>

Outras vezes, os piquetes ocorriam de forma mais tranquila e os próprios trabalhadores das empresas ainda em atividade aguardavam a passagem do piquete para aderir à greve. O depoimento abaixo, de Olinda Jardim, é exemplar nesse sentido:

<sup>72</sup> Depoimento transcrito de COSTA, Hélio da. *Em busca da memória – Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scrita, 1995, p. 305.

Na fábrica onde meu genro trabalhava, eles subiram no telhado de onde se viam os piquetes, e nos faziam sinal com um lenço branco para a gente ir até lá. Nós fomos, não deu trabalho nenhum. No escritório foi só mandar todo mundo parar que todo mundo saiu.<sup>73</sup>

A nova rotina advinda com a greve, contudo, não se encerrava com os piquetes. O dia a dia dos operários incluía uma série de outras atividades ligadas à greve, como as assembleias, que geralmente ocorriam pela manhã. À tarde havia concentrações em locais públicos, como a Praça da Sé, que terminavam em passeatas, muitas delas reprimidas com extrema violência pela polícia. À noite, os membros das comissões de fábrica ainda se reuniam com o objetivo de organizar as atividades do dia seguinte, como os piquetes, a distribuição de panfletos e a coleta de donativos. Outra atividade importante nesse contexto foi a criação de uma cozinha comunitária que funcionava das seis da manhã às dez da noite para atender aos grevistas de todas as categorias que residiam longe. Essa ocupação do espaço público possibilitada pela greve foi realizada de maneira bastante feliz, pois os trabalhadores foram capazes de atrelar suas reivindicações de aumento salarial à questão do custo de vida, que afetava a população de maneira geral. Conseguiam, assim, atrair a simpatia de amplos setores população para a sua causa.

A repressão policial, contudo, foi extremamente forte, abatendo-se, sobretudo, no momento em que os trabalhadores ocupavam o espaço público, como nas passeatas. No dia 31 de março, trabalhadores de diversos setores que pretendiam realizar uma passeata partindo da Praça da Sé em direção ao palácio dos Campos Elíseos, reeditando a marcha da panela vazia, foram brutalmente reprimidos pela polícia, que investiu contra os manifestantes utilizando-se de jatos d'água, cassetetes e bombas de efeito moral, atacando até mesmo aqueles que se dirigiam aos pontos de ônibus. Os trabalhadores regiram empunhando pedras e paus, na tentativa de resistir às investidas da polícia. Além dos trabalhadores, estavam também presentes na passeata parlamentares de diversos partidos como o PTB, PSP e PSD, alguns dos quais se envolveram nos conflitos. Cerca de 150 pessoas foram presas e dezenas ficaram feridas.

<sup>73</sup> Mulheres Operárias. São Paulo, Nobel, 1985, p. 96 *apud* COSTA, Hélio da, op. cit., p. 307.



Figura 5: Força Pública ocupa a Praça da Sé, no centro de São Paulo, durante a Greve dos 300 Mil. Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/300-mil-nas-ruas-contra-a-carestia#card-56>. Acesso em 17/04/2018



Figura 6: Um dos 300 mil grevistas é preso no centro de São Paulo.  
Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/300-mil-nas-ruas-contra-a-carestia#card-56>. Acesso em 17/04/2018.

Outra passeata, realizada no dia 9 de abril, e que tinha como objetivo dirigir-se ao palácio Campos Elíseos para exigir do governador a libertação dos grevistas presos foi também alvo de violenta agressão por parte da polícia. Uma última passeata ocorreu no dia 23 de abril logo após a votação que encerrou a greve. Novamente, seu destino era o palácio dos Campos Elíseos e seu objetivo era agradecer ao governador Lucas Nogueira Garcez pela sua mediação, além pedir que os líderes das comissões de fábricas não fossem demitidos. Nessa passeata, as mulheres devolveram a um grupo de policiais que estavam em minoria as agressões que haviam sofrido nas passeatas anteriores.

Ao fim greve, os trabalhadores aparentemente haviam conquistado uma grande vitória. Além do reajuste de 32%, havia aumentado a sindicalização, novas lideranças surgiram e a Comissão Intersindical de Greve, criada ao longo do movimento, tornou-se o embrião do Pacto de Unidade Intersindical (PUI), que surgiria no ano seguinte. A reação dos patrões, contudo, não se fez esperar. Já na primeira semana de retorno ao trabalho cerca de 6 mil trabalhadores do ramo têxtil foram demitidos. Além das demissões, muitas empresas simplesmente se negaram a pagar o reajuste ou o condicionava ao cumprimento da cláusula de assiduidade integral, além de organizarem listas negras através das quais recusavam emprego àqueles que haviam sido demitidos logo após o fim do movimento grevista. Tais medidas provocaram novas paralisações em diversas empresas, bem como diversos processos que foram ajuizados no TST.

### **3.3 – A greve dos marítimos e a ascensão de João Goulart ao Ministério do Trabalho**

A greve dos marítimos foi outro evento importantíssimo ocorrido nessa conjuntura de renascimento do movimento operário. Iniciada em junho de 1953, chegou a envolver cerca de 100 mil operários, concentrados principalmente nos portos do Rio de Janeiro, Santos e Belém. Os trabalhadores reivindicavam, entre outras coisas, a extensão a eles dos direitos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos, aumento salarial e melhores condições de alimentação. A paralisação contou com ampla solidariedade de outros setores, como os funcionários públicos e empregados de empresas privadas. Além do impacto econômico causado pela paralisação de três dos mais importantes portos do país, a greve dos

marítimos expôs também divergências existentes dentro do governo Vargas e do próprio PTB sobre o modo como conduzir as relações com os trabalhadores, divergências essas que teriam grande impacto a longo prazo.

Ministro do trabalho desde 1951, Segadas Viana era o que se poderia considerar um legalista. Oriundo do mundo do direito e ferrenho anticomunista, Viana era um dos autores da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943, tendo sido responsável por sistematizar toda a parte referente à legislação social e à organização sindical. Sua atuação no Ministério do Trabalho era marcada pelo apego à letra da lei que, naquelas circunstâncias, eram completamente contrárias aos trabalhadores que realizavam movimentos grevistas – basta lembrar que a lei 9.070, do tempo de Dutra, ainda estava em vigor. No caso da greve dos 300 mil, por exemplo, Viana havia ameaçado punir os grevistas utilizando-se da Lei de Segurança Nacional. Quando eclodiu a greve dos marítimos, o ministro tomou uma atitude radical: aplicar leis do tempo da Segunda Guerra que lhe permitiam convocar reservistas da marinha; os grevistas seriam, assim, considerados desertores e estariam sujeitos a severas penalidades. Tal atitude chocou-se com as orientações do próprio Vargas, que via seu apoio popular cada vez mais solapado e buscava outra forma de lidar com o movimento operário no contexto democrático. Com isso, entra em cena a figura de João Goulart.

Gaúcho e rico fazendeiro como Vargas – porém contando apenas 34 anos – Goulart era, naquele momento, o presidente do PTB. Havia recebido de Vargas a incumbência de pôr fim às constantes divisões que tomavam conta do partido desde a sua fundação e que tinham como razão, na maioria das vezes, o acesso ao controle da máquina partidária e aos recursos daí advindos. Com orientação nacionalista e reformista, Jango, como era conhecido, passou a aproximar cada vez mais o PTB dos trabalhadores. Além disso, sua atuação indicava o crescimento de setores mais doutrinários (reformistas) e menos fisiológicos dentro do PTB. Durante a greve dos marítimos, Jango passou a criticar publicamente a atitude repressiva do ministro Segadas Viana contra os trabalhadores. Vargas, desejoso de recuperar seu prestígio junto à classe trabalhadora, forçou a demissão de Viana e nomeou João Goulart para a pasta do Trabalho. Jango, que já estava à frente das negociações com os marítimos desde o início da greve, quando ainda não era ministro, acabou por negociar um acordo de cessação da greve que atendia, ainda que de maneira parcial, às reivindicações dos trabalhadores.

Ao ocupar o ministério, Jango inaugurou uma nova forma de relacionamento com os trabalhadores, mais próxima e mais direta, recebendo, com frequência, líderes sindicais em seu gabinete e buscando atender às suas reivindicações. Além disso, o novo ministro evitava lançar mão de medidas coercitivas, acabando com as intervenções nos sindicatos e não mais perseguindo os comunistas. Goulart buscava, com isso, antecipar-se às demandas trabalhistas, esforçando-se para atendê-las antes que elas levassem a uma atuação disruptiva por parte dos trabalhadores.

Tal estratégia ligava-se à necessidade que o governo Vargas tinha de buscar apoio entre os trabalhadores, uma vez que seu governo continuava sendo fustigado pela oposição udenista e pela imprensa liberal. A nomeação de Goulart, contudo, levou a oposição a aumentar o nível das críticas ao governo, acusando o novo ministro de ter a intenção de instalar no Brasil uma “república sindicalista”. Essas acusações foram amplificadas quando Goulart resolveu encampar uma das principais reivindicações do movimento operário no período: a duplicação do salário-mínimo. Esse projeto, juntamente com uma sucessão de greves ocorridas no início de 1954, levou Jango a demitir-se do Ministério do Trabalho em fevereiro de 1954. Para substituí-lo, foi indicado como ministro interino o funcionário de carreira Hugo de Faria, mantendo Jango forte influência sobre o ministério. O próprio Hugo de Faria afirmaria: “Nunca o Dr. João Goulart foi tão Ministro do Trabalho como quando eu era Ministro Interino e ele (oficialmente) não ocupava mais cargo nenhum”.<sup>74</sup> No dia primeiro de maio de 1954, o aumento de 100% do salário-mínimo era decretado por Vargas.

O crescimento dos setores reformistas do PTB, aliado à atuação inovadora de Jango frente ao Ministério do Trabalho, levou a um relativo isolamento dos comunistas, que continuavam a fazer oposição ao governo Vargas, acusando-o de ser agente do imperialismo. Esse isolamento fez com que muitos militantes comunistas, à revelia das orientações partidárias, estabelecessem alianças com os trabalhistas no plano sindical, como ficou evidente na greve dos 300 mil, na qual militantes comunistas como Antônio Chamorro tiveram destaque ao lado de lideranças petebistas. Com a morte de Vargas, as aproximações entre PCB e PTB tenderam a se consolidar.

<sup>74</sup> Transcrito de: DELGADO, Lucília Neves de Almeida. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 153.

### 3.4 – A greve geral de 2 de setembro de 1954

Pouco mais de uma semana após o suicídio de Vargas, ocorrido em 24 de agosto de 1954, os trabalhadores têxteis e metalúrgicos de São Paulo empreenderam mais um movimento grevista. Tal movimento, contudo, inscrevia-se em outro contexto político. A forma trágica e carregada de simbologia política com que se deu a morte de Vargas, bem como as fortes manifestações públicas que se seguiram à sua morte, haviam desarmado a oposição udenista e aberto uma grave crise institucional. Com isso, a herança política do ex-ditador entrava em disputa, levando até mesmo os setores conservadores a buscar alguma forma de legitimação popular – ou alguma forma de *populismo* – para os seus projetos de poder.

As articulações em torno da greve, contudo, já haviam começado bem antes, no mês de junho, em assembleias realizadas pelos metalúrgicos e têxteis. A disposição dos trabalhadores para a greve geral era fortalecida pela recusa, por parte dos empresários, em aplicar o reajuste de 100% do salário-mínimo, em vigor desde 1º de maio de 1954. Outro fator importante na articulação do movimento grevista foi a organização da Comissão Intersindical do Estado de São Paulo (CIESP), entidade surgida a partir da greve dos 300 mil e que, em 1954, passou a denominar-se Pacto de Unidade Intersindical (PUI). Após a realização, em 17 de junho, de assembleias nos principais sindicatos, foi criada uma tabela salarial única, que previa aumentos salariais 1.190 cruzeiros para os salários de até 5 mil cruzeiros e de 20% para os que recebiam mais do que aquele valor. Foram também abertas negociações unificadas com a FIESP.

Em 1º de agosto ocorreram novas assembleias. Entre os metalúrgicos, foi aprovada a proposta de uma greve geral de 24 horas no dia 2 de setembro e a confecção de 100 mil boletins sobre a greve que, além das reivindicações salariais, incluía o congelamento do preço de itens da cesta básica, como o arroz, feijão, café, banha e açúcar. Foi também organizada uma comissão para visitar outras assembleias. Em uma das assembleias visitadas, a dos têxteis, foi também aprovada a paralisação do dia 2. Como ocorreu no ano anterior, os trabalhadores atrelavam sua luta por melhores salários ao tema da carestia, possibilitando, assim, que o movimento pudesse estabelecer aliança com amplos setores da sociedade,

conforme é explicitado pelo jornal *O Metalúrgico*, de agosto de 1954: “A luta pelo congelamento de preços é uma reivindicação sentida pela maioria do nosso povo, como: operários da indústria e do campo, trabalhadores e donas de casa, estudantes e intelectuais, comerciantes e pequenos industriais”.<sup>75</sup>

O suicídio de Vargas, contudo, faria com que várias manifestações públicas e paralisações ocorressem já nos dias 24 e 25 de agosto. Essas manifestações ocorriam, na maioria das vezes, sem uma direção formal e sua articulação era possibilitada por meio de canais informais de comunicação, conforme o relato de Antonio Carlos Felix Nunes, operário, jornalista ex-militante do PCB:

Papeizinhos rascunhados foram passados de mão em mão; nos mictórios, rápidas inscrições a giz: “Getúlio Vargas morreu. Todos à greve.” Em uma hora a fábrica se esvaziava. Em meio a gritos, choros, exclamações de descrédito à notícia, os operários se atropelavam nos corredores de saída. Lá fora, iniciava-se a formação da passeata.<sup>76</sup>

Nos dias 24 e 25, piquetes paralisaram diversas empresas da capital, como a Sherwin-Williams, a Refinaria União, Tecelagem Santana e a Chocolates Lacta, além de várias indústrias em Jundiaí. Esses piquetes contavam com ampla participação feminina, especialmente nas fábricas têxteis. Com as fábricas paradas, os trabalhadores organizavam comícios e passeatas, que ocorriam principalmente nos bairros, uma vez que o centro da capital encontrava-se policiado. Em Santo André, a greve foi aprovada no dia 25 após passeata saída do Sindicato dos Metalúrgicos que tinha à sua frente um jipe do Serviço de Assistência Média Domiciliar e de Urgência (SAMDU) com um enorme retrato de Vargas. Ainda no mesmo dia, cerca de 70 sindicalistas ligados ao PUI reuniram-se no Sindicato dos Gráficos para deliberar acerca da greve: alguns queriam que a greve começassem imediatamente, outros que fosse mantida a data do dia 2 de setembro. Ao final prevaleceu a data inicialmente acordada. No dia seguinte, a assembleia dos têxteis também aprovou a greve.

<sup>75</sup> *O Metalúrgico*, nº 134, agosto de 1954. *Apud* LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2012, p. 257.

<sup>76</sup> NUNES, Antonio Carlos Felix. *PC Linha Leste*. São Paulo, Livramento, 1980, p. 13. *Apud* LEAL, Murilo, Op. Cit., p.258.

No dia 30 de agosto, no Sindicato dos Metalúrgicos, começaram os preparativos para a greve. Foram formadas uma comissão de piquetes e outra de finanças; uma cozinha também foi organizada no local. Tais preparativos eram importantes, pois muitos dos presentes acreditavam que a greve, inicialmente de 24 horas, poderia se estender por tempo indeterminado. Alguns, como o militante Eugênio Chemp, que participava da comissão de finanças, acreditavam que poderia eclodir daí uma revolução que varreria o país de norte a sul.

O dia anterior à greve foi marcado por forte guerra de informações entre os sindicatos e as forças da repressão. No dia 2 de setembro, no entanto, a greve geral parou São Paulo: o comércio, as escolas e as indústrias pararam. Mesmo aqueles que não aderissem à greve encontrariam dificuldades para chegar ao local de trabalho devido à paralisação dos transportes. Às 24 horas do dia 2, o presidente do PUI e do Sindicato dos Gráficos, Gabriel Grecco, leu nos microfones da Rádio América um manifesto pondo fim à greve geral. No documento lido, lembrava aos ouvintes que se tratava também de uma greve contra o aumento do custo de vida e deu 50 dias para o atendimento das reivindicações, sob pena de retomada da greve.

A greve foi considerada vitoriosa por têxteis e metalúrgicos. Um dos membros da comissão de piquetes, Hermeto Mendes, avaliou que a greve havia paralisado 90% dos trabalhadores de São Paulo. Apesar disso, as negociações salariais acabaram sendo realizadas em separado. Em 28 de novembro de 1954, os têxteis aprovam a proposta reajuste de 25%. Os metalúrgicos, por sua vez, aprovam, em 4 de outubro do mesmo ano, a proposta de aumento de 880 cruzeiros apresentada pelos patrões na mesa de negociações realizadas na DRT.

### 3.5 – Conclusão

Ao fim do conturbado segundo governo Vargas, ficou claro que o movimento operário havia recuperado o vigor que exibia no imediato pós-guerra. A volta do PCB aos sindicatos oficiais, ocupando muitas vezes postos de comando, fez com que esses sindicatos assumissem posições mais combativas. A ocupação dos sindicatos oficiais por militantes pecebistas se deu, na maioria das vezes, através de aliança com o PTB, ficando tal aliança

evidente ao observarmos a atuação de líderes comunistas, como Antônio Chamorro, ao lado de lideranças petebistas na greve dos 300 mil.

O PTB, por sua vez, passava a assumir posições cada vez mais reformistas à medida que a influência de grupos mais doutrinários se fazia sentir em detrimento de grupos fisiológicos. Tal virada na orientação do PTB ficou evidente a partir da ascensão de João Goulart e se aprofundou ainda mais com a morte de Vargas. Sem a presença da liderança incontestável de Vargas, o PTB lançou-se cada vez mais em defesa de pautas reformistas, embora práticas e lideranças fisiológicas ainda persistissem no interior do partido. Tal mudança de rumo, iniciada ainda no segundo governo Vargas, se aprofundará nos anos seguintes, levando o PTB a aproximar-se cada vez mais do PCB tanto no plano sindical quanto no plano político.

Outro aspecto que marcou o segundo governo Vargas foi o tipo de apoio que os trabalhadores davam ao presidente, que não era, de forma alguma, incondicional. Diante de uma política econômica que acabava por acarretar o empobrecimento da classe trabalhadora, os trabalhadores não hesitaram em lançar-se em movimentos grevistas em busca de melhores salários e condições de vida e trabalho. Ao empreenderem as lutas por melhores salários e ocuparem o espaço público através de movimentos grevistas, os trabalhadores mostraram uma força que, ainda que pudesse ser vista por muitos como alvo fácil para a manipulação por parte das elites políticas, não deixava de causar apreensão aos setores mais conservadores da sociedade.

Ao emergirem no espaço público como agentes políticos capazes de defender suas demandas sociais, que muitas vezes iam além da questão salarial, os trabalhadores acabavam por levar ao tensionamento do sistema político e testavam o limite da democracia *de fato* então existente. Além dos comunistas e petebistas, outras correntes políticas também não podiam prescindir da aliança com os trabalhadores organizados, como foi o caso do janismo e do ademarismo em São Paulo. Ao disputarem espaço com os militantes trabalhistas e comunistas, os janistas e ademaristas deixavam evidenciar o papel estratégico que adquiria a aliança com a classe trabalhadora. Janistas e ademaristas acabaram também por trazer para a política temas que iam além das questões sindicais propriamente ditas, através de uma atuação que evidenciava problemas relativos às condições de vida e moradia na periferia. Exemplar

nesse sentido é a atuação das chamadas Sociedades de Amigos de Bairro (SAB's), que se constituíram no principal sustentáculo da popularidade de Jânio Quadros na periferia da cidade de São Paulo.

As eleições paulistanas de 1953 mostraram como questões relativas à política institucional seguiam, muitas vezes, por caminhos diferentes daqueles através dos quais seguiam as questões sindicais. O enorme prestígio junto ao operariado exibido pelos líderes comunistas ao longo dos preparativos para a greve dos 300 mil e durante o próprio movimento grevista não foi capaz de se traduzir em efetivo apoio a André Nunes, candidato apoiado pelo PCB na corrida pela prefeitura. A emergência de lideranças como Jânio Quadros no cenário local era sinal de que, para além da dicotomia entre setores conservadores e progressistas, havia também espaço para políticas de aliança de classes. Sua campanha, alicerçada na ideia de que a eleição seria luta do *tostão contra o milhão*, foi capaz de mobilizar tanto setores médios quanto setores ligados aos trabalhadores urbanos. Além disso, a forte presença de janistas nos bairros operários e nos sindicatos mostra que, no maior parque industrial brasileiro, o PTB não era capaz de consolidar uma sólida hegemonia entre os trabalhadores.

Finalmente, a experiência da greve dos 300 mil deu origem o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), entidade que tinha como objetivo articular reivindicações de diferentes categorias, lutar pela aplicação do salário mínimo, pelo congelamento dos preços e contra o decreto nº 9.070. Oriundo da Comissão Intersindical de Greve, que visava a evitar acordos em separado que pudessem enfraquecer a greve dos 300 mil e contando com sindicalistas de diferentes orientações, o PUI consolida-se no início de 1954, tendo atuação destacada na greve geral de 2 de setembro de 1954, ocorrida em São Paulo. Embora considerado ilegal, o PUI terá papel de destaque durante o período JK, até ser dissolvido em 1959, sendo substituído pelo Conselho Sindical dos Trabalhadores (CST).

## CAPÍTULO 4 – Os trabalhadores e o Desenvolvimentismo<sup>77</sup>

### 4.1 – O governo JK: a conjuntura política e a política sindical

O conturbado processo político que se seguiu ao suicídio de Vargas, passando pelos mandatos-tampão de Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos, foi de regresso às práticas de repressão ao movimento sindical adotadas durante o governo Dutra. Com a volta do PCB aos sindicatos e a demonstração de força que foi a greve dos 300 mil, a *democracia realmente existente* brasileira temia o poder que o operariado pudesse vir a adquirir no sistema político nacional. As eleições de 1955 seriam o momento no qual as forças liberais confrontariam novamente a ameaça representada pelos herdeiros do trabalhismo varguista. Foi visando à conjuração dessa ameaça que o presidente em exercício Café Filho propôs a união de todos os partidos em torno de uma candidatura única. Vista como uma manobra com o objetivo de garantir a influência da UDN e do PSP no próximo governo, a ideia de uma candidatura única foi prontamente rejeitada pelo PTB e pelo PSD, que iniciaram negociações em separado.

Nas articulações em torno da sucessão, PSD e PTB, as duas faces do getulismo, buscaram aparar as arestas em busca de um programa comum. Para os pessedistas, representados por Juscelino Kubitscheck, era fundamental resguardar a estabilidade, elemento central para os investidores estrangeiros que se pretendia atrair ao país. Além disso, por sua base social ser composta principalmente pelas elites dominantes locais que tinham como trunfo o domínio do voto rural, o PSD configurava-se como uma espécie de moderador das

<sup>77</sup> O relato contido neste capítulo baseia-se em: BENEVIDES, Maria V. *O PTB e o Trabalhismo: Partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Brasiliense, 1989; CORRÊA, Larissa Rosa. Disseram que Eu Voltei Americanizado: relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar. Campinas: Edunicamp, 2017; DELGADO, Lucília Neves de Almeida. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989. FONTES, Paulo. *Trabalhadores e Cidadãos. Nitro Química: A fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997; \_\_\_\_\_. “Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo” - a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo (1957). In: FORTES, Alexandre et al. *Na Luta por Direitos: Estudos Recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Unicamp, 1999; \_\_\_\_\_. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008; FONTES, Paulo; MACEDO, Francisco. *Piquetes como repertório: organização operária e redes sociais nas greves de 1957 e 1980*. Topoi, Rio de Janeiro, v. 18, n. 34, p. 23-47, Jan. 2017; LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2012; NEGRO, Antônio Luigi. *Linhos de Montagem. O Industrialismo Automotivo e a Sindicalização dos Trabalhadores (1945-1978)*. São Paulo: Boitempo, 2004.

pretensões reformistas do PTB. Este, por sua vez, condicionava o apoio a Kubitschek ao seu comprometimento em respeitar o programa reformista do partido, que incluía:

- 1) Defesa das liberdades, garantia ao trabalho e o combate aos trustes;
- 2) Realização da reforma agrária, com extensão da legislação trabalhista e previdenciária ao campo;
- 3) Reforma eleitoral, visando anular a influência do poder econômico nas eleições;
- 4) Estímulo à educação e à cultura, tornando realidade o ensino primário universal e gratuito;
- 5) à defesa da saúde e da medicina pública, por meio da unificação e uniformização de medicamentos pelo Estado;
- 6) Combate à inflação;
- 7) Construção de uma rede viária e obras contra a seca – amparo e proteção à indústria nacional.<sup>78</sup>

Tendo João Goulart como candidato a vice-presidente, a chapa encabeçada por Kubitschek pôde contar também com apoio explícito do PCB, o que era fruto das aproximações cada vez maiores que vinham ocorrendo entre o PTB e o PCB no plano sindical. Desde que decidiram retornar à disputa por espaço junto aos sindicatos oficiais, os militantes comunistas passaram a contar cada vez mais com o apoio dos petebistas que, tradicionalmente, controlavam os principais postos no Ministério do Trabalho, órgão ao qual os sindicatos estavam vinculados. Assim, interessava ao PCB manter essa aliança com vistas a ampliar sua penetração nesses sindicatos, ainda que muitos militantes comunistas manifestassem insatisfação com a aliança PSD-PTB por considerarem o PSD pouco comprometido com os projetos nacionalistas e reformistas.

A vitória da chapa Juscelino-Jango, contudo, não foi tão fácil de ser alcançada como se poderia imaginar. Eleito com apenas cerca de 36% dos votos em nível nacional, Juscelino Kubitschek e João Goulart amargaram uma derrota incontestável no maior parque industrial brasileiro: São Paulo. Neste estado, ambos os candidatos ficaram em terceiro lugar, destacando-se a votação recebida por Ademar de Barros para a presidência. Tal situação era

<sup>78</sup> Programa mínimo do PTB, publicado no Jornal *Última Hora* do dia 15/04/1955, *Apud* DELGADO, Lucília Neves de Almeida. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 170.

paradoxal, uma vez que a aliança com PTB visava garantir o voto operário, numeroso nos grandes centros urbanos. A fraqueza e a divisão interna do PTB em São Paulo, além da força de lideranças populistas como Ademar de Barros e Jânio Quadros explicam em boa parte o fracasso da chapa PSD-PTB no estado.

Apesar da importância do PTB na aliança vitoriosa, era o PSD que detinha a hegemonia no governo, ficando com a maioria dos cargos e ministérios disponíveis. Embora sua participação no governo fosse minoritária quando comparada à do PSD, o PTB obteve o controle do Ministério do Trabalho e das autarquias a ele ligadas, além do primeiro escalão da Previdência Social e do Ministério da Agricultura. O controle desse último ministério tinha um significado primordial na guinada reformista do PTB, uma vez que colocava na agenda do partido e do governo a discussão em torno da extensão dos direitos trabalhistas ao campo e a Reforma Agrária, questão com potencial de lançar em campos opostos PTB e PSD. O controle do Ministério do Trabalho e dos Institutos de Previdência, por outro lado, era importante fonte de manutenção de relações clientelísticas e do empreguismo no meio sindical e partidário, além de contribuir para o contínuo crescimento eleitoral do partido, sobretudo no legislativo. Esse crescimento é demonstrado na tabela abaixo:

<b>Ano</b>	<b>Número de deputados federais</b>
1945	22
1950	51
1954	56
1958	68
1962	116

Em que pese tal crescimento ter sido, ao menos em parte, potencializado por relações clientelísticas, ele possibilitou, ao mesmo tempo, o surgimento de lideranças novas menos comprometidas com o projeto inicial do getulismo, baseado no controle e cooptação.

Tais lideranças, além disso, estariam mais abertas a alianças com setores mais à esquerda, sobretudo com os comunistas. Nesse sentido é sintomática a defesa cada vez maior por parte de parlamentares do PTB da legalização do PCB. Além disso, o PTB passou também a permitir que candidatos comunistas concorressem a cargos eletivos utilizando sua legenda. O PCB, por seu turno, passava a moderar cada vez mais suas críticas ao modelo sindical então vigente e, em 1956, deixa de fazer oposição ao imposto sindical.

Outro fator que facilitaria a aproximação PCB-PTB foram os impactos da divulgação do Relatório Kruschev, como ficou conhecida na época a intervenção do então Secretário-Geral do Partido Comunista Soviético, Nikita Kruschev, durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956. Em seu discurso, Kuschev fazia duras críticas ao regime comandado por Stálin, incluindo o culto à personalidade e os crimes políticos ocorridos durante a era stalinista. A divulgação de seu conteúdo teve fortes impactos sobre os partidos comunistas ao redor do mundo. No caso do PCB, houve inúmeras cisões internas que culminaram com saída de diversos membros destacados do partido. Tais cisões resultaram na mudança de orientação do partido, que passou, a partir de 1958, a preconizar a criação de uma frente única nacionalista para se contrapor aos interesses do imperialismo norte-americano. Essa frente seria formada por proletários, camponeses, pequena burguesia urbana, a burguesia industrial e até mesmo os latifundiários que estivessem insatisfeitos com o imperialismo. Essa orientação aproximava ainda mais o PCB do projeto petebista, fortalecendo uma aliança programática em torno de um projeto nacionalista e popular.

No que se refere à relação com os trabalhadores, coube a Jango o papel de articulador entre o poder governamental e os trabalhadores, funcionando como um facilitador de soluções de compromisso. Com seu estilo mais acessível, Jango buscava intervir de modo a evitar que ocorressem conflitos abertos entre governo e trabalhadores organizados, contribuindo, assim, para a criação de um clima de estabilidade política naqueles anos. Embora bem-sucedido nos primeiros anos, a estratégia de Jango não era capaz de anular completamente as contradições inerentes ao modelo desenvolvimentista adotado por Kubitschek, as quais iam se acumulando à medida que o governo avançava no tempo. Tais contradições ficarão evidentes nas mobilizações operárias do período principalmente na chamada greve dos 400 mil, conforme veremos mais à frente.

Embora fosse mantida a relativa liberalização da vida sindical que havia ocorrido durante o segundo governo Vargas, o controle exercido pelo PTB sobre os numerosos cargos do Ministério do Trabalho e dos institutos de previdência era fortemente utilizado com o objetivo de manter o movimento sindical dentro dos limites aceitáveis pela cúpula petebista. Nesse sentido, papel de destaque seria ocupado pelas Delegacias Regionais do Trabalho (DRT's), que se tornaram o principal órgão mediador dos conflitos capital-trabalho. Isso fazia com que, nos municípios, o cargo de Delegado Regional do Trabalho se tornasse um dos mais disputados pelos militantes sindicais ligados ao PTB. Esse processo ocorria ao mesmo tempo em que correntes reformistas cresciam no interior do PTB, o que levava a uma situação paradoxal em que práticas políticas tradicionais, como o empreguismo e o fisiologismo, conviviam com um programa político cada vez mais radicalizado.

Apesar da manutenção das medidas liberalizantes, uma série de práticas repressivas contra o movimento operário continuava a ocorrer. O empresariado, temeroso das ações que pudessem ser levadas a cabo por um renascido movimento operário, buscou uma aliança com o poder estatal, especialmente com as forças policiais. Conhecida como aliança empresarial-policial, a colaboração entre o aparato repressor do Estado e os empresários se dava tanto por meio da repressão aberta aos movimentos grevistas quanto da espionagem silenciosa por agentes do DOPS no interior dos sindicatos, fábricas e assembleias dos trabalhadores. Diante disso, as conquistas dos trabalhadores no período foram fruto de intensa luta, tanto contra os patrões quanto contra o aparelho repressor estatal.

Apesar das investidas da aliança empresarial-policial, o sindicalismo reformista de centro-esquerda logrou, ao longo da segunda metade dos anos 1950, desalojar lideranças ministerialistas em diversos sindicatos. Em 1956, Robert Alexander, professor da Rutgers University e intelectual norte-americano ligado à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), entidade que congregava entidades sindicais anticomunistas no contexto da guerra fria, registra e lamenta as derrotas eleitorais dos “pelegos”. Tal derrota era atribuída por Alexander ao relaxamento das amarras entre sindicatos e Estado, ao despreparo das lideranças pelegas e à maior experiência dos sindicalistas de centro-esquerda no confronto e barganha com o empresariado.

#### 4.2 – A greve dos 400 mil

Ocorrida entre os dias 15 e 25 de outubro, o movimento conhecido como greve dos 400 mil foi importante em vários aspectos. Em primeiro lugar, foi o maior movimento grevista até então ocorrido no país, contando com a adesão de trabalhadores de diversos setores articulados através da Aliança Intersindical por Aumento de Salários e Contra a Carestia – organização surgida a partir do PUI. Em segundo lugar, demonstrou, de forma inequívoca, a capacidade dos trabalhadores em pressionar o empresariado e as autoridades políticas em busca de aumento salarial e melhores condições de vida. Por último, e talvez o aspecto mais central desse movimento, a greve dos 400 mil revela que o período Kubitschek, muitas vezes visto como uma era de paz social e progresso econômico, não foi isento de contradições sociais e lutas por parte do operariado.

Para se entender o contexto em que se deu o movimento paredista é importante atentar para as mudanças estruturais pelas quais estavam passando a economia e a composição força de trabalho no período. Ao longo dos anos 1950, a mão de obra da indústria paulista foi alimentada por forte migração interna, oriunda principalmente dos estados do nordeste brasileiro e de Minas Gerais. Ao mesmo tempo em que a migração interna ganhava corpo, a distribuição dos trabalhadores entre os ramos da indústria modificava-se de forma considerável. Pouco a pouco, o setor têxtil vai perdendo força na composição do total da mão de obra, enquanto o setor metalúrgico vai ganhando cada vez mais importância. A título de exemplo, dados de uma pesquisa realizada pelo SENAI mostram que em 1950 havia, no município de São Paulo, 93.472 operários em indústrias têxteis e 77.579 operários em indústrias metalúrgicas; em 1960, o número de metalúrgicos saltara para 160.950 (alta de 107,5%), ao passo que o número de têxteis cresceu bem menos, registrando 98.138 em 1960 (alta de 4,99%) operários.<sup>79</sup>

O crescimento do setor metalúrgico estava claramente vinculado às prioridades da política econômica do governo Kubitschek, especialmente ao impulso dado à produção de máquinas, bens duráveis e veículos. A grande mudança ocorreu com a instalação da indústria

<sup>79</sup> Dados extraídos de: LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2012, p. 54, tabela 6.

automobilística a partir de 1957 e do setor de autopeças a ela vinculado. Diante da enorme necessidade de mão de obra, as montadoras viam-se obrigadas a oferecer salários mais altos e melhores benefícios, fazendo com que os salários do setor metalúrgico fossem, na média, superiores aos demais ramos industriais, sobretudo o têxtil.

No caso do setor têxtil, a diminuição no crescimento do número de trabalhadores explica-se pelo processo de maior automação que toma impulso a partir dos anos 1950 e que tem como consequência o aumento da exploração da força de trabalho. Nesse cenário, a indústria têxtil torna-se responsável por um grande número de demissões ao longo do período analisado. Essa situação faz com que os operários do setor estejam mais fragilizados diante dos patrões durante a greve, de modo que os empresários têxteis foram aqueles que mais endureceram durante as negociações.

Outras duas questões tiveram papel decisivo na disposição da classe trabalhadora em lançar-se no movimento grevista: o desemprego e a inflação. Embora os indicadores macroeconômicos exibissem aumento da produção industrial, do PIB e da renda *per capita*, tais dados não se refletiam no bem-estar da classe trabalhadora. O ano de 1957 registra uma taxa atípica de desemprego. Em maio, a demissão de 32 mil trabalhadores leva à criação de um comitê especial do Ministério do Trabalho para investigar as causas e a extensão da desocupação. A inflação, por sua vez, chegava a 34% ao ano entre 1956 e 1960 e o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas Econômicas) indicava uma inflação de 43,2% entre julho de 1956 e julho de 1957. Ainda que certo nível de inflação fosse um componente da política econômica desenvolvimentista, tal surto inflacionário aumentava ainda mais a taxa de exploração da mão de obra. Por não acompanhar a inflação, a participação dos salários nas despesas industriais caía, fazendo com que o aumento da produção e dos lucros se desse à custa dos salários.

No plano da política, os trabalhadores encontravam-se em um momento ímpar dentro do sistema de alianças que caracterizou as relações entre Estado e trabalhadores durante o período 1945-1964. A conjuntura política fazia com que o poder de barganha da classe trabalhadora alcançasse seu auge, sendo os trabalhadores objeto de cortejamento por parte das principais lideranças políticas tanto paulistas quanto nacionais. No plano local e regional, Jânio Quadros, desta feita governador do estado e almejando a presidência da

república, não poderia arcar com o ônus da repressão ao movimento grevista. Ademar de Barros, que ocupava o cargo de prefeito e cujo partido perdia cada vez mais força junto ao eleitorado, não poderia, da mesma forma, prescindir do voto operário. No plano nacional, Juscelino e Jango, que almejavam a tão prometida estabilidade política e paz social, não podiam dar-se ao luxo de se indispor com a numerosa classe operária de São Paulo. A situação de Juscelino era ainda mais delicada se levarmos em conta sua baixa votação em São Paulo nas eleições de 1955 e o apoio que recebia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), órgão de classe patronal. Desta forma, ao mesmo tempo em que era importante para o presidente não se indispor com o operariado paulista, era igualmente importante manter os laços com o empresariado.

As articulações que desembocariam na greve iniciaram-se em por meio da formação da Aliança Intersindical por Aumento de Salários e Contra a Carestia, que era constituída por sindicatos paulistanos de várias categorias, como gráficos, vidreiros, trabalhadores de curtume e indústrias de papel, além dos metalúrgicos e têxteis. Tal organização, inspirada pelo PUI (Pacto de Unidade Intersindical) denunciava a intransigência dos patrões, buscava maior unidade entre as diversas categorias que compunham o operariado e reivindicavam aumento de 45% sem teto e a adoção de medidas concretas para o combate à carestia.

Os empresários, por seu turno, mostravam-se pouco dispostos a negociar. Dentre estes, os mais irredutíveis eram os industriais ligados ao setor têxtil, que alegavam dificuldades oriundas da crise do setor que impossibilitariam qualquer reajuste aos seus empregados. A intransigência patronal ficava evidenciava-se na ausência de representantes dos empregadores nas mesas de conciliação convocadas pela DRT, fato notado inclusive pelo corpo diplomático dos Estados Unidos, que credita à intransigência patronal a principal causa da greve. Apenas uma parte dos empresários do setor metalúrgico chegou a formular uma contraproposta no valor 10%, muito abaixo, portanto, do que estava sendo pedido pelos trabalhadores.

Os vários sindicatos passaram então a intensificar os preparativos para a greve, convocando assembleias, passeatas e reuniões em fábricas e bairros. Dirigentes sindicais têxteis afirmavam terem visitado mais de 100 fábricas, o que corresponderia a um total de 300

mil trabalhadores, conclamando-os à luta contra a carestia e a participarem de reuniões e assembleias. O cônsul norte-americano, Richard Butrick, alarmava-se diante da notícia estampada no jornal comunista *Notícias de Hoje* dando conta da existência de 200 comitês de fábrica entre os metalúrgicos de São Paulo. Mais do que isso, uma outra fonte lhe informava que existiam na verdade 350 desses comitês, havendo caso de fábricas que possuíam dois comitês, um reconhecido pela DRT e outro clandestino.



Figura 7: Grevistas fazem passeata na Avenida Ipiranga, região central de São Paulo, em outubro de 1957. Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/greve-geral-para-sao-paulo#card-99>. Acesso em 17/04/2018.

Percebendo a iminência da paralisação, o ministro do Trabalho Persifal Barroso reuniu-se com 110 sindicalistas no dia 11 de outubro com o objetivo de tentar adiar o início

greve. Embora reconhecesse a intransigência patronal, o ministro dizia que ela era causada pela tentativa, por parte dos empresários, de modificar a política econômica do governo. Sua argumentação de que a greve atenderia aos interesses dos patrões não convenceu os sindicalistas e sua missão fracassou.

No dia 15 de outubro, primeiro dia da greve, a paralisação atingiu grandes proporções, alcançando cerca de 80% dos trabalhadores pertencentes às categorias atingidas pelo movimento. Enormes piquetes percorriam as principais regiões industriais da cidade, levando à paralisação de um número cada vez maior de fábricas. Percebendo a importância estratégica que teria o apoio da classe operária e buscando competir por esse apoio com o PTB, o PCB e o ademarismo, Jânio Quadros havia determinado a não intervenção policial em caso de greve.

A posição de Jânio Quadros foi logo sentida pelos empresários, que passaram a atribuir as proporções alarmantes que a greve havia tomado à ausência de policiamento. Para maior irritação do empresariado, Jânio cancela uma solicitação de audiência pedida pela FIESP e insiste que a greve é legal. Nesse meio tempo, jornais como *O Estado de São Paulo* e *Folha da Manhã* relatavam a forma autodisciplinada, ordeira e pacífica com a qual os trabalhadores conduziam os piquetes.

No segundo dia de greve, a paralisação alcança cerca de 100% das categorias inicialmente envolvidas e novos contingentes de trabalhadores engrossam o movimento grevista, como trabalhadores da indústria alimentícia, química e da borracha. Além da capital, a greve expande-se para o ABC e para o interior do estado. Aproveitando-se do movimento grevista e da ausência de policiamento, a população em geral toma as ruas, expressando sua insatisfação e fazendo com que o movimento adquira cada vez mais um caráter de rebelião popular.

Embora não ocorressem confrontos com a polícia, em muitas fábricas houve choque entre piqueteiros e seguranças particulares – ou, em alguns casos, com os próprios proprietários. O jornal *Última Hora* dava notícias de piquetes repelidos a bala em diversas indústrias, bem como de operários baleados nos dois primeiros dias da greve. Esses confrontos, bem como a depredação ocorrida em algumas fábricas e a paralisação de trabalhadores cujos sindicatos não haviam aderido à greve, levaram a imprensa a pintar um

quadro de perda de controle sobre a greve por parte dos sindicatos. O empresariado, por sua vez, passa a acusar Jânio Quadros e João Goulart de incentivo à greve. Uma declaração dada por Jânio havia irritado de maneira particular os empresários. Ao justificar sua não intervenção na paralisação, Jânio dissera que seu governo não era “guarda pretoriana do poder econômico”.

Na FIESP, era discutida a possibilidade de um pedido formal de proteção às tropas do II Exército e a intervenção federal no estado. O presidente da entidade, Antônio Devisate, reuniu-se diversas vezes com o presidente Juscelino Kubitschek exigindo do governo federal ações concretas para pôr fim ao movimento que considerava não mais apenas uma greve, mas a subversão da ordem pública. Sentindo-se ameaçado pela possibilidade de intervenção no estado, o governador Jânio Quadros comprometeu-se a retomar o policiamento na cidade. No dia 16, em reunião com líderes sindicais no palácio dos Campos Elísios, Jânio teria afirmado:

Os senhores me traíram. A greve é um direito. Mas os senhores não podem impedir o trabalho dos que o desejam. Reagirei violentamente. Amanhã, porei toda a polícia de São Paulo na rua para coibir esses excessos. [...] acabem com a baderna e retirem-se.

Em meio à tensão, os sindicalistas teriam retorquido: “não traímos ninguém, porque não temos compromisso com ninguém, a não ser com os trabalhadores”.<sup>80</sup>

A volta do policiamento às ruas, a partir do terceiro dia de greve, não foi capaz de diminuir a força do movimento grevista. Pelo contrário, os trabalhadores parados demonstraram forte ímpeto em manter a paralisação, apesar dos inúmeros choques com os cerca de 10 mil soldados da Força Pública que voltaram às ruas. Consciente de que seu jogo duplo de amigo da greve e aliado das classes dominantes tornara-se perigoso, Jânio tenta salvar seu prestígio junto à classe trabalhadora afirmando que o papel da polícia era oferecer garantias ao direito de greve.

A organização dos trabalhadores nos locais de trabalho e fora deles, bem como a

<sup>80</sup> *Folha da Manhã*, 18/10/1957, apud FONTES, Paulo. “Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo” - a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo (1957). In: FORTES, Alexandre et al. Na Luta por Direitos: Estudos Recentes em História Social do Trabalho. Campinas: Unicamp, 1999, p. 156.

criação de redes de solidariedade, eram o grande motor da paralisação. Através de uma grande rede que ia desde os comitês de fábrica até as direções sindicais, passando por outras formas de associação não sindicais como clubes de bairros, os trabalhadores eram capazes de sustentar a paralisação e ainda expandir o contingente de trabalhadores paralisados. No dia 17, em Santo André, a greve era praticamente geral, com a paralisação de químicos, metalúrgicos, têxteis, trabalhadores da construção civil e marceneiros. No dia 18, os chapeleiros da fábrica Ramezoni aderem à greve. No dia 22 é a vez dos vidreiros; no dia 23 aderem os cerca de 6 mil funcionários da Nitro Química de São Miguel Paulista e 3 mil empregados das indústrias de refino de açúcar Tupi e União.

Desde os primeiros dias da greve a ação dos piquetes foi extremamente importante. Os delegados sindicais geralmente assumiam o papel de chefes de piquete e tinham a função de manter a disciplina e a coesão do movimento. Esses líderes destacavam-se por sua atuação nos locais de trabalho e foram de grande importância tanto na preparação da greve quanto durante a mesma, ao arregimentar companheiros mais próximos nas fábricas para participarem dos piquetes. Assim, longe de se tratar de uma militância profissional e distante do cotidiano das fábricas, como muitas vezes foram acusados pelos empresários e pela imprensa, os piqueteiros eram, na maioria das vezes, lideranças oriundas de comissões eleitas dentro dos locais de trabalho.

Desde a madrugada do dia 15, os piquetes percorriam as ruas em direção às fábricas com o objetivo de impedir a entrada dos trabalhadores. A estratégia era visitar em primeiro lugar as empresas maiores e aquelas cujos trabalhadores eram mais organizados e simpáticos ao sindicato. Em seguida visitavam-se as menores e aquelas em que os trabalhadores estavam mais distantes das entidades sindicais. Tal estratégia fazia com que piquetes que saíam dos sindicatos com quatro ou cinco operários ganhassem, após a visita a algumas fábricas, a adesão de milhares de trabalhadores. No bairro do Bom Retiro, por exemplo, um desses piquetes, com mais de 10 mil trabalhadores, conseguiu parar todas as empresas gráficas, metalúrgicas e têxteis da região. Laços de amizade, parentesco e conterraneidade faziam com que o número de voluntários a participar dos piquetes aumentasse a cada dia.



Figura 8: Comando de greve se reúne em São Paulo, durante a paralisação de outubro de 1957. Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/greve-geral-para-sao-paulo#card-99>. Acesso em 17/04/2018.

Embora os líderes sindicais buscassem criar a imagem de uma greve coesa e pacífica, era impossível, na prática, controlar e coibir todos os atos de violência que tendiam a ocorrer à medida que o movimento ganhava características de rebelião popular. Era impossível, da mesma forma, manter a paralisação circunscrita aos setores oficialmente em greve, uma vez que trabalhadores de diversos setores não integrantes da Aliança Intersindical cruzavam os braços. Uma estratégia criada pelas lideranças sindicais foi a emissão de carteirinhas pelos sindicatos que identificavam os piqueteiros “oficiais”. Tal expediente revela, além das pressões do governo e da polícia, o fato de as dimensões do movimento ter surpreendido até mesmo os próprios sindicalistas.

Apesar de todo um esforço no sentido de se evitar atos de violência que pudessem colocar em risco a legitimidade e os apoios que a greve havia obtido, é impossível negar que ações mais enérgicas por parte dos piquetes foram importantes para garantir a paralisação em empresas onde o despotismo patronal se fazia sentir de maneira mais forte. Em muitos casos, os atos de violência e intimidação eram utilizados pelos trabalhadores dessas empresas, temerosos de represálias por parte dos patrões, como justificativa para a sua adesão à greve, como deixa claro e o depoimento abaixo:

Era a turma toda andando pela rua, não tinha carro de som não [...]. Jogaram pedra nessa primeira firma, jogaram uma pedra lá que furou e quase pega na cabeça do dono da firma, do Sr. Rodolfo [...]. A turma tava doida para sair mesmo, rapaz, a turma tava doida para sair, porque eles não queriam dar aumento para a gente, todo mundo saiu porque [...] eles davam graças a Deus quando eles chegavam na firma e mandavam todo mundo sair, ou sai ou apanha (risos), tem que sair, era assim. E o patrão tinha que deixar sair, se não eles quebravam tudo, quebravam tudo.<sup>81</sup>

Além de garantir a efetiva paralisação das empresas que eram alvo de suas investidas, os piquetes serviam também como demonstração da força e da unidade dos trabalhadores. Ao tomarem as ruas, os trabalhadores em greve mostravam tanto para a população em geral quanto para os demais trabalhadores ainda reticentes em aderir ao movimento que a greve estava de fato acontecendo. Exemplares nesse sentido foram os chamados “piquetes monstros”, grandes manifestações, geralmente ocorridas após as assembleias, que possuíam também caráter festivo. Nessas ocasiões, diversas autoridades, como vereadores, deputados e até mesmo o vice-governador, o general Porfírio da Paz, tratavam de demonstrar sua solidariedade ao movimento, postando-se à frente dos mesmos e assim ajudando tanto a reduzir ímpeto repressivo das forças policiais quanto a dar maior respeitabilidade à greve. Tais piquetes visavam, muitas vezes, atingir fábricas específicas, como foi o caso do piquete monstro realizado em 22 de outubro. Após uma grande assembleia de várias categorias, os trabalhadores se dirigiram à fábrica têxtil São Paulo Alpargatas, conhecido baluarte antigrevista. Tendo à frente o vice-governador – jocosamente apelidado pela imprensa de piqueteiro-mor – e o deputado Frota Moreira, o piquete ocorreu à revelia do

<sup>81</sup> Entrevista com José Luís dos Santos, *apud* LEAL, Murilo, Op. Cit., p. 338.

comando de greve, que teve que segui atrás da multidão para tentar retomar o controle da situação. Após negociação com altos funcionários da empresa, os dirigentes sindicais, acompanhados de Frota Moreira e de Porfírio da Paz, conseguiram a liberação dos cerca de 1000 operários e operárias que ainda permaneciam trabalhando.



Figura 9: Capa do jornal *Última Hora* de 23/05/1957.

Além dos piquetes, que levavam a paralisação às fábricas que continuavam a funcionar, os trabalhadores contaram também com a solidariedade de outras categorias profissionais e de variados movimentos sociais. Tal solidariedade era demonstrada por meio do envio de manifestos de apoio, doações de alimentos aos grevistas e da participação da população em geral nas assembleias e manifestações. Além disso, a greve contava também com o apoio dos estudantes que, por meio da União Estadual dos Estudantes (UEE), juntaram-se aos grevistas criando a União Operária Estudantil. Membros da UEE prestariam apoio e solidariedade aos grevistas participando de manifestações e realizando assembleias conjuntas.

Na Câmara de Vereadores de São Paulo, outras manifestações de apoio à greve ocorreram. Pronunciamentos em favor da legalidade da greve se sucediam e foi criada uma comissão para atuar como mediadora das negociações. Dos 45 vereadores, 36 assinaram um projeto de lei que concedia 1 milhão de cruzeiros em auxílio aos grevistas. O projeto foi aprovado e sancionado pelo prefeito Ademar de Barros, transformando-se a lei nº 5.390 de 22 de outubro de 1957.

Além dos estudantes e dos vereadores, os trabalhadores também buscaram, como na greve dos 300 mil em 1953, o apoio do Exército. Em manifesto entregue ao comandante da Segunda Região Militar, os sindicatos representavam os trabalhadores como patriotas, ordeiros e disciplinados. Verdadeiros edificadores da grandeza do estado e da nação, como tal seriam favoráveis a pautas caras à ala nacionalista do exército, como a defesa da indústria nacional, vista como imprescindível para a construção de uma nação próspera. Tal prosperidade somente seria alcançada, ainda segundo o manifesto, quando os trabalhadores conquistassem um padrão de vida digno. O memorial prestava também homenagens ao general Lott e indicava o nome do presidente da Federação dos Têxteis, Artur Avalone, para exercer o papel de ligação entre o exército e o comando de greve. A atuação dos trabalhadores junto ao exército buscava, portanto, uma espécie de aliança estratégica com setores nacionalistas das Forças Armadas.

Desde o segundo dia da greve começaram as tratativas em torno de um possível acordo junto ao TRT e, no dia seguinte, o novo delegado do Trabalho, Irineu Mendonça, iniciou as negociações com o governador Jânio Quadros, o Comando de Greve e a FIESP. Os

empresários, contudo, não avançavam em suas propostas por acreditarem que com o retorno do policiamento a greve tenderia a arrefecer.

A manutenção e até mesmo o aumento da vitalidade do movimento fez com que os empresários mudassem sua abordagem perante a greve. No dia 19, Antônio Devisate, presidente da FIESP, conclamava os empresários a “desarmarem os espíritos e enfrentarem com coragem o problema do reajustamento dos salários”. O próprio Juscelino Kubitschek apresentou uma proposta conciliatória de 20% de aumento imediato e mais 5% a serem discutidos na Justiça do Trabalho. Os empregadores acabaram, finalmente, por apresentar duas propostas: a primeira de 15% com teto de 1000 cruzeiros e a segunda de 20% com teto de 1200 cruzeiros. Ambas as propostas foram rejeitadas em assembleia no dia 22 de outubro e os trabalhadores passaram a exigir 20% de aumento imediato sem teto.

Finalmente, no dia 24 de outubro, ocorreu o julgamento do dissídio no TRT. Nesse dia, uma grande passeata de cerca de 10 mil pessoas partia da sede do sindicato dos gráficos em direção à Praça Roosevelt, onde milhares de trabalhadores, generais reformados do Exército, advogados trabalhistas e políticos aguardavam o resultado do julgamento. A notícia da decisão do TRT chegou à Praça Roosevelt antes da passeata: 25% de aumento para as categorias integrantes da Aliança Intersindical extensiva para o interior do estado. O resultado do dissídio foi considerado uma grande vitória para os trabalhadores, que o comemoraram efusivamente. À noite, as assembleias das diversas categorias aprovaram o fim da greve. No dia seguinte, manchete do jornal *Última Hora* estampava: “Terminou a refrega dos piquetes nas ruas da Pauliceia” e “Vitoriosa a greve: operários dançam em praça pública”.



Figura 10: "Última Hora" de 26 de outubro de 1957.



Figura 11: Uma das imagens da capa do jornal "Última Hora" de 25 de outubro de 1957.

Como já havia acontecido em ocasiões anteriores, o fim da greve marcou apenas o início de uma nova etapa de luta para os trabalhadores. Logo após o julgamento, o presidente da FIESP, João Devisate, anunciou a intenção do patronato em recorrer da decisão junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). Além disso, embora não tivesse um teto, o acordo incluía uma cláusula de “insuficiência econômica”, que dispensava do cumprimento do acordo empresas que comprovassem essa condição na justiça. As perseguições e demissões aos trabalhadores que participaram do movimento também foram brutais, ao ponto de empregadores solicitarem aos jornais fotos dos piquetes com o objetivo de identificar aqueles que seriam demitidos. Alegando que aguardavam o julgamento do recurso junto ao TST, muitas empresas recusavam-se a pagar o reajuste, o que provocou uma série de novas paralisações ao longo dos meses de novembro e dezembro. O recurso dos empregadores junto ao TST foi julgado em janeiro de 1958, acarretando a redução do reajuste de 25% para 18%, com teto de 1500 cruzeiros.

#### **4.3 – A greve dos trabalhadores da Cia. Nitro Química**

Desde 1947, quando a onda repressiva ocorrida durante o governo Dutra levou a uma intervenção no Sindicato dos Químicos de São Paulo, esta entidade passou a adotar uma postura de desincentivo à participação dos trabalhadores na vida sindical. Poucas assembleias eram realizadas e a maioria delas tratava apenas de questões burocráticas ou legais exigidas pela CLT. Outras eram destinadas apenas a solicitar aprovação para a abertura de dissídio coletivo junto ao TRT. Isso fazia com que o advogado do sindicato se tornasse figura central nas atividades da entidade, que se tornava mera instância burocrática. A intervenção no sindicato durou até 1950, mas, aproveitando-se da baixa mobilização da categoria e da exigência de atestado de ideologia, os membros da Junta Governativa acabaram mantendo sua hegemonia no interior da entidade ao longo da primeira metade dos anos 1950. Um aspecto notável nesse período foi a ausência de representatividade, nas direções sindicais que se sucederam, de trabalhadores da Nitro Química, já que essa era a maior empresa do setor, contando com cerca de 6 mil trabalhadores.

Com a situação de maior liberdade sindical que se iniciara ainda no segundo governo Vargas, algumas mudanças se fazem sentir a partir da segunda metade dos anos 1950. No ano de 1956, uma chapa de oposição que, segundo o militante comunista Adelço de Almeida, era composta por 4 comunistas e 3 simpatizantes, obteve significativa vitória nas eleições sindicais. Essa chapa era encabeçada por Abílio Valentim da Silva e trazia o próprio Adelço como vice-presidente, posição que ocupou até o afastamento de Abílio devido a problemas pessoais. Nessa ocasião, Adelço de Almeida assume a presidência da entidade sindical, causando preocupação entre os agentes do DOPS encarregados de espionar as atividades do sindicato.

Com a posse da nova diretoria, o sindicato passa então a adotar uma postura mais agressiva diante do empresariado e realiza sua adesão ao PUI. Começa também a promover a eleição de delegados sindicais nos locais de trabalho com vistas a organizar a entidade para as lutas vindouras. Entre as dificuldades encontradas pelos ativistas sindicais, estava o modelo de dominação praticado pela Nitro Química, fortemente alicerçado no poder que a empresa possuía no bairro e na concessão de benefícios sociais. Tais benefícios eram considerados

pela diretoria da empresa como um eficaz antídoto contra as greves.

Localizada em São Miguel Paulista, um bairro distante e relativamente isolado da capital, a Nitro Química era uma empresa especializada na fabricação do raiom, uma espécie de seda sintética, que buscava garantir a lealdade de seus funcionários por meio de uma forte política de benefícios e de um bem estruturado Serviço Social, que incluía moradias em vilas operárias, serviço médico, berçário, assistência à infância e à gestante, cooperativa, jornal da empresa, restaurante, clube de esportes e lazer e escola SENAI. Essa rede de assistência social era um dos grandes orgulhos da empresa, que buscava, assim, construir o discurso de “um capitalismo humano e progressista”. Tal discurso era utilizado pela empresa como meio de legitimação e perpetuação da sua dominação.

Em meados dos anos 1950, porém, a Nitro Química estava passando por uma grave crise causada pelo fracasso de diversos projetos de expansão que a empresa havia tentado levar a cabo. Essa situação, aliada à enorme periculosidade e insalubridade de que se revestia o trabalho na empresa, fez com que muitos dos trabalhadores passassem a questionar esse sistema de dominação. O reverso da moeda da rede assistência social da empresa era o enorme autoritarismo com que as relações de trabalho se davam na empresa. Os direitos garantidos por lei nem sempre eram respeitados pela empresa, o que fazia com que a mesma fosse vista como um exemplo do despotismo patronal, como uma empresa que faz as “suas próprias leis”.

Além disso, o descontentamento dos trabalhadores da Nitro Química aumentava quando se comparavam os ganhos e benefícios oferecidos pela empresa àqueles que eram oferecidos pelas montadoras que começavam a se instalar no país nos anos 1950. Era comum, nesse período, que as seções da empresa ficassem quase vazias nos dias de teste para admissão de pessoal nessas novas empresas. Esse novo parâmetro de comparação deixava claro o quanto defasado estavam os salários dos trabalhadores da Nitro Química, especialmente os não qualificados, que, em sua maioria, recebiam apenas o salário-mínimo.

A eclosão da greve dos 400 mil teve também forte efeito sobre as mobilizações sindicais dentro da empresa. Empolgados com o sucesso da greve, cerca de 2 mil trabalhadores da Companhia Nitro Química Brasileira reuniram-se em frente à subsede do

Sindicatos dos Químicos em São Miguel Paulista no dia 20 de outubro. Nessa reunião ficou decidido que a greve na empresa seria desencadeada a partir do dia 24 do mesmo mês, iniciando-se imediatamente os preparativos para a paralisação. Embora a greve estivesse decidida, entre os sindicalistas e demais operários havia o temor de que parar a poderosa Nitro Química fosse tarefa impossível, haja vista o poder que a empresa possuía em São Miguel Paulista.

Do outro lado, a empresa preparava-se ante a iminência da greve. Do dia 23 pro dia 24, cerca de 200 cavalarianos da Força Pública armados com fuzis e metralhadoras dormiram na fábrica. Na entrada do turno da manhã, quando os piquetes começaram a agir, houve uma forte reação repressiva por parte da polícia, que buscava dispersar os trabalhadores com o uso de cavalos e bombas de gás lacrimogêneo, além da intimidação causada pelo pesado armamento exibido. Casas e estabelecimentos comerciais foram invadidos, inclusive a subsede do Sindicato dos Químicos de São Miguel.

Apesar da forte repressão, cerca de metade dos trabalhadores da Nitro Química aderiu à greve. Temendo que o nível de repressão impedisse o alastramento do movimento e até levasse ao seu recuo, a direção sindical solicitou para mesma tarde uma audiência com o governador Jânio Quadros para explicar os motivos da paralisação e solicitar o fim das arbitrariedades contra os trabalhadores. Aceita a audiência, Jânio ordenou que a Força Pública respeitasse o direito de greve, acabando com as violências contra os trabalhadores. Na saída do encontro, o presidente do sindicato, Adelço de Almeida, ameaçava com o alastramento da greve para toda a categoria, cerca de 50 mil funcionários, caso os industriais não apresentassem uma contraproposta.

Com a diminuição da repressão, o segundo dia de greve registrou uma adesão de cerca de 80% dos trabalhadores e esperava-se que a greve se expandisse para toda a categoria dos químicos. No dia 26, ocorreu uma mesa redonda entre representantes dos empregadores e dos empregados na DRT na qual os primeiros apresentaram uma proposta de 12% sobre os salários de 1955, a qual foi imediatamente rejeitada. Uma nova proposta – de 25% sobre os salários de 1956, com exceção da Nitro Química – foi feita por meio da intermediação do delegado regional e foi novamente rejeitada. Em assembleia realizada no dia seguinte, houve pouca participação de trabalhadores de outras empresas do setor químico, o que demonstrava

a pouca mobilização da categoria. Diante desse quadro, não foi desencadeada a greve total da categoria, permanecendo a paralisação restrita à Nitro Química.

No dia 28, a greve entrava em momento decisivo, uma vez que a não ampliação do movimento para toda a categoria dos químicos, o cansaço e boatos de que vários trabalhadores estavam se preparando para voltar ao trabalho causavam apreensão entre os trabalhadores. O comando da Força Pública afirmava ter autorização para garantir de qualquer forma a entrada daqueles que desejavam trabalhar e foram registrados diversos choques entre trabalhadores e a polícia, ocorrendo, inclusive, nova tentativa de invasão da subsede do Sindicato dos Químicos de São Miguel Paulista. Diante dessas arbitrariedades, os sindicalistas passaram a buscar contatos com o PUI e deputados para ajudar nos piquetes, além de conseguirem nova audiência com o governador Jânio Quadros na qual este prometeu abrir sindicância para apurar os excessos cometidos. A manutenção da paralisação, contudo, configurava-se em clara vitória dos grevistas.

Diante da continuidade da greve, a Nitro Química foi obrigada a abrir as negociações com os trabalhadores, pois a forte repressão e a intransigência demonstradas pela companhia passaram a ser fortemente condenadas pela imprensa e poderia arranhar sua imagem. No dia seguinte, 29 de outubro, a greve permanecia quase total e os incidentes com a polícia diminuíram. As lideranças sindicais convidaram o delegado regional do trabalho, Irineu de Mendonça, para participar da assembleia que foi realizada naquele dia. Nessa ocasião, os trabalhadores acenavam com o prolongamento da paralisação e o sindicato afirmou estar preparado para uma greve de até 30 dias. O delegado ouviu as diversas queixas contra a empresa e as arbitrariedades cometidas e acabou dando razão às reivindicações dos trabalhadores. Após a reunião, Irineu Mendonça convidou o presidente do sindicato, Adelço de Almeida, para uma mesa de negociação na DRT com representantes da Nitro Química.

No dia 30 ocorreram diversas reuniões em busca de uma proposta conciliatória e somente à noite o delegado regional do trabalho conseguiu uma um compromisso da parte da empresa de que, encerrada a greve, haveria garantia de reajuste salarial. Em carta enviada ao Sindicato dos Químicos, o delegado informava do compromisso assumido pelos empregadores e solicitava que os trabalhadores retornassem ao trabalho. Assumia, além disso, a responsabilidade de, em 48 horas após o encerramento da greve, solicitar o cumprimento do

acordo estabelecido junto aos empregadores.

Embora fosse uma vitória dos grevistas, uma vez que haviam conseguido romper com a inflexibilidade da empresa, a carta não citava índices. Todavia, os sindicalistas sabiam que o valor acordado na proposta formulada pela DRT era de 20% sobre os salários vigentes em agosto de 1956. Era preciso, porém, conseguir mais garantias de que a empresa não recuaria no acordo ou no índice antes da volta ao trabalho. Com esse objetivo, na manhã de 31 de outubro, um grupo de sindicalistas dirigiu-se ao Palácio dos Campos Elísios com o objetivo de solicitar ao governador uma confirmação dos termos do acordo junto à empresa. Jânio entrou em contato com os representantes da empresa e garantiu aos sindicalistas o cumprimento dos termos do acordo, bem como a não punição dos trabalhadores grevistas. À tarde, os trabalhadores reunidos em assembleia decidiram pôr fim à greve.

A greve na Nitro Química representou uma profunda mudança nas relações que a empresa mantinha com seus trabalhadores. Tal relação baseava-se numa idéia de reciprocidade na qual a empresa, grande e poderosa, era vista como “dona do bairro” e doava benefícios aos trabalhadores em troca de sua submissão ao arbítrio, às péssimas condições de trabalho e aos baixos salários. Vista como dona de São Miguel Paulista e uma empresa “com suas próprias leis”, a Nitro Química colocava-se acima da legislação trabalhista, acreditando que os benefícios sociais concedidos pela empresa seriam suficientes para evitar a eclosão de movimentos grevistas. Esta visão é evidenciada no depoimento de um dos dirigentes da empresa, Eduardo Sabino:

Foi o Dr. Moraes [José Ermírio de Moraes] e o Marcelo [Kiehl]. Eles eram mais fanáticos por isso [a política de benefícios sociais da empresa]. Depois, com a greve de 57 e tudo mais, o nosso dirigente perdeu um pouco a ilusão quanto ao efeito prático de tais atividades. Nós chegamos a ter efeito prático que foi constatado em algumas greves como as de 45, por exemplo. O nosso pessoal não acompanhou os grevistas, porque eles tinham a sensação de contribuir um pouco com a diretoria. Já na greve de 57, não!<sup>82</sup>

Nesta greve, como em outras do período, destaca-se a participação do governador

<sup>82</sup> Depoimento de Eduardo Sabino *apud* FONTES, Paulo. *Trabalhadores e Cidadãos. Nitro Química: A fábrica e as lutas operárias nos Anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997, p. 166.

Jânio Quadros nas negociações. De olho na ampliação do seu apoio em meio aos trabalhadores, não interessava a Jânio indispor-se contra os grevistas. Isso era ainda mais verdadeiro em São Miguel Paulista, que fora no passado um importante reduto ademarista, no qual o janismo começava a deitar raízes. Dos dois vereadores do bairro, um era ademarista e outro vinculado a Jânio Quadros. Ao sindicato, por outro lado, interessava contar com o apoio do governador, pois além de reforçar a legitimidade da greve, tendia a diminuir o ímpeto das forças de repressão.

Um episódio que ilustra bem essa situação foi a prisão do temido tenente Valério, ocorrida no segundo dia da greve. Militar aposentado, o referido tenente era o chefe da segurança da companhia e um dos responsáveis pela violência com a qual os vigias se atiravam contra os grevistas. Sua prisão ocorreu após pedido do sindicato ao governador Jânio Quadros. O motivo seria o fato de o tenente, servidor aposentado do estado e que estava prestando serviço como chefia civil, usar farda dentro da empresa. Esse fato contribuiu ainda mais para arranhar a imagem de toda-poderosa que a empresa ostentava perante os trabalhadores.

Quanto à dinâmica da greve, um aspecto extremamente importante foi a organização dos trabalhadores no interior da fábrica. Nesse aspecto, era decisiva a figura do delegado sindical, que representava uma espécie de elo entre o sindicato e os trabalhadores. Atuantes em diferentes seções da empresa, esses trabalhadores assumiram também a tarefa de organizar a paralisação e chefiar os piquetes, tendo sido extremamente decisivos no cotidiano da greve, seja no convencimento dos operários que ainda permaneciam trabalhando, na arregimentação de trabalhadores para as assembleias sindicais ou nos confrontamentos com a polícia.

Por fim, a nova orientação do sindicato, cuja diretoria havia tomado posse em fins de 1956, fazia com que os trabalhadores passassem a ver a entidade sindical como legítimo instrumento para a conquista de direitos, criando, assim, uma identidade entre representantes e representados que ia, muitas vezes, além da questão trabalhista e englobava questões como conterraneidade e um forte senso de identidade cultural. O presidente do sindicato, Adelço de Almeida, refere-se assim à forma como eram conduzidas as assembleias dos trabalhadores da companhia:

as assembleias do sindicato eram muito boas. Nós discutíamos que o trabalhador tinha direitos. Porque lá [na Nitro] não tinha esse negócio de direito, a legislação não era cumprida. Então era direito receber o dinheiro das férias, receber quando fica doente, direito à segurança do trabalho, voltar para o emprego, direito de conversar, de dialogar com o chefe para ver o que é certo e essas coisas assim. Não falava cidadania, mas era assim, têm o direito. Fazíamos um discurso, um bate-papo bastante acessível. E eu com minha procedência de nordestino tinha muito acesso àquela baianada.<sup>83</sup>

Tal depoimento demonstra o quanto falsa é a ideia de que as lideranças sindicais eram compostas apenas de militantes profissionais alheios à realidade dos trabalhadores. Pelo contrário, o sucesso que tais militantes tiveram em arregimentar grandes contingentes de trabalhadores para as gigantescas greves ocorridas ao longo dos anos 1950 deveu-se, em boa parte, ao fato de compartilharem com seus companheiros experiências tanto oriundas do mundo da produção quanto da cultura.

#### 4.4 – Conclusão

Apesar de ser considerado por boa parte da historiografia como um período cuja característica principal seria a estabilidade política, o governo Kubitschek não escapou das contradições que marcaram o período conhecido como “*república populista*”. A grande maioria parlamentar que a aliança PSD-PTB garantia ao executivo não foi capaz de mascarar as enormes divergências existentes entre as bases sociais de ambos os partidos e até mesmo no interior dos mesmos. A defesa de um programa cada vez mais reformista pelo PTB e a formação da Frente Parlamentar Nacionalista em 1956 são exemplos de que, apesar das características pouco ideológicas das agremiações partidárias, havia espaço para a defesa de posições programáticas mais radicais no interior do sistema político. Tal defesa, se era capaz de mobilizar forças populares em torno de si, também tornava o frágil regime democrático alvo de ataques das forças conservadoras e autoritárias, temerosas de perderem o controle político e econômico sobre o país.

83 Depoimento de Adelço de Almeida *Apud* Fontes, op. cit., 1997, p. 167.

Quanto às mobilizações operárias do período, destaca-se o papel ativo exercido tanto pelos sindicatos oficiais quanto pelas organizações intersindicais, como o PUI. Diferentemente de outros períodos, lideranças de esquerda foram capazes de ascender a postos de comando nos sindicatos e, a partir deles, articular as mobilizações dos trabalhadores em torno de melhores condições de vida e salário. Dando continuidade às mobilizações iniciadas a partir da greve dos 300 mil, em 1953, os trabalhadores foram também capazes de ocupar o espaço público e se fazerem ouvir, colocando em xeque os mecanismos de controle e coerção utilizados pelo governo e pelos patronos. Essas mobilizações passaram a contar cada vez mais com a ativa participação de um grande contingente de trabalhadores oriundos da região nordeste e da zona rural, desafiando arraigados preconceitos existentes no patronato, nas forças de repressão e até mesmo entre os próprios operários. Mais do que isso, esses trabalhadores passavam cada vez mais a ocupar as assembleias sindicais e até mesmo a diretoria de importantes sindicatos, como o dos Químicos.

Ao mesmo tempo em que um programa político reformista ganhava corpo e as mobilizações operárias se fortaleciam, as contradições do modelo de crescimento desenvolvimentista se avolumavam. Questões como a alta constante da inflação, o endividamento externo e o aumento da exploração da força de trabalho tendiam a se agravar e seriam importantes elementos a atuar como fatores desestabilizadores na conjuntura de início dos anos 1960. Cada vez mais presentes no debate público, os trabalhadores e seus órgãos de representação tenderiam a ter papel central na conjuntura que se avizinhava, buscando, além da conquista e ampliação de direitos, meios de obter influência cada vez maior no processo político.

## CAPÍTULO 5 – Os trabalhadores durante o governo João Goulart<sup>84</sup>

### 5.1 – Das eleições de 1960 à luta pela posse de João Goulart

João Goulart havia sido eleito vice-presidente em uma chapa diversa daquela que elegera Jânio Quadros em 1960. O presidente, eleito pelo PTN e apoiado por uma aliança que incluía a UDN, teria como vice João Goulart, eleito pelo PTB, arquirrival da conservadora UDN e que compusera chapa com o Marchal Henrique Teixeira Lott (PSD). A vitória de Jânio indicava tanto a enorme penetração de seu discurso em defesa da moralidade pública entre setores de classe média e entre o operariado quanto a crise pela qual passava a tradicional aliança entre o PSD e o PTB, que vinha sendo vitoriosa desde as eleições de 1945. Além do mais, Jânio era considerado um *outsider* cuja carreira meteórica o havia levado de vereador da cidade de São Paulo a Presidente da República em pouco mais de uma década e sua vitória demonstrava que havia espaço para discursos que iam além do trabalhismo reformista do PTB e do liberalismo conservador da UDN. Sua trajetória política, feita de maneira independente dos principais partidos de então, demonstrava que amplos setores da sociedade buscavam uma alternativa que não se identificasse com a política institucional do período.

A vitória de João Goulart para vice-presidente relativiza, contudo, tal quadro. Se,

<sup>84</sup> O relato contido neste capítulo baseia-se em: ALVES, Isabela Vieira. *O desenvolvimento industrial na década de 1950: a formação espacial de Ipatinga*. Monografia de conclusão de curso (Geografia), Universidade Federal de Viçosa, 2016; DELGADO, Lucília Neves de Almeida. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil: 1961-1964*. Petrópolis: Vozes, 1986; \_\_\_\_\_. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989; \_\_\_\_\_. “Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo”. In Toledo, Caio Navarro (org.). 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas: Unicamp, 1997; FERNANDES, Edvaldo (org). *O Massacre de Ipatinga: quadro a quadro*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2013; FERREIRA, Jorge. *A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961*. Tempo[on line], Rio de Janeiro, Vol. 2, n°3, 1997; GENOVEZ, Patrícia Falco; VALADARES, Vagner Bravos. *A formação territorial de Coronel Fabriciano (Sede) e de Ipatinga (Distrito) entre as décadas de 1920 e 1960: afinal, quem são os Estabelecidos e os Outsiders?*. Revista de História Regional, v. 18, p. 363-388, 2013; LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2012; MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (org.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; PEREIRA, Carlindo Marques. *O Massacre de Ipatinga*. Belo Horizonte: Segrac, 1984; ROCHA, Marcelo F. A. *Não foi por acaso: a história dos trabalhadores que construíram a Usiminas e morreram no massacre de Ipatinga*. In: Anais eletrônicos do V Encontro Nacional de História Oral. Recife, 26 a 30 de abril de 2010; SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos. Comunistas e Sindicalistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo/Unirio, 2001.

por um lado, indicava uma forte penetração do trabalhismo petebista no país, tal vitória, por outro, contou ativamente com a participação de lideranças populares que pregavam o voto Jan-Jan, ou seja, o voto desvinculado em Jânio para presidente e em Jango para vice. A campanha Jan-Jan contou inclusive com a participação de sindicalistas importantes como Dante Pelacani, futuro presidente do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). Apesar de ter sua campanha vinculada informalmente à de Jânio, a candidatura de João Goulart obteve novamente fraco desempenho no estado com maior representação operária no país: São Paulo. Neste estado, Jango foi derrotado por Milton Campos, candidato da UDN, revelando novamente a fragilidade do PTB no maior parque industrial brasileiro.

Além disso, após sua posse, Jânio Quadros contava em utilizar a desconfiança que os setores mais conservadores, sobretudo das Forças Armadas, tinham em relação a João Goulart desde a ocasião em que este fora ministro de Getúlio Vargas para aumentar seu próprio prestígio. Tal cálculo certamente pesou na decisão de renúncia tomada por Jânio após poucos meses à frente da presidência. Com a renúncia, ocorrida em 25 de agosto de 1961, e o veto dos ministros militares à posse de João Goulart, inicia-se uma série de movimentações tanto políticas quanto sindicais e estudantis com o objetivo de garantir a posse de Jango e o cumprimento da Constituição. Defendendo a “legalidade e as liberdades democráticas”, diversas greves, inicialmente deflagradas de maneira isolada em cada setor, acabaram por convergir para uma greve geral cujo encaminhamento fica a cargo do Comando Geral de Greve (CGG).

No Rio Grande do Sul, o então governador Leonel Brizola liderou a Campanha da Legalidade, tendo sido capaz de obter o apoio do governador de Goiás, Mauro Borges, e do III exército, além de diversos oficiais e praças das três armas espalhados pelo país. Ameaçando resistir com armas nas mãos caso a ameaça de golpe fosse concretizada, Brizola contou com a forte adesão popular. Foram organizados inúmeros Comitês de Resistência Democrática, comandados por um Comitê Central, além de batalhões operários e populares que, armados, policiavam a cidade de Porto Alegre. Diversas categorias profissionais participaram das mobilizações, como os trabalhadores reunidos em torno do Comando Sindical Gaúcho Unificado, composto por estivadores, vigias portuários, taifeiros, foguistas e eletricistas, bem como marítimos, ferroviários, bancários, enfermeiros, operários da

construção civil e metalúrgicos. Além dos trabalhadores, participaram da resistência escoteiros, artistas, intelectuais, secundaristas, militares reformados e soldados da Brigada Militar. A dimensão das manifestações em Porto Alegre e em cidades do interior gaúcho mostra que a mobilização dos trabalhadores, aliada à de outros setores da sociedade, foi fundamental para a vitória, ainda que parcial, da referida campanha. Embora a memória da luta contra o impedimento da posse de Jango tenda a ressaltar apenas o papel desempenhado por lideranças políticas como Leonel Brizola e sua Cadeia Radiofônica da Legalidade, o papel dos trabalhadores nesse processo foi de importância decisiva. Em outros estados não foi diferente.

Em nível nacional, o movimento grevista iniciou-se logo no dia 26 de agosto, dia seguinte à renúncia de Jânio, com os ferroviários da Leopoldina que paralisam o transporte suburbano na cidade do Rio de Janeiro e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. No mesmo dia, colocaram-se em estado de alerta metalúrgicos, telegrafistas, estivadores e bancários. No dia 27, pararam os principais bancos do país. No dia 30 foi criado o Comando Geral de Greve, ocasião em que já se encontravam parados metalúrgicos do estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, operários da indústria de vidro, operários da Cia de Álcalis de Cabo Frio, trabalhadores da construção civil, comerciários de Nilópolis, ferroviários do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, tecelões do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, Mineiros de Nova Lima (MG) e portuários de Santos e do Rio de Janeiro. No dia 2 de setembro mais cerca de 300 mil trabalhadores, sobretudo estivadores e portuários, aderiram à greve em todo o país.

Na Guanabara, estado governado por Carlos Lacerda, da UDN, a situação adquiriu uma tensão particularmente grande. Ainda no dia 25 de agosto, manifestações populares ocorridas na Cinelândia, em frente ao busto de Getúlio Vargas, foram duramente reprimidas pela polícia, chegando ao ponto de disparar metralhadoras contra os manifestantes, atingindo vários deles. No dia 28, novos confrontos foram registrados, bem como ocorreram novos disparos contra a população. Diversos sindicatos, como o dos alfaiates, dos bancários, gráficos, dos marceneiros, dos ferroviários e dos metalúrgicos foram fechados pela polícia e seus líderes presos. Além dos sindicatos, vários órgãos da imprensa, como estações de rádio e jornais, passaram a ser censurados pelo governo estadual. No dia 28 de agosto, o jornal

Tribuna da Imprensa, de propriedade de Lacerda, trazia o seguinte texto em tom ameaçador à população:

Para sua segurança nestes dias, em que baderneiros aproveitam-se das circunstâncias para agitar as ruas, siga estas regras:

- 1 - não ande sem documentos;
- 2 - sempre que qualquer autoridade pedir, identifique-se;
- 3 - obedeça sem discutir qualquer ordem da Polícia;
- 4 - não pare para apreciar baderneiros na rua;
- 5 - não aceite e não guarde qualquer tipo de 'proclamação';
- 6 - não corra nas ruas à-toa;
- 7 - não participe de grupinhos e aglomerações;
- 8 - não discuta nas esquinas, principalmente política;
- 9 - não ande armado;
- 10 - não seja curioso.

No dia 2 de setembro foi aprovada no congresso a emenda constitucional que instituía o regime parlamentarista de governo no Brasil, marcando um certo anticlímax nas manifestações, pelo menos no Rio Grande do Sul. Ao visar à diminuição dos poderes presidenciais de João Goulart, essa emenda constituía-se numa espécie de solução de acordo entre aqueles que eram favoráveis e aqueles contrários à posse de Jango. Em Porto Alegre, principal foco da resistência anti-golpista, à medida que a adesão de Jango à solução negociada do parlamentarismo ficava mais evidente, populares que se aglomeravam em frente ao Palácio Piratini foram tomados por grande frustração e iniciaram a queima de bandeiras e cartazes que aludissem ao apoio a João Goulart. Diante da frustração com o que consideravam um recuo por parte de Goulart, os Comitês de Resistência Democrática foram paulatinamente fechados. Um dos líderes sindicais que participara entusiasticamente das mobilizações, Burno Segalla, afirmou:

A aprovação do sistema parlamentarista fortaleceu ainda mais as posições imperialistas de grupos estrangeiros no país, no momento atual. Legalizaram o golpismo com a opressão estrangeira. No entanto, poderíamos tê-los

destruído. O povo estava pronto para isso.<sup>85</sup>

No Rio de Janeiro, ao contrário, ocorreram manifestações operárias e populares comemorando a vitória parcial alcançada. Porém desconfiados, os trabalhadores decidiram retornar ao trabalho somente com a posse de João Goulart, continuando a greve. Setores do movimento sindical e estudantil tentam ainda reagir à emenda, porém, no dia 7 de setembro, data da posse de Goulart, a maioria dos trabalhadores voltou ao trabalho declarando-se vitoriosos.

Durante o movimento grevista, a maioria das confederações de sindicatos, que até então eram controladas por sindicalistas considerados pelegos, se posicionaram de maneira contrária à greve. Tal posicionamento fez com que lideranças mais combativas, sobretudo aquelas ligadas à aliança PTB-PCB, se fortalecessem à medida que a mobilização crescia em todo o país. Outra consequência positiva da greve foi sentida no nível da organização dos trabalhadores, com a da criação de um Comando Geral de Greve (CGG) que visava à coordenação do movimento que havia assumido um caráter de greve geral. O CGG acabaria por se tornar o embrião de uma importante entidade intersindical que seria criada no ano seguinte: o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

## 5.2 – A criação do CGT

Desde a conjuntura do pós-guerra, os sindicalistas vinculados ao PCB e à esquerda do PTB empenhavam-se na criação de um organismo intersindical que reunisse os trabalhadores para além de suas categorias econômicas. O MUT (Movimento Unificador dos Trabalhadores), fundado em 1945 e a CTB (Confederação dos Trabalhadores do Brasil), criada em 1946, são exemplos dessas organizações a nível nacional. Nos anos 50 são fundados diversos organismos desse tipo a nível regional, como o PUI (Pacto de Unidade Intersindical), criado em São Paulo na conjuntura da greve dos 300 mil em 1953 e o CPOS (Conselho Permanente das Organizações Sindicais), criado em 1958 no Rio de Janeiro. Nos anos 1960, houve a criação de uma série de organizações intersindicais também a nível

<sup>85</sup> Citado por FERREIRA, Jorge. *A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961*. Tempo [on line], Rio de Janeiro, Vol. 2, nº3, 1997, p.26.

regional, como o Pacto de Unidade e Ação (PUA), o Fórum Sindical de Debates de Santos (FSD) e o Pacto de Ação Conjunta (PAC). Tais entidades contribuíram na unificação da luta dos trabalhadores em diferentes momentos durante os anos que antecederam ao golpe de 1964.

O que havia em comum entre tais organizações era o fato de que elas não eram reconhecidas pelo Ministério do Trabalho. O Decreto-Lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939, permitia apenas a criação de associações sindicais em nível estadual, denominadas federações, que poderiam reunir sindicatos “quando em número não inferior a cinco, e representando um grupo de profissões idênticas, similares ou conexas”. Em nível nacional, facultava apenas a organização de confederações, que, ainda segundo a lei citada, “organizar-se-ão com o mínimo de três federações e terão sede na Capital da República”. Desta forma, era proibido pela legislação a criação de entidades que reunissem de maneira horizontal, tanto a nível estadual quanto a nível federal, sindicatos de trabalhadores de categorias diversas. Era esse o caso do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Os primeiros passos em direção à criação do CGT ocorreram em 1960, quando foi realizado no Rio de Janeiro o III Congresso Nacional Sindical. Durante as discussões em torno da criação de uma Central Sindical, houve uma divisão entre as duas principais correntes existentes no movimento sindical desde a década de 1940: de um lado, o grupo dos ministerialistas, representado por Deocleciano de Holanda Cavalcanti, então presidente da CNTI; de outro, Roberto Morena, militante comunista e presidente do Sindicato dos Marceneiros. O primeiro, tomando como base a legislação trabalhista, opõe-se à criação do CGT, ressaltando as especificidades de cada categoria, bem como rechaçando a atuação política que poderia advir da fundação de uma entidade desse porte. Por outro lado, os segundo grupo argumenta que a criação do CGT não se oporia frontalmente às confederações, pois a entidade seria um complemento a estas últimas. Enquanto as posições contrárias à criação do CGT eram predominantes entre os sindicalistas ligados às federações e confederações, as posições favoráveis predominam entre aqueles que eram ligados às intersindicais como o PUA, CPOS e FSD. À medida que a discussão avançava em direção à criação da Central Sindical, Deocleciano de Holanda, líder do grupo dos ministerialistas, abandonou a reunião.

Nos meses seguintes, apesar das divergências, a ideia da criação do CGT não foi abandonada e passou a contar com o apoio de um número cada vez maior de sindicalistas. Durante a greve pela posse de Jango foi criado o Comando Geral de Greve, cujas lideranças passaram a ocupar o centro das articulações em torno da criação do CGT. Fato decisivo para o avanço dessas articulações foi a queda dos ministerialistas do controle da CNTI. Em 1961, Deocleciano de Holanda foi desalojado da presidência da CNTI por uma chapa encabeçada por Clodsmidt Riani, ligado ao PTB, e que tinha como vice-presidente Dante Pelacani, ex-militante comunista. Tal fato colocou a CNTI, a mais poderosa e representativa das confederações existentes, bem como toda a sua estrutura a nível nacional, a serviço da criação da intersindical. A partir daí um grupo de sindicalistas ligados tanto ao PCB quanto ao PTB, passam a articular mais com mais força a criação do CGT.

Em agosto de 1962 ocorre em São Paulo o IV Encontro Sindical Nacional, que contou com a participação de 3500 delegados, representando 586 sindicatos, associações e federações. Entre as deliberações do Encontro estava:

a criação de um Comando Geral dos Trabalhadores, composto de dois representantes de cada federação não confederada ou de cada confederação, e, no caso de qualquer confederação recusar-se a participar do novo organismo, caberia a seus filiados, federações ou sindicatos indicar o representante do setor profissional.<sup>86</sup>

A presidência do recém-criado CGT coube a Dante Pelacani, vice-presidente da CNTI, e a vice-presidência ficou com Clodsmidt Riani, presidente da mesma entidade. Osvaldo Pacheco da Silva, presidente do PUA, ficou com cargo de secretário-geral e Rafael Martinelli, líder ferroviário, assumiu o cargo de tesoureiro. Das cinco confederações nacionais oficiais que então existiam, três aderiram ao CGT. Foram elas: a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (CONTEC) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos Fluviais e Aéreos (CNTTMFA). Recusaram-se, por outro lado, a aderir ao CGT a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT).

<sup>86</sup> Ultima Hora (RJ), 18 de agosto de 1962, *apud* DELGADO, Lucília Neves de Almeida. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil: 1961-1964*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 55.



Figura 12: Passeata comemora no Rio de Janeiro a criação do CGT. Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/cgt-nasce-comprometido-com-presidencialismo>

Além das resoluções relativas à criação do CGT, o encontro deixou evidente também que o movimento sindical passava, cada vez mais, a incorporar as questões políticas em sua agenda. Ao final do mesmo, foi aprovado um Plano de Ação Imediata, que continha, juntamente com reivindicações relativas à jornada de trabalho e revisão salarial, outras que diziam respeito à política, como a defesa do direito de voto aos soldados e analfabetos e das reformas de base. Essa ênfase na defesa de posições políticas se refletirá nos principais

movimentos grevistas do período, momento em que a classe trabalhadora emergirá no centro do debate em torno das Reformas de Base, ultrapassando perigosamente os limites da democracia relativa então vigente no país. Quanto à organização e à legislação sindical no país, a posição do CGT era ambivalente: ao mesmo tempo em que rejeitava a interferência do Ministério do Trabalho nos sindicatos e as restrições ao direito de greve, defendia outros aspectos dessa mesma legislação, como a unicidade sindical, o monopólio de representação dos trabalhadores exercido pelos sindicatos perante os patrões e a Justiça do Trabalho e o imposto sindical.

Ao mesmo tempo em que propostas em torno da criação do CGT avançava, setores conservadores articulavam-se com o objetivo de criar uma intersindical de caráter anti-comunista. Tal iniciativa materializou-se no I Encontro Interestadual do Sindicalismo Democrático, ocorrido em julho de 1961 em São Paulo. O encontro foi presidido por Antônio Pereira Magaldi, presidente interino da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) e contou com a participação do governador de São Paulo, Carvalho Pinto, de Carlos Lacerda, governador da Guanabara e do deputado udenista Hebert Levy. A partir da reunião, o grupo até então denominado Movimento dos Trabalhadores Livres e Democráticos do Brasil transforma-se no Movimento Sindical Democrático (MSD). Ao lado da CNTC, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT) também aderiu ao MSD. Além do apoio dos políticos citados, o MSD era também vinculado ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), organização de direita fundada por empresários em 1959.

Tendo como objetivo principal articular as forças anti-comunistas no seio do movimento sindical, sua ação foi marcada por alto grau conservadorismo e por forte oposição ao CGT, que seria criado no ano seguinte. Durante a greve em defesa da posse de Goulart, por exemplo, o MSD conclamou os trabalhadores para que mantivessem a ordem. Além disso, o MSD manteve colaboração estreita com organismos sindicais ligados à embaixada norte-americana.

### 5.3 – A greve pelo décimo terceiro salário

A greve pelo 13º salário ocorreu em um momento crítico da conjuntura política nacional. Iniciou-se em dezembro de 1961, poucos meses após a renúncia de Jânio Quadros, ocorrida em fins de agosto e a conturbada posse de João Goulart, que se deu em 7 de setembro. O país encontrava-se sob o regime parlamentarista, imposto pela pressão de militares golpistas para limitar os poderes de Jango. A desconfiança de amplos setores da sociedade, sobretudo das Forças Armadas e das camadas médias, em torno de um presidente conhecido como amigo das greves gerava forte clima de instabilidade política. Além disso, a reivindicação em torno da transformação do tradicional abono de natal, que era uma concessão dos empregadores, em um direito conquistado gerou forte oposição da classe patronal.

O pagamento de um salário adicional aos trabalhadores no mês de dezembro, conhecido como abono de natal, era uma pauta antiga do movimento operário brasileiro. Há registro de greves reivindicando o abono de natal desde 1921, movimentos ocorridos na Companhia Paulista de Aniagem e na Indústria Mariângela. Entre fins de 1944 e início de 1946, uma onda grevista em torno do pagamento do referido abono ocorreu em diversas indústrias do ABC paulista, da capital e do interior do estado (vide capítulo 2). Nos anos 1950 registram-se novas mobilizações em torno do tema por parte de têxteis e metalúrgicos de São Paulo, embora sem a força das greves massivas que marcaram o fim do Estado Novo e o imediato pós-guerra. Tais mobilizações, deflagradas em geral a partir do mês de outubro de cada ano, visavam persuadir os empregadores a pagar o adicional por meio de circulares e abaixo-assinados que percorriam as fábricas. Como linha de argumentação em favor do benefício, os trabalhadores recorriam desde aos sentimentos cristãos dos patrões até à censura aos altíssimos lucros por eles auferidos.

Entre um primeiro momento no qual a decisão sobre o pagamento ou não do abono de natal era prerrogativa exclusiva de cada empregador e sua transformação em lei, houve um longo caminho que foi marcado por confrontos que iam além da questão meramente econômica. Para os empregadores, por um lado, a obrigatoriedade do pagamento do décimo terceiro salário feria diretamente sua autonomia na gestão do capital. Para os

trabalhadores, por outro, o pagamento do salário adicional constituía-se em uma espécie de tradição, um direito informal conquistado a duras penas e que lhes era sonegado pela letra da lei. A esse respeito, é interessante lembrar que, em 1951, um projeto de lei relativo ao tema, de autoria do deputado Muniz Falcão, do PST, foi considerado inconstitucional pela Comissão de Constituição da Câmara. O parecer justificava sua decisão “por considerar a maioria dos membros daquele órgão que a Constituição Federal não permite interferência do Estado nos encargos financeiros de particulares”<sup>87</sup>. A resistência à promulgação de uma lei que obrigasse o pagamento do décimo terceiro salário revestia-se, assim, da defesa de um liberalismo *stricto sensu* que deslegitimava o papel das lutas empreendidas pelos trabalhadores.

O projeto de lei que finalmente viria a estabelecer a obrigatoriedade de pagamento do 13º salário foi apresentado em 1959 pelo deputado Aarão Steinbruch, do PTB. A partir daí, os trabalhadores iniciaram forte pressão sobre o Congresso com o objetivo de obter sua aprovação. Em um primeiro momento, procuravam-se meios alternativos às greves massivas que marcaram a década anterior, como as chamadas “greves brancas”, que ocorriam no interior das fábricas, buscando, com isso, evitar choques com a polícia. Foi o que ocorreu na General Motors de São Caetano, quando os trabalhadores efetuaram uma paralisação de 15 minutos na manhã do dia 24 de outubro de 1961. No entanto, com o passar do tempo, a situação começou a mudar.

Durante o III Encontro Sindical Nacional, ocorrido no estado da Guanabara em outubro, os delegados sindicais presentes decidiram dar o prazo de até 30 de novembro para que o Congresso aprovasse o projeto de lei. Em São Paulo, metalúrgicos iniciam campanha visando à coleta de assinaturas a serem enviadas à câmara, obtendo mais de 200 mil subscrições. Os têxteis, por sua vez, defendem a realização de comícios, greves e passeatas como forma de pressão. Uma assembleia intersindical realizada em 3 de dezembro em São Paulo, reunindo, além de têxteis e metalúrgicos, diversas outras categorias, aprovou o início de uma greve geral para 13 de dezembro, greve esta que deveria ser ratificada por assembleias

87 LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2012, p. 291.

específicas. Além do indicativo de greve, a luta seguia por outras frentes: uma comissão de sindicalistas dirigiu-se a Brasília com o objetivo de pressionar os deputados e entregar um memorial ao presidente João Goulart, além de realizar uma reunião com o Ministro do Trabalho. Em São Paulo, foram realizadas conversas com o delegado regional do Trabalho e com entidades patronais.

Enquanto a greve era preparada, os industriais, reunidos na FIESP, falavam abertamente em sublevação contra o Governo Federal, a quem culpavam pelas agitações. Denunciando a comunização do Congresso Nacional, afirmavam confiar apenas na ação do governador do estado, Carvalho Pinto, e no Exército. No dia 12 de dezembro, a greve é declarada ilegal pelo Ministro da Justiça, Alfredo Nasser (PSP), e o congresso, que havia votado o projeto do 13º em primeira votação, decide entrar em recesso alegando que estava sendo coagido. Do lado do governo estadual, um forte esquema repressivo era montado visando conter as mobilizações dos trabalhadores. Cerca de 12 mil homens, incluindo, policiais do DOPS, da Guarda Civil e da Força Pública, estavam mobilizados. Cerca de 1300 pessoas acabaram presas, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo foi cercado e 50 sindicalistas foram mantidos em cárcere, incomunicáveis, no interior do mesmo.



Figura 13: Polícia cerca o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo devido à greve deflagrada pelos sindicatos de metalúrgicos e têxteis para lutar pelo 13º salário. Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/jango-sanciona-lei-do-13o-salario>.

Esse fato foi denunciado na Câmara Municipal pelos vereadores por Aurelino de Andrade e Rio Branco Paranhos, ambos do PSP. Porém, ao contrário do que ocorrera nas greves massivas dos anos 1950, principalmente na greve dos 400 mil, em 1957, este movimento sofreu fortes críticas na câmara, além de manifestações elogiosas à atitude repressiva tomada pelo governador Carvalho Pinto. Nas manifestações dos vereadores contrários à greve, a imagem de São Paulo como o coração da riqueza nacional e baluarte da ordem, garantida por seu governador, ganhava corpo. O discurso apresentado abaixo, proferido no dia 15 de dezembro pelo vereador Francisco Batista, é bastante significativo neste sentido:

não estou de acordo com uma greve preparada com fins políticos para desordenar, para quebrar a harmonia e a paz num Estado que é o coração, que é a base do trabalho, que é aonde se encontram as grandes indústrias e o comércio do Brasil; o Estado de São Paulo, onde há um dos melhores governos não só do Brasil, mas, talvez, do mundo.<sup>88</sup>

Embora o Sindicato dos Metalúrgicos tenha estimado em 300 mil o número de trabalhadores que aderiram à greve, a forte repressão desencadeada acabou frustrando a ideia de se realizar uma greve geral até a aprovação do 13º. A revista do DIEESE, por exemplo, apontou apenas 30% de paralisação nas categorias envolvidas no movimento. Com as medidas ilegais tomadas pelas forças de segurança, como o cerco ao Sindicato dos Metalúrgicos e as inúmeras prisões arbitrárias, o movimento acabou suspenso no dia 15, apenas dois dias após ser iniciado. À violenta repressão policial, somara-se a falta de apoio político e a ausência de solidariedade por parte de outros grupos sociais, como setores de classe média, que haviam sido decisivos nos movimentos grevistas de massa da década anterior. A forte propaganda anticomunista, que associava o movimento operário à ideia da implantação de uma República Sindicalista no Brasil, bem como o apoio desses setores a projetos mais à direita, representados em São Paulo por Jânio Quadros e Carvalho Pinto, talvez ajude a explicar o fenômeno.

Apesar de ter sido derrotado em sua pretensão inicial, o Comando de Greve continuou sua mobilização em torno da aprovação da lei do 13º salário. Foram marcadas, para janeiro de 1962, uma assembleia intersindical e uma reunião nacional, a ser realizada no dia 14 no estado da Guanabara. Em um manifesto elaborado por dirigentes sindicais, as causas do fracasso do movimento são atribuídas tanto à repressão quanto às deficiências na organização dos trabalhadores, a começar pela organização nos locais de trabalho. Em julho de 1962, quando ocorre uma greve geral contra a posse de Auro de Moura Andrade como primeiro-ministro, a questão do 13º salário foi incluída na pauta de reivindicações.

Finalmente, em 12 de julho de 1962, a lei que institui o 13º salário foi sancionada pelo presidente João Goulart. No dia seguinte, os metalúrgicos reuniram-se para homenagear os presos na greve de dezembro do ano anterior, ocasião em que foi inaugurada uma placa de

88 Citado por Leal, Murilo. Op. cit., 2012, p. 300.

bronze alusiva ao evento. Embora o 13º salário estivesse garantido por lei, os trabalhadores tiveram ainda que lutar pela aplicação integral do mesmo no ano de 1962. Os empregadores insistiam em pagá-lo apenas proporcionalmente, a partir da data da sanção da lei, o que gerou disputas judiciais decididas em favor dos trabalhadores em diversos estados. Em 1963, o direito ao 13º salário foi estendido aos aposentados.



Figura 14: capa do jornal O Globo sobre o projeto do 13º salário.

#### 5.4 – A greve dos 700 mil

Ocorrida em São Paulo, em fins de outubro de 1963, a greve dos 700 mil foi um importante movimento grevista, tanto pelo número de categorias e trabalhadores envolvidos, quanto pelas novas formas de organização e canalização das demandas trabalhistas que ela foi

capaz de esboçar. A greve foi deflagrada entre os dias 29 de outubro e 3 de novembro de 1963, portanto pouco mais de 10 meses após Jango haver conquistado, por antecipação do plebiscito, os seus plenos poderes presidenciais e pouco mais de um mês após revolta dos sargentos, ocorrida em 12 de setembro de 1963. A volta ao regime presidencialista, para cuja campanha vitoriosa foi importantíssimo o papel das esquerdas e dos movimentos sociais, foi saudada pelas forças progressistas como um passo a mais rumo às tão sonhadas reformas de base. Pela direita, ao contrário, a aproximação cada vez mais forte entre João Goulart e os movimentos que exigiam tais reformas preocupava, levando setores empresariais, uma parcela crescente das Forças Armadas e os meios de comunicação a fazerem uma campanha cada vez mais aberta pelo impedimento do mandato de Goulart.

No plano internacional, o governo Jango vinha aprofundando sua política externa independente desde 1961, ocasião em que reatara as relações diplomáticas com a União Soviética e de 1962, quando se opôs ao plano de invasão de Cuba levado a cabo pelo governo norte-americano. Tais medidas tomadas pelo governo brasileiro acabaram por gerar reações por parte do governo dos Estados Unidos que, junto com o FMI, resolveu bloquear os créditos ao Brasil e recusou-se a reescalonar a enorme dívida externa brasileira. Tudo isso contribuía para piorar o já crítico quadro econômico interno, caracterizado por uma constante alta da inflação que, em 1963, chegou a 81,3% e pela queda nos índices de crescimento econômico e da renda *per capita*. Toda essa situação contribuía para gerar forte insatisfação em meio ao operariado, ainda mais quando uma das condições exigidas pelo FMI para a liberação de novos empréstimos ao Brasil era a adoção, pelo governo, de um plano de estabilização (Plano Trienal) que, entre outras medidas, contivesse os salários com vistas a debelar a inflação, posição esta que era chancelada pelas entidades empresariais, a FIESP à frente.

Além das reivindicações econômicas e políticas, a greve dos 700 mil ameaçou colocar em xeque a estrutura sindical corporativista herdada do Estado Novo. Como afirmado anteriormente, esta estrutura permitia apenas a representação sindical por categoria econômica, representação esta que estava vinculada ao Estado por meio da obrigatoriedade do reconhecimento dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho. A greve dos 700 mil, contudo, foi capaz de organizar em um movimento unificado 14 categorias profissionais, 79 sindicatos e 4 federações, tendo como principais articuladores o PAC (Pacto de Ação Conjunta) a nível

estadual e o CGT a nível nacional. Além dessas duas organizações que atuavam por fora da estrutura corporativista, a CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), entidade reconhecida pelo Ministério do Trabalho, atuou na organização do movimento e pleiteou junto à Justiça do Trabalho a possibilidade de representar todas as categorias em um único processo.

O PAC havia sido formado em São Paulo em meados de setembro de 1963 com o objetivo de lançar uma campanha salarial unificada de várias categorias, apesar da diferença existente entre as várias datas-base. Deixando de lado o aspecto verticalizador da estrutura sindical oficial, este tipo de abordagem tendia a fortalecer o poder de barganha do operariado como um todo, bem como a fortalecer sua consciência de classe e os laços de solidariedade. Atuando em conjunto com CNTI, cuja direção estava nas mãos de líderes ligados à aliança PTB-PCB, tal iniciativa representava um sério risco à burguesia, que temia o progressivo avanço da esquerda no controle do movimento sindical brasileiro. A esse respeito, o consulado norte-americano era da opinião de que reconhecer o PAC e a CNTI como interlocutores nas negociações abriria “excelente oportunidade para a eclosão de pelo menos uma greve por ano”.

O impasse chegou à DRT, onde seria realizada, em 21 de outubro, uma mesa redonda envolvendo a FIESP e a CNTI. Os empregadores, porém, recusaram-se a comparecer, enviando apenas um ofício no qual reafirmavam sua posição recorrendo ao artigo 857 da CLT, que dava aos sindicatos o monopólio de representação dos trabalhadores nas negociações, o que excluiria a CNTI das tratativas. O presidente da CNTI, Clodesmidt Rianni, então também vice-presidente do CGT, contra-argumentou que a representação da CNTI era legítima, pois havia sido delegada pelos próprios trabalhadores em assembleias. Reafirmando a posição dos empregadores, os sindicatos patronais lançam em 24 de outubro uma nota reafirmando sua disposição em não negociar coletivamente, sustentando que, além da ilegalidade da representação dos trabalhadores pela CNTI, havia ainda acordos salariais vigentes, além de enfatizarem as peculiaridades de cada categoria. Ao mesmo tempo em que seguiam essa linha de argumentação em suas manifestações públicas, diversos empresários, individualmente, faziam concessões visando desconstruir a unidade em torno do movimento.

A pauta de reivindicações dos trabalhadores começara a ser construída ainda no

final do mês de setembro, quando uma assembleia convocada pelo PAC e realizada no dia 30 no Sindicato dos Metalúrgicos preparou uma assembleia intersindical a ser realizada no dia 6 de outubro. A referida reunião ocorreu em um cinema da cidade de São Paulo e contou com a participação de têxteis, metalúrgicos, gráficos, químicos, marceneiros, mestres e contramestres nas indústrias de fiação e tecelagem, trabalhadores nas indústrias de laticínios, curtumes, calçados, bebidas, mobiliário, artefatos em couro, massas alimentares e trigo, totalizando 79 sindicatos e quatro federações, representando as 14 categorias mencionadas, num total de 700 mil trabalhadores. Ficou decidido que os sindicatos deveriam se declarar em assembleia permanente até o dia 18, quando seria discutida a conveniência ou não da deflagração da greve. Ficaram definidos também os oito itens que integrariam a pauta de reivindicações dos trabalhadores, que eram:

1. Reajuste salarial de 100% a partir de 1º de novembro;
2. Revisão quadrimestral dos salários de acordo com o custo de vida;
3. Igualdade de salários para os trabalhadores admitidos depois do acordo;
4. Adicional de 5% por quinquênio de serviço na mesma empresa;
5. Férias em dobro;
6. Desconto equivalente a um dia de salário do primeiro mês já reajustado em favor do sindicato sua categoria profissional;
7. Revisão do zoneamento;
8. Aumento do salário-mínimo.

Ao final da assembleia, o discurso de Dante Pelacani, presidente da CNTI, embora em tom confiante, parecia prenunciar o que estava por vir:

Em São Paulo, desde o primeiro dia do atual governo [Ademar de Barros] existe um “estado de sítio” contra os trabalhadores, com esmagamento de direitos individuais, democráticos e do direito de greve. [...] O povo está prevenido. Não se repetirá o agosto de 1954, quando o presidente Getúlio Vargas foi obrigado a suicidar-se. Não se repetirá o agosto de 1961, quando o presidente Jânio Quadros foi obrigado a sair do governo [...]. Mas agora o

povo está mobilizado e se organiza cada vez mais. O presidente João Goulart, se quiser pegar os trabalhadores pelo cangote, se quiser calar os conspiradores, venha aos braços dos operários.<sup>89</sup>

No dia 18, ocorreram as assembleias programadas nos sindicatos integrantes do PAC. Entre os têxteis foi enfatizada a necessidade de se formar comissões de fábrica para coordenar a luta. Foram dados também plenos poderes à diretoria do sindicato, da federação, da CNTI e do PAC para realizar a deflagração da greve. Deliberações da mesma natureza foram tomadas em assembleias das demais categorias. Com o fracasso das negociações ocorridas na DRT no dia 21, foi realizado, no dia seguinte, uma reunião no Sindicato dos Metalúrgicos com diretores, conselheiros sindicais, delegados de empresa e chefes de piquetes das 14 categorias representadas pelo PAC. Entre as deliberações tomadas, constavam as seguintes: a formação de “comandos de bairro” que funcionariam de maneira integrada às subsedes dos sindicatos e ao comando-geral; a formação de piquetes conjuntos de mais de uma categoria e a organização de “conselhos de empresas” na maioria das fábricas. No dia 24, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios e militante comunista Luiz Tenório de Lima afirmava: “a senha para a deflagração greve de 700 mil trabalhadores já foi distribuída aos comandos regionais, municipais, distritais, de bairros e aos comandos que já funcionam no interior das fábricas”<sup>90</sup>.

Diante da iminência do início do movimento grevista, o ministro do Trabalho, Amaury Silva, viajou para São Paulo com o objetivo de buscar uma solução para o conflito. A orientação do presidente João Goulart era de que buscassem convencer a FIESP a aceitar a negociação em conjunto, missão que acabou fracassando apesar de alguns sindicatos patronais terem oferecido 70% de reajuste e se comprometerem em acatar a futura decisão da Justiça do Trabalho.

Dando continuidade aos preparativos para a paralisação, uma imensa assembleia intersindical, com cerca de 15 mil trabalhadores, reuniu-se novamente em São Paulo no dia 27, ao mesmo tempo em que assembleias simultâneas ocorriam em mais de 50 municípios do interior do estado. Segundo agentes do DOPS presentes na Assembleia, o desejo dos

89 Citado por Leal, Murilo. Op. Cit., 2012, pp. 308-309.

90 Idem, ibidem, p. 310.

trabalhadores era a deflagração da greve para o mesmo dia. Luiz Tenório de Lima, um dos principais organizadores do movimento, ponderava ser necessário aguardar uma resposta da Federação das Indústrias até o dia 29, bem como utilizar o dia 28 para divulgar a greve nos locais de trabalho e organizar os piquetes. Embora oficialmente deflagrada no dia 29, algumas categorias, como trabalhadores do setor de mobiliário e de alimentação, iniciaram a paralisação já na noite do dia 28.

Do lado patronal, a aliança entre empresários, governo do estado e forças policiais foi novamente acionada. O governador de São Paulo, Adhemar de Barros, foi à televisão conamar os operários a não aderirem à greve, apelando às mães, esposas e noivas para não deixarem seus filhos, maridos e noivos participarem do movimento. Por ação do DEOPS, a CNTI e outras associações de trabalhadores tiveram seus telefones cortados. Além disso, um efetivo de cerca 11.200 homens composto por contingentes da Força Pública e da Guarda Civil foi lançado violentamente sobre as assembleias e concentrações operárias, efetuando cerca de 600 prisões apenas no primeiro dia da greve. O comandante do II Exército, Peri Beviláqua hipotecou reforços militares caso necessário. No bairro de São Miguel Paulista, tradicional reduto dos trabalhadores químicos, a polícia promoveu invasões de bares, espancamentos, perseguições e prisões. A ação da polícia, que passara pelo programa de treinamento da *Agency for International Development* (Agência para o Desenvolvimento Internacional), órgão estratégico do governo norte-americano vinculado ao Departamento de Estado, foi fartamente elogiada pelo cônsul norte-americano no Brasil.

Apesar da repressão, a adesão à greve foi massiva. Logo no terceiro dia se registrou, de acordo com a CNTI e o CGT, adesão de 60% entre os têxteis, 80% entre os químicos, 90% entre os metalúrgicos, sapateiros, trabalhadores do setor de alimentação, papel e papelão e 100% entre os gráficos. No interior, a paralisação chegava a 43 cidades, como Jundiaí, Campinas, Americana, Piracicaba, Ribeirão Preto, Taubaté e São José dos Campos. Um exemplo do avanço da organização dos trabalhadores pode ser encontrado entre os metalúrgicos, que dispensaram o uso dos piquetes e se concentraram na organização dos trabalhadores pela base utilizando-se da ação de delegados e comissões de fábrica. O impacto da greve pode ser observado no jornal *Última Hora* do dia 30 de outubro, que circulou com apenas seis páginas e uma manchete denominada “Jornal da Greve”. Uma nota explicava o

que ocorria:

Este jornal circula hoje com apenas seis páginas. Nossa corporação aderiu à greve dos 700 mil e só uma minoria compareceu ao trabalho para que nossos leitores habituais não ficassem privados de um noticiário objetivo imparcial sobre o movimento paredista que eclodiu em São Paulo à zero hora de ontem.<sup>91</sup>



Figura 15: Passeata durante a greve dos 700 mil.

Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/greve-dos-700-mil-para-sao-paulo>

As negociações na Justiça do Trabalho iniciaram-se em 31 de outubro, quando foi julgada pelo TRT a questão da legitimidade ou não da CNTI em representar os trabalhadores em litígio. Por apenas um voto de diferença (4X3), a Justiça decidiu pela não legitimidade da

91 Idem, ibidem, p. 312.

representação dos trabalhadores pela confederação. Na mesma sessão, a greve foi declarada legal com apenas um voto contrário. Embora tenha sido derrotada a pretensão dos trabalhadores e de sua confederação, o apertado placar da votação demonstra que os argumentos dos trabalhadores conseguiam sensibilizar parte não desprezível dos membros da Justiça do Trabalho, considerada como um dos pilares do sistema corporativista. Isso se torna ainda mais significativo se levarmos em conta que, do outro lado da trincheira, os sindicatos patronais recorriam justamente à legislação corporativista para desqualificar a representação intersindical. Além disso a CNTI, embora não fazendo parte formalmente dos processos, foi convidada pelo presidente do TRT a participar das audiências.

Com uma audiência na Justiça do Trabalho ainda a ser realizada no dia 4 de novembro, as categorias em greve decidiram, em assembleia intersindical realizada no dia 3, voltar ao trabalho. Haviam conquistado, por intermédio de uma comissão de greve composta por 25 operários de diferentes categorias, um acordo extensivo a todos os trabalhadores envolvidos no movimento que previa 80% de reajuste e antecipação de 25% a partir do sétimo mês de vigência do acordo. Ficou decidida ainda a realização de assembleias em cada sindicato para ratificar o acordo intersindical, a continuidade da luta pela liberdade dos trabalhadores presos, a fiscalização para que nenhum grevista fosse punido, além de ser redigida uma moção de apelo aos guardas-civis lembrando que eles eram também trabalhadores e que podiam contar sempre com o apoio das organizações sindicais. Com a cessação da greve, os mais de mil grevistas presos durante o movimento foram soltos no mesmo dia.

Encerrada oficialmente em 4 de novembro de 1963, a Greve dos 700 Mil foi considerada por líderes sindicais como Eugênio Chemp, dos metalúrgicos, como vitoriosa por ter conseguido, apesar da forte repressão encabeçada pelo então governador Adhemar de Barros, um índice próximo ao pleiteado. A greve, contudo, pela forma como foi organizada e pelo seu desenrolar, acabou por adquirir forte componente político ao colocar no centro do debate a possibilidade de superação de um dos principais aspectos corporativistas legislação trabalhista e sindical. Nesse ponto específico ela foi derrotada, embora a participação informal da CNTI nas negociações junto ao TRT dê a essa derrota um caráter relativo. Por outro lado, embora tenha revelado a capacidade dos trabalhadores em organizarem-se sob novas formas e

tenha obtido vitórias em seus pleitos, a Greve dos 700 mil foi incapaz de tecer uma aliança entre trabalhadores em greve e outros setores sociais como donas de casa, estudantes e associações de bairros nos moldes em que havia ocorrido nas massivas greves dos anos 1950.

### 5.5 – Uma greve esquecida: o massacre de Ipatinga

Um movimento grevista que demonstra a forma como as questões trabalhistas ainda eram tratadas como caso de polícia em plena vigência de um regime democrático formal foi o evento que ficou conhecido como *O massacre de Ipatinga*. Esse episódio ocorreu no interior do estado de Minas Gerais cerca de um ano após a inauguração, no então distrito de Ipatinga, da Usiminas, uma grande usina siderúrgica constituída através de uma *joint-venture* entre capitais estatais nacionais e investidores japoneses, sendo 40% do capital pertencente ao Governo Federal, 20% ao governo do estado de Minas Gerais e 40% pertencente aos japoneses.

Parte do projeto desenvolvimentista implementado nos anos Kubitschek, a inauguração da Usiminas S/A, cuja construção se iniciara em 1958, ocorreu em outubro 1962, transformando de forma indelével a paisagem do até então isolado distrito de Ipatinga, que, na época, pertencia ao município de Coronel Fabriciano. A opção por Ipatinga devia-se, entre outros fatores, à proximidade da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) que fazia a ligação entre as ricas jazidas de minério de ferro existentes no município de Itabira, em Minas Gerais, e o porto de Tubarão, em Vitória, no Espírito Santo. Além da estrada de ferro, pesou na escolha a topografia do local onde a usina seria construída e o fácil acesso ao abastecimento de água através do Rio Doce.

Segundo depoimentos de antigos moradores do distrito, “até 1958, a cidade configurava-se como uma pequena vila, com cerca de 300 habitantes e 60 casas”<sup>92</sup> em torno da qual localizavam-se algumas fazendas. Além das atividades agrícolas, a população do vilarejo dedicava-se à derrubada de matas para o plantio de eucalipto que era transformado

<sup>92</sup> GENOVEZ, Patrícia Falco; VALADARES, Wagner Bravos. *A formação territorial de Coronel Fabriciano (Sede) e de Ipatinga (Distrito) entre as décadas de 1920 e 1960: afinal, quem são os Estabelecidos e os Outsiders?*. Revista de História Regional, v. 18, p. 363-388, 2013.

em carvão vegetal para alimentar os alto-fornos da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, instalada no então distrito de João Monlevade, a cerca de 100 quilômetros de Ipatinga. Contando com pouca infraestrutura, o pequeno distrito viu-se às voltas com um enorme fluxo migratório assim que a notícia da construção de uma grande usina siderúrgica espalhou-se pelo país. Para se ter uma ideia, dos cerca de 300 habitantes em 1958, Ipatinga chega a ter, na década de 1960, 9.114 pessoas, e na década seguinte, 48.372 habitantes<sup>93</sup>.

Antes mesmo de ser inaugurada, a usina atraiu migrantes de várias regiões do estado de Minas Gerais e do Brasil para trabalhar na sua construção. Tais migrantes, grande parte de origem rural e com pouca qualificação, passaram a viver nos alojamentos fornecidos pela Usiminas ou por empresas terceirizadas em condições precárias. Constituídos por casas de madeira, esses alojamentos chegavam a reunir mais de cem trabalhadores, constituindo-se em verdadeiras repúblicas operárias nas quais até mesmo as camas eram utilizadas em sistema de rodízio, uma vez que os operários trabalhavam em turnos. Com a superlotação e ausência de vagas nos alojamentos, bem como de emprego na Usiminas e nas empreiteiras, um número cada vez maior de recém-chegados passou a viver na periferia da cidade então em formação. O relato abaixo dá uma ideia da situação vivida por esses migrantes:

o trem descarregava na estação, que era aqui pertinho, 50, 100, 200, 300 famílias. Alguns vinham com a família e outros não. Então, não havia nada que chegassem. No princípio, as empreiteiras aceitavam o pessoal, mas chegou num ponto que não tinha onde colocar mais, porque era muita gente. O pessoal vinha e trazia o problema social para Ipatinga. Eles vinham e não tinham dinheiro para voltar. Numa barraquinha coberta de qualquer coisa, a gente encontrava o pai, a mãe, dois ou três filhos. Ficavam lá naquela miséria.<sup>94</sup>

Situação particularmente precária era a dos empregados em empresas terceirizadas que prestavam serviços à Usiminas. Chamados pejorativamente de *caticavacos* por executarem tarefas como cavar buracos por onde passariam fios e tubos, muitos desses

93 ALVES, Isabela Vieira. *O desenvolvimento industrial na década de 1950: a formação espacial de Ipatinga*. Monografia de conclusão de curso (Geografia), Universidade Federal de Viçosa, 2016, p.41.

94 Depoimento de Raimundo Anício. Fundação João Pinheiro. Usiminas, 25 anos. Belo Horizonte: 1987, p. 9. *apud* ROCHA, Marcelo F. A. *Não foi por acaso: a história dos trabalhadores que construiram a Usiminas e morreram no massacre de Ipatinga*. In: Anais eletrônicos do V Encontro Nacional de História Oral. Recife, 26 a 30 de abril de 2010.

trabalhadores acabaram submetidos a condições de trabalho análogas à escravidão, como o sistema de barracão, através do qual eram obrigados a comprar, com vales fornecidos pelas empresas, em armazéns de propriedade das mesmas. Muitos desses trabalhadores, após a construção da usina, foram demitidos e passaram a engrossar o enorme contingente populacional que ficou à margem do desenvolvimento trazido pela grande indústria.

Desde o começo das obras de construção da siderúrgica, eram comuns os furtos de maquinário e objetos no interior da mesma. Apesar de inúmeras evidências apontarem que muitos dos desvios eram realizados por altos funcionários da companhia, muitas vezes em associação com prestadores de serviços, nenhuma providência era tomada no sentido de coibilos. Os operários eram, quase sempre, apontados como os únicos responsáveis pelos delitos. Diante do aumento dos furtos, foi lançada pela empresa, em 7 maio de 1963, uma circular que determinava a realização de revistas minuciosas nas portarias da usina. Embora teoricamente todos os que entrassem e saíssem devessem ser revistados, na prática apenas os operários sofriam a revista. O responsável pela nova política era Gil Guatimosim, engenheiro que regressara ao Brasil após estágio de um ano e meio em Tóquio e fora nomeado diretor de Relações Industriais da Usiminas e que tinha como uma de suas missões impor aos trabalhadores da empresa a “disciplina japonesa”.

Com a revista compulsória implantada em 1º de setembro, inúmeros incidentes passaram a ocorrer entre operários e o corpo de vigilantes da empresa que, na época, era considerado uma espécie de polícia particular. Como o transporte dos trabalhadores era feito por meio de caminhões, os operários eram obrigados a descer dos veículos e, em fila india, tinham seus pertences revirados pelos vigias. Durante o procedimento, os caminhões permaneciam estacionados enquanto os trabalhadores eram revistados um a um, momento em que, impacientes e desorientados pela falta de controle, os motoristas acabavam por sair com os veículos, deixando ainda operários para trás. Com isso, muitos trabalhadores chegavam atrasados ao seu local de trabalho, gerando descontos nos seus já minguados salários. O momento da saída era ainda mais tenso, pois perder o caminhão significava andar a pé por quilômetros até chegar em casa ou no alojamento. Além do risco de ficar a pé, os trabalhadores foram também proibidos de trazer para a casa o lanche fornecido pela empresa, 250 ml de leite e um pão francês, atitude que contrariava uma prática costumeira entre os

trabalhadores, sobretudo aqueles com filhos.



*Figura 16: Caminhões que transportavam os trabalhadores da Usiminas.*

*Fonte: <http://euamoipatinga.com.br/causos/noticias.asp?codigo=221>*

A tensão entre os trabalhadores e o corpo de vigilantes cresceu com o passar dos dias e, diante dos inúmeros incidentes ocorridos, o então chefe da seção de vigilância, Omar Rodrigues Vieira, pede reforço policial para dar cobertura ostensiva à ação dos vigias. Antevendo a possibilidade de um acirramento ainda maior dos ânimos, o capitão da Polícia Militar, Robson Zampogno, negou o pedido de Omar argumentando que havia rumores de uma greve na Usiminas e que a presença da polícia na portaria da empresa poderia agravar a tensão. Entretanto, diante da insistência do chefe de vigilância da companhia, resolveu aumentar o policiamento ao longo da rodovia que margeava a portaria. No dia 4 de outubro, um operário foi violentamente agredido por cinco vigilantes da empresa no momento em que entrava para trabalhar, o que gerou manifestações de solidariedade entre os demais operários e uma denúncia formal contra os agressores. À agressão, seguiram-se ameaças e tentativas de intimidação por parte de vigilantes da empresa.

No dia 6 de outubro, um domingo, ocorreu uma das primeiras assembleias dos trabalhadores da Usiminas em Ipatinga. Coordenada pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Coronel Fabriciano (Metasita), tinha como pauta principal a apreciação da resposta da companhia sobre o aumento salarial. Entretanto, as falas iniciais foram interrompidas por vários trabalhadores que, além de reclamar das péssimas condições de trabalho, alimentação e moradia, passaram a denunciar as arbitrariedades cometidas pela vigilância da empresa e pela polícia, sobretudo o incidente ocorrido no dia 4. Ficou decidido então que o sindicato enviaria uma carta ao Secretário de Segurança Pública de Minas Gerais para denunciar as agressões.

No mesmo dia 6, na saída do turno das 22 horas, um grande grupo de trabalhadores desceu de cinco caminhões para submeterem-se à revista. Chovia naquela noite e, por isso, os operários insistiam para que se fizesse uma fila dupla para agilizar o procedimento. Os vigilantes, no entanto, insistiram em cumprir o procedimento padrão, revistando os operários um a um, recolhendo e jogando no lixo o leite que muitos levavam para a casa. Com a chuva, a demora e a ameaça de perderem a condução, um grupo de trabalhadores que se encontrava atrás empurrou os que estavam à frente, forçando a saída e descumprindo a determinação da vigilância. Nesse momento, a Cavalaria da polícia foi acionada e lançou-se com grande violência sobre os trabalhadores, agredindo-os com golpes de espada e jogando seus cavalos para cima da multidão. No meio da confusão, os operários que moravam em regiões mais distantes embarcaram nos caminhões, enquanto aqueles que moravam no alojamento conhecido como Santa Mônica, mais próximo, seguiram a pé. Os policiais pediram então reforço e se dirigiram para esse alojamento.

O Santa Mônica era o maior dos alojamentos então existentes. Composto por 10 construções, abrigava cerca de 2 mil trabalhadores e possuía apenas uma entrada. Ao perceberem a chegada das tropas, os trabalhadores montaram barricadas na entrada do local e quebraram as lâmpadas para dificultar a ação da polícia, além de improvisarem armas para se defender. Percebendo que a correlação de forças lhes era desfavorável, os policiais deslocaram-se então para um alojamento próximo, onde dormiam mais de 300 trabalhadores da Chicago Bridge, empresa que prestava serviços à Usiminas. No local, vários trabalhadores foram espancados e um grupo foi levado à delegacia, onde permaneceram no pátio sob a

chuva. A libertação desses trabalhadores ocorreu apenas na manhã seguinte com a intervenção do então pároco de Ipatinga, o padre Avelino Marques. Enquanto os trabalhadores da Chicago Bridge permaneciam detidos, os operários do Santa Mônica passaram a noite de prontidão receando uma invasão do alojamento pelos policiais.

Na manhã seguinte, dia 7 de outubro, os trabalhadores do Santa Mônica rumaram cedo para a portaria da empresa, onde se juntaram aos trabalhadores da Chicago Bridge que haviam sido libertados horas antes. Os demais trabalhadores que chegavam de outros locais foram pouco a pouco tomando conhecimento do que ocorreu na madrugada e resolveram fechar a entrada da empresa. Por volta das oito horas, chegava a 5 mil o número de trabalhadores aglomerados em frente à portaria. A polícia, por sua vez, estava de prontidão em frente ao local e contava com 19 policiais armados com fuzis e revólveres. Um dos policiais se posicionava em cima de um caminhão e manuseava uma metralhadora. Um operário relata da seguinte forma a reação dos trabalhadores ao ocorrido na véspera:

Eu vi a forma cruel como a vigilância da Usiminas junto com a Polícia Militar destruíram nossos companheiros. [...] Eu estava perto do caminhão, a uns dois metros, quando a gente percebeu que os companheiros que haviam sido massacrados pela vigilância e a Polícia Militar a mando da Usiminas a noite inteira, eles estavam chegando dos ambulatórios para se integrarem com a gente. E aquelas presenças, aquelas atitudes, os semblantes... cheios de hematomas, com braços nas tipoias, machucados, tristes, [aquilo] mexeu com os brios daquela massa que estava ali, mexeu com os brios da gente.<sup>95</sup>

Enquanto a multidão que estava aglomerada crescia com a chegada de novos trabalhadores e curiosos que passavam próximo ao local, lideranças dos trabalhadores iniciavam negociações com a direção da empresa no escritório central. Na reunião, que teve como mediador o padre Avelino, os representantes dos trabalhadores, entre outras reivindicações, pediam a imediata retirada da polícia do local. O capitão Robson Zamprogno, responsável pelo policiamento do distrito, também participava da reunião e concordou com a retirada desde que não houvesse vrias aos policiais. Mesmo advertido de que seria impossível

<sup>95</sup> Audiência Pública 50 anos do Massacre de Ipatinga, de 7 de outubro de 2013, organizada pelo Fórum Memória e Verdade do Vale do Aço, em parceria com a Comissão Nacional da Verdade e a Comissão da Verdade do Estado de Minas Gerais. Arquivo CNV, 00092.001877/2014-40.

cumprir tal condição diante do grande número de operários reunidos e dos acontecimentos da noite anterior, o capitão não arredou o pé de sua exigência. Ficou decidida então uma saída honrosa para ambos os lados, com a dispersão simultânea de grevistas e policiais.

O resultado das negociações chegou ao local do confronto por meio de um bilhete escrito por Zamprogno ao tenente Jurandir, comandante do Destacamento de Cavalaria, e foi entregue por um cabo que participara do espancamento dos trabalhadores da Chicago Bridge durante a madrugada. Ao reconhecê-lo, os trabalhadores passaram a vaiá-lo e a jogar pedras contra o veículo que o trouxera. Mais pedras e vaias eram dirigidas contra os demais policiais presentes na cena, aumentando o nível da tensão. O caminhão da polícia iniciou manobra para deixar o local, mas enguiçou e os soldados saíram do mesmo para empurrá-lo. O tenente Jurandir deu um tiro para o alto e, à medida que o caminhão se afastava, os policiais começaram a atirar contra os trabalhadores. O soldado que manuseava a metralhadora na carroceria do caminhão aacionou, passando a atirar de maneira aleatória contra a multidão. Um dos trabalhadores que estavam presentes na cena do confronto, José Isabel, era fotógrafo amador e foi atingido no momento em que registrava o acontecimento, vindo a falecer dez dias depois. Suas fotos são os únicos registros visuais do confronto e foram publicadas em 2 de novembro pela revista *O Cruzeiro*. Mesmo após saírem da portaria da empresa, os policiais continuaram atirando. Já distantes, em frente ao escritório central da companhia, alvejaram uma mulher que ia ao ambulatório da empresa vacinar a filha e que, ao ver o tumulto, começou a correr. O projétil atravessou o corpo da mulher e atingiu o bebê, Eliana Martins, de apenas três meses de idade. A criança acabou morrendo no mesmo dia no hospital. Além de José Isabel e Eliane, que morreram no hospital, foram identificados oficialmente mais 6 mortos no local, totalizando 8, além de 68 feridos. Testemunhas, entretanto, afirmam ter sido maior o número de mortos e feridos na chacina. Segundo Geraldo Ribeiro, então presidente do Metasita (Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano):

O mais interessante desta história é que eu contei 30 mortos lá no local. [...] Eu peguei um por um para ver: eu pegava no pulso do cara e ele não tinha pulso, eu largava ele lá e ia pegar outro que estava respirando lá na frente. [...] Depois de uma hora, quando eu voltei para Ipatinga (após pedir socorro e avisar à imprensa), não tinha nenhum corpo mais no local. Nenhum corpo, nem vestígio nenhum. Parecia que não tinha acontecido nada ali. [...] O

pessoal da Usiminas foi lá e varreu tudo, limpou tudo, tiraram os corpos, sumiram com os corpos.<sup>96</sup>



*Figura 17: Soldado manuseando a metralhadora instantes antes do início do tiroteio. Foto tirada por José Isabel, um dos trabalhadores mortos no massacre.*  
Fonte: <http://euamoipatinga.com.br/personagens/noticias.asp?codigo=523>

No dia seguinte ao massacre, várias autoridades e jornalistas chegaram a Ipatinga, como o secretário de Segurança Pública, Caio Mário da Silva Pereira, o comandante-geral da Polícia Militar, José Geraldo de Oliveira e o diretor de Relações Industriais da Usiminas, José Raimundo Soares da Silva. No mesmo dia, foi aberta uma CPI na Assembleia Legislativa de Minas Gerais sob a presidência do deputado Geraldo Quintão, do PSP. Pelas ruas do distrito, o dia foi marcado por diversos confrontos. O caminhão que havia sido usado pelos policiais foi queimado e depois destruído por populares próximo ao alojamento do Santa Mônica. Um

96 Comissão Nacional da Verdade. Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1. Brasília: CNV, 2014, p. 610. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>. Acesso em 27/04/2018.

dos comerciantes locais, José Sales, vulgo Forró do Juá, que mantinha uma casa de meretrício na região e era conhecido pelos operários como alcaguete, assistia à cena. Os homens então partiram para cima dele, que teve que se refugiar em casa de particulares. A casa foi cercada e, diante da iminência do linchamento, os trabalhadores foram convencidos por um repórter do Jornal *O Estado de Minas* a deixar que ele o levasse, preso, ao comando da polícia. Mais tarde, outro grupo de mais de cem trabalhadores demoliu a marretadas o prédio da cadeia pública local, libertando os presos que ali se encontravam. Ao saber do que estava acontecendo, a polícia novamente entrou em confronto com os trabalhadores, efetuando disparos para dispersá-los, ocasião em que, segundo depoimentos, houve mais mortes que não foram divulgadas.

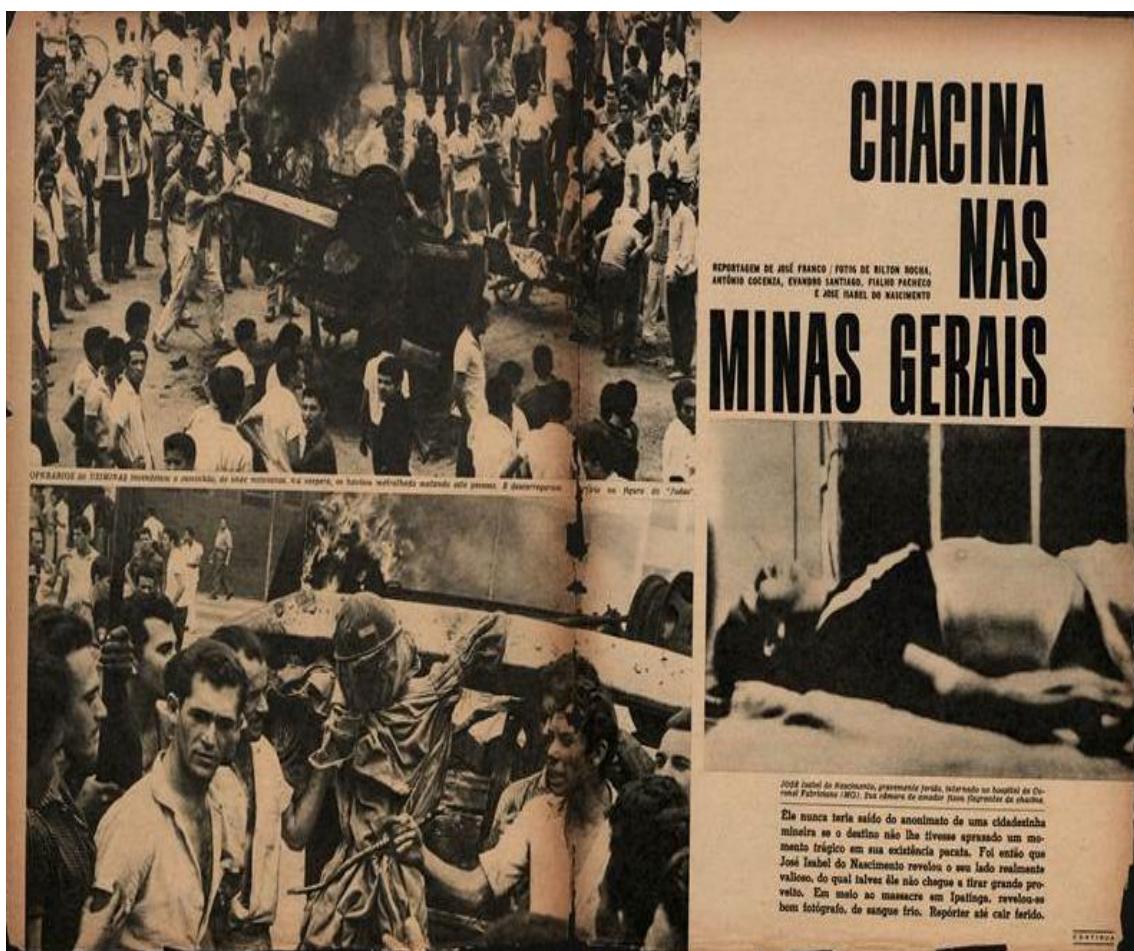


Figura 18: Revista "O Cuzeiro", 02/11/1963. À esquerda, acima e abaixo, fotos da destruição do caminhão usado pelos policiais. À direita, o corpo de José Isabel do Nascimento.

Ao mesmo tempo em que ocorriam os distúrbios, a comissão enviada por Magalhães Pinto reunia-se com representantes da empresa e dos trabalhadores, além de autoridades locais. Uma multidão se aglomerava do lado de fora para acompanhar o resultado da reunião. Geraldo Ribeiro, presidente do Metasita, apresentou as seguintes reivindicações: 1) Afastamento da Polícia Militar e a vinda de tropas federais para policiar a cidade; 2) extinção do corpo de vigilância e criação de outro, como o existente na Petrobrás, formado pelos próprios operários; 3) pensão para as viúvas dos operários mortos; 4) expulsão dos autores da chacina e abertura de inquérito rigoroso para punir os assassinos. O secretário de Segurança não concordou com o primeiro item e pediu um voto de confiança para a Polícia Militar. Após negociações que envolveram outros líderes operários e o prefeito de Coronel Fabriciano, o sindicalista acabou cedendo, exigindo, porém, punição exemplar contra os policiais que participaram do massacre.

O primeiro item, vetado pelo secretário de Segurança, era estratégico para o governador Magalhães Pinto, pois aceitar que tropas federais fizessem o patrulhamento em Ipatinga significava, na prática, uma intervenção federal na área de segurança pública, de competência estadual. É importante lembrar que Magalhães Pinto, da UDN, exercia feroz oposição a João Goulart, além de, àquela altura, juntamente com Carlos Lacerda, na Guanabara, e Adhemar de Barros, em São Paulo, conspirar ativamente contra o Governo Federal.

A apuração das responsabilidades em torno do massacre e o julgamento dos responsáveis se arrastaram-se até 1965, já durante o regime militar. Um primeiro inquérito penal militar contra os 19 policiais envolvidos no massacre foi encerrado em 4 de novembro de 1963 e apontava que excessos haviam sido cometidos pelas forças policiais. Outro relatório, elaborado pela Polícia Civil, foi apresentado em 29 de novembro e reforçava ainda mais esse entendimento, além de determinar o julgamento dos acusados pelo tribunal do júri. Os policiais, no entanto, foram julgados pela Justiça Militar. A sentença, proferida em 8 de maio de 1965, os absolveu sob a alegação de que estavam agindo no cumprimento do dever e em legítima defesa. O Ministério Público Militar recorreu da decisão argumentando que a morte da bebê Eliana Martins deitava por terra a tese de legítima defesa, mas a decisão foi confirmada em segunda instância.

Com o golpe de 1964, ocorrido cinco meses após o massacre, o Sindicato dos Metalúrgicos da região sofreu intervenção. Geraldo Ribeiro foi afastado do cargo de presidente, tendo sido demitido da empresa em que trabalhava, a Acesita, pouco tempo depois. Menos de um mês após o golpe, no dia 29 de abril de 1964, o distrito de Ipatinga consegue sua emancipação de Coronel Fabriciano. Poucos meses depois, em 10 de julho de 1964, é fundada a Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ipatinga, embrião de um futuro sindicato da categoria na cidade desvinculado do Metasita. Em 1º de maio de 1965, o presidente Castello Branco vem pessoalmente a Ipatinga entregar a carta sindical à associação, que passa a se denominar Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, ou simplesmente Sindipa. Fortemente controlado por elementos ligados à empresa, esse sindicato acabou relegando os eventos que culminaram no *massacre de Ipatinga* ao esquecimento. Com o controle do Sindipa, o poder que empresa detinha na vida da cidade e a forte repressão instalada pela ditadura, o assunto foi silenciado por cerca de 20 anos e apenas nos anos 1980, durante a redemocratização, o tema voltou à tona na cidade. Os parentes das vítimas, contudo, conseguiram ser indenizados pelo Estado apenas em 2004.

### **5.6 – A greve contra o golpe de 1964**

Entre o final de 1963 e primeiros meses de 1964, o movimento operário brasileiro lançou-se com toda a força na campanha pelas reformas de base, buscando, por todos os meios e em aliança com diversos movimentos populares reunidos sob o guarda-chuva da Frente de Mobilização Popular (FMP), pressionar o presidente João Goulart no sentido concretizá-las. A FMP reunia desde lideranças reformistas ligadas ao PTB e ao PSB até setores das Ligas Camponesas, passando por movimentos como a União Nacional dos Estudantes (UNE), organizações de suboficiais, soldados e marinheiros, além do CGT e do PUA. Em meio a tamanha heterogeneidade, os membros da FMP partilhavam uma visão crítica acerca do comportamento conciliador de Jango com os setores conservadores e com o Congresso Nacional, visto como um empecilho à realização das reformas. Essa visão crítica em relação ao legislativo, contudo, não impediu que a FMP, temendo ser vítima de

arbitrariedades, condenasse a solicitação de estado de sítio que havia sido enviada por Goulart ao Congresso em 4 de outubro. A retirada do referido pedido pelo presidente, apenas três dias após tê-lo apresentado, contribuiu de maneira decisiva para o enfraquecimento de sua autoridade.

Com o aumento do impasse em torno das reformas e a impossibilidade cada vez mais evidente de conciliação com os setores conservadores que o acusavam de querer dar um golpe de Estado para implantar uma *república sindicalista*, Jango, a partir do início de 1964, compromete-se cada vez mais com a pauta das reformas, situação que foi saudada pelos sindicatos e pela esquerda em geral. A estratégia de Jango era contar com a força das ruas para forçar o caminho rumo às Reformas de Base no Congresso, aspecto em que a mobilização dos trabalhadores seria de fundamental importância. O apoio do CGT, do PUA e dos diversos sindicatos e federações que orbitavam em torno da aliança PTB-PCB conferiria à mobilização um caráter de massas que se concretizou no comício de 13 de março de 1964 na Central do Brasil, programado para ser a primeira de uma série de mobilizações cujo ponto alto se daria em 1º de maio. Além de políticos reformistas como Leonel Brizola, líder da FMP, e do próprio Goulart, subiram ao palco naquele dia importantes líderes sindicais como José Lélis da Costa, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara e Oswaldo Pacheco, líder portuário comunista e secretário do CGT.

Diante do acirramento político que chegava ao auge naqueles dias de março e com a conspiração que levaria ao golpe de Estado em avançado estado de maturação, reuniram-se, em 30 de março, na sede regional da CNTI, em São Paulo, dirigentes da Federação dos Previdenciários, da União dos Ferroviários da Sorocabana e da UNE. No fim da reunião, lançaram um manifesto no qual elencavam os governadores de Minas Gerais, São Paulo, Guanabara e Rio Grande do Sul como os líderes políticos do golpe e clamaram os trabalhadores a reunirem-se em assembleias permanentes nos seus sindicatos e aguardarem o comando do CGT para a deflagração da greve geral. Com o movimento golpista iniciado no dia seguinte, o CGT deu o comando daquela que seria a última greve do período.

Em São Paulo, apenas os ferroviários, os portuários de Santos e os metalúrgicos da Cosipa pararam; estes últimos mantiveram a greve nos dias 1º e 2 de abril com usina ocupada militarmente. No Rio de Janeiro, houve paralisações de ferroviários, portuários,

metalúrgicos, têxteis e bancários. Em ambos os estados, contudo, já ao longo do dia 31 os principais líderes sindicais foram presos, entre os quais 20 líderes do CGT, impossibilitando uma melhor articulação da greve geral. Além disso, pesou no fracasso do movimento a ausência de mobilizações por parte de setores legalistas e nacionalistas das Forças Armadas, além da decisão de Goulart em não resistir ao golpe. Os trabalhadores esperavam que o tão alardeado dispositivo militar preparado por Jango funcionasse e fosse capaz de articular uma resistência. Sobre isso, afirma o líder ferroviário Demistóclides Baptista, conhecido como Batistinha:

A classe operária fez seu papel, parou o Brasil (...). Havia um esquema. Qual era o esquema? O trabalhador parar em caso de golpe. Porque o 1º Exército era comandado por um general de confiança, nomeado por Jango. A Aeronáutica era comandada pelo Brigadeiro (...) Teixeira. Me disseram que fuzileiro naval era domesticado para brigar e era tropa de elite, comandada pelo Almirante Aragão. Então, não tinha porque o trabalhador que nunca pegou em arma pegar (...). Não havia trabalho de resistência armada pelos trabalhadores. Havia a ilusão de que as Forças Armadas iriam funcionar democraticamente e impedir o golpe.<sup>97</sup>

Com a prisão ou fuga dos principais líderes sindicais, a greve é rapidamente desarticulada pelo exército, com a ajuda dos governadores golpistas. Os ferroviários, categoria que resistiu por mais tempo, voltaram ao trabalho já no dia 4 de abril. Clodesmith Riani, presidente do CGT e vice da CNTI, que estava foragido desde o início do movimento golpista, entrega-se à polícia e é preso em 5 de abril. O novo governo busca, por todos os meios, desarticular o movimento operário, interferindo nos sindicatos, promovendo o fechamento do CGT e realizando novas eleições na CNTI. Inicia-se então um período de grande perseguição a todas as formas de luta organizada dos trabalhadores.

97 FIGUEIREDO, B. G. (org.). Batistinha: o combatente dos trilhos. Rio de Janeiro, CMF/Amorj, 1994, p. 45. *apud* MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. São Paulo, Expressão Popular, 2009, p. 100.

### 5.7 – Conclusão

O período que compreende o governo Jango foi marcado por forte ambiguidade nas relações entre Estado e trabalhadores. Por um lado, o governo João Goulart foi, sem dúvida, o período no qual a classe trabalhadora gozou de maior liberdade e condições de influir nos destinos do país. Por outro, no entanto, Jango, oriundo da tradição getulista, não abriu mão dos tradicionais mecanismos de cooptação e controle dos trabalhadores, visando sempre à conciliação pelo alto. Sua adesão ao reformismo radical pregado pelo CGT, PUA e FMP se dá de maneira tardia e apenas quando ficou evidente o esgotamento das possibilidades de conciliação com os setores conservadores no Congresso. Apesar das ambiguidades, contudo, foi nesse período que os trabalhadores chegaram mais perto de romper com as amarras da legislação corporativista e se colocaram de forma contundente no debate político.

Para as classes dominantes, no entanto, era inaceitável a forma como os trabalhadores irrompiam no espaço público, aparentemente com o respaldo do mandatário supremo da nação. Sua noção de democracia, por demais estreita, não poderia admitir tal acinte à classe dos homens bem-pensantes a quem caberia o direito exclusivo de influir nos destinos da nação. O episódio da greve pelo 13º salário demonstra bem o propósito de manutenção do arbítrio privado que animava as elites empresariais no tocante às relações entre capital e trabalho. Animados pelo sentimento anticomunista difundido diuturnamente por uma imprensa que se aliava aos setores conservadores, essas elites foram capazes de ganhar para o seu lado amplos setores da classe média que viam seu *status* ameaçado pela corrosão constante de seus rendimentos pela inflação e pela possibilidade de ascensão dos setores populares que era representada pelo reformismo de Jango. Abatido em pleno ascenso, o movimento operário esperaria longos anos até ressurgir novamente com força na arena pública em fins dos anos 1970.

A questão das razões da derrota sofrida pelo movimento operário em 1964 foi, desde o golpe, objeto de vivo debate entre sociólogos, cientistas políticos e historiadores. Até meados dos anos 1980, a maioria dos estudiosos colocava a derrota na conta de um sindicalismo extremamente fraco nas bases, caracterizado por um forte atrelamento ao Estado

e a figuras de cúpula do meio sindical e político. Os eventos 1964 seriam, nessa visão, o colapso do que se denominou como *populismo*, que tinha como uma de suas bases de sustentação o sindicalismo oficial vinculado ao Estado. A forma como os trabalhadores e suas organizações sindicais oficiais e extraoficiais se mobilizaram entre 1961 e 1964, no entanto, nos leva a questionar esta hipótese. Em primeiro lugar, desde 1945 os trabalhadores buscaram formas alternativas de organização, como é o caso do MUT, nos anos 1940, do PUI, nos anos 1950, e do CGT e do PUA nos anos 1960. Tais iniciativas, se não negavam completamente a estrutura vertical do sindicalismo oficial, foram capazes de realizar notáveis mobilizações de massa ao longo da primeira metade da década de 1960 e, juntamente com outros setores da esquerda, pautaram fortemente o debate público de então. A relevância de tais iniciativas é demonstrada pela violenta repressão que se abateu sobre elas após o golpe. Em segundo lugar, caracterizar todo um período tendo em mente seu desfecho, além de ser teleológico, também desconsidera toda experiência dos sujeitos que dele participaram e que, embora tivessem em mente a possibilidade de uma virada de mesa, agiram dentro de um campo de possibilidades no qual o resultado de sua ação não estava dado.

## Bibliografia

ALVES, Isabela Vieira. *O desenvolvimento industrial na década de 1950: a formação espacial de Ipatinga*. Monografia de conclusão de curso (Geografia), Universidade Federal de Viçosa, 2016.

APOLINÁRIO, Maria Raquel (Ed.). *Projeto Araribá: História*. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2007. Obra em 4 v. para alunos de 6º a 9º ano.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. *As lideranças sindicais e a construção do sindicalismo corporativo nos anos 30*. In: Reis, Elisa; Almeida, Maria Hermínia Tavares; Fry, Peter [Orgs.]: *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo. Hucitec/ANPOCS, 1996.

BENEVIDES, Maria V. *O PTB e o Trabalhismo: Partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História: sociedade e cidadania*. 3. ed. - São Paulo: FTD, 2015.

CORRÊA, Larissa Rosa. *Disseram que Eu Voltei Americanizado: relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar*. Campinas: Edunicamp, 2017.

COSTA, Hélio da. *Em busca da memória – Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scrita, 1995.

D'ARAÚJO, Maria Celina; GOMES, Ângela de C. *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

DELGADO, Lucília Neves de Almeida. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil: 1961-1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

\_\_\_\_\_. *Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo*. In Toledo, Caio Navarro (org.). 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo.

Campinas: Unicamp, 1997.

DUARTE, Adriano Luiz; FONTES, Paulo. *O Populismo Visto da Periferia: Adhemarismo e Janismo nos Bairros da Mooca e São Miguel Paulista, 1947-1953*. Cadernos AEL: populismo e Trabalhismo n.20/21. Campinas, 2004. pp. 83-121.

FERNANDES, Edvaldo (org). *O Massacre de Ipatinga: quadro a quadro*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2013.

FERRAZ, R. O.; CASIMIRO, A. P. B. S. *A classe trabalhadora no livro didático: Memória e História*. In: IX Colóquio Nacional e II Colóquio Internacional do Museu Pedagógico, 2011, Vitória da Conquista, 2011.

FERREIRA, Jorge. *A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961*. Tempo[on line], Rio de Janeiro, Vol. 2,n°3,1997

\_\_\_\_\_. *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – O Tempo da experiência democrática*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FONTES, Paulo. *Trabalhadores e Cidadãos. Nitro Química: A fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997.

\_\_\_\_\_. “Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo” - a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo (1957). In: FORTES, Alexandre et al. *Na Luta por Direitos: Estudos Recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FONTES, Paulo; MACEDO, Francisco. *Piquetes como repertório: organização operária e redes sociais nas greves de 1957 e 1980*. Topoi, Rio de Janeiro , v. 18, n. 34, p. 23-47, Jan. 2017 .

- FRENCH, John D. *O ABC dos operários – Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo, Hucitec; São Caetano do Sul, Prefeitura Municipal, 1995.
- FORTES, Alexandre. *Revendo a Legalização dos Metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)*. In — et al. *Na Luta por Direitos: Estudos Recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Unicamp, 1999.
- GARCIA, Tomás Coelho. *Movimento sindical, industrialização e expansão de direitos (1945-1964)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.
- GENOVEZ, Patrícia Falco; VALADARES, Wagner Bravos. *A formação territorial de Coronel Fabriciano (Sede) e de Ipatinga (Distrito) entre as décadas de 1920 e 1960: afinal, quem são os Estabelecidos e os Outsiders?*. Revista de História Regional, v. 18, p. 363-388, 2013.
- GOMES, Angela Castro. *O populismo e as ciências sociais*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2005.
- LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2012.
- LEITE, Márcia de Paula e SOLIS, Sidnei Sérgio. *O último vendaval: a greve dos 700 mil*. Cara a Cara ano 1 nº 2, Campinas, Jul.-dez., 1978.
- MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e Democratização*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MOISÉS, José Álvaro. *Greve de Massa e Crise Política (Estudos da Greve dos 300 mil em São Paulo 1953-54)*. São Paulo, Ed. Polis, 1978.
- MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- NEGRO, Antonio Luigi. *A “Via Willyana”: Industrialização e Trabalhadores do Setor*

*Automobilístico. Tempo, N°7 Vol. 4 - Jul. 1999.*

\_\_\_\_\_. *Paternalismo e História Social. Cadernos AEL: populismo e Trabalhismo n.20/21.* Campinas, 2004.

\_\_\_\_\_. *Linhas de Montagem. O Industrialismo Automotivo e a Sindicalização dos Trabalhadores (1945-1978).* São Paulo: Boitempo, 2004.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964).* In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (org.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.* 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PAOLI, Maria Célia. *Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros.* In Leite Lopes, J. S. (org.). *Cultura & Identidade Operária.* São Paulo: Marco Zero, 1987.

PEREIRA, Carlindo Marques. *O Massacre de Ipatinga.* Belo Horizonte: Segrac, 1984.

ROCHA, Marcelo F. A. *Não foi por acaso: a história dos trabalhadores que construíram a Usiminas e morreram no massacre de Ipatinga.* In: Anais eletrônicos do V Encontro Nacional de História Oral. Recife, 26 a 30 de abril de 2010.

SANTANA, Marco Aurélio.. *Homens Partidos. Comunistas e Sindicalistas no Brasil.* São Paulo: Boitempo/Unirio, 2001.

SILVA, Fernando Teixeira e COSTA, Helio. *Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes.* In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SILVA, Fernando Teixeira. *Trabalhadores no tribunal: conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964.* São Paulo: Alameda, 2016.

Speranza, Clarice Gontarski. *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954).* Porto Alegre: Anpuh, Oikos, 2014. .

TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil.* São Paulo: Livraria Editora Ciências

Humanas, 1981.

THOMPSON, E. P.. *Patrícios e Plebeus*. In: Costumes em Comum – Estudos Sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

WEFFORT, Francisco Correia. *O Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. *Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós guerra)*. Estudos Cebrap nº 4, São Paulo, Cebrap, 1973, p. 65-105.

WOLFE, Joel. *Working women, working men : São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class, 1900-1955*. London, Duke University Press, 1993.

**Fontes:**

Acervo CPDOC/FGV – Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

Eu amo Ipatinga: <http://euamoipatinga.com.br>

Jornal Folha da Manhã – Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>

Jornal Folha da Noite: – Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>

Jornal Última Hora – Disponível em:  
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pesq=>

Relatório da Comissão Nacional da Verdade – Disponível em:  
<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>

Revista *O Cruzeiro* – Disponível em:  
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003581&pasta=ano%20192&pesq=>

Memorial da Democracia: <http://memoraldademocracia.com.br/>